



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ALDYR SCHLEE E O ENTRELUGAR:  
A QUESTÃO DA FRONTEIRA EM *UMA TERRA SÓ***

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Angelise Fagundes da Silva**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2010**

ALDYR SCHLEE E O ENTRELUGAR:  
A QUESTÃO DA FRONTEIRA EM **UMA TERRA SÓ**

por

**Angelise Fagundes da Silva**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos

Santa Maria, RS, Brasil  
2010

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Mestrado em Estudos Literários**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado em Letras

**ALDYR SCHLEE E O ENTRELUGAR:  
A QUESTÃO DA FRONTEIRA EM *UMA TERRA SÓ***

elaborada por  
**Angelise Fagundes da Silva**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Pedro Brum Santos (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Vera Elizabeth Prola Farias (UNIFRA)  
(1<sup>a</sup> argüidora)

---

Prof. Dr. Vitor Otávio Fernandes Biasoli (UFSM)  
(2<sup>o</sup> argüidor)

Santa Maria, 3 de março de 2010.

**Aos meus pais, Aroldo e Maria,  
com todo o meu amor.**

## *Agradecimentos*

Ao professor Pedro Brum Santos, pelo incentivo dado a cada orientação, me fazendo crer que o caminho a trilhar era possível, pelos desafios lançados, pela maneira gentil e generosa que acompanhou meu percurso desde a graduação, pelo profissionalismo, pela paciência e compreensão dos meus limites, dificuldades e incertezas;

Ao Programa de Pós-graduação em Letras, pela oportunidade;

À CAPES, pela bolsa concedida;

Às professoras Silvia Paraense e Vera Lenz Viana, professoras do Curso de Mestrado em Estudos Literários, pelo aprendizado proporcionado por cada uma de suas aulas;

À professora Vera Elizabeth Prola Farias, pela leitura e pelas sugestões dadas no exame de qualificação, que contribuíram para o crescimento deste trabalho;

Ao professor Vitor Biasoli, pela leitura atenta do meu trabalho, por compartilhar o gosto pela leitura dos contos de Aldyr Schlee.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras – Irene, Jandir e Tiago – pelo apoio e sorriso de sempre.

Ao meu pai, luz da minha vida, por ser um grande exemplo de homem; a minha mãe, que, sozinha, conseguiu me dar todo o aparato necessário para que, hoje, eu realizasse os meus sonhos; aos meus irmãos, por serem minha sustentação; aos meus sobrinhos Carlos Eduardo, Carlos Henrique e Maria Eduarda, por serem a razão do meu viver. A minha avó, meus tios, padrinhos, cunhados e primos por sempre estarem na torcida pelo meu progresso.

Ao meu amor, por sempre estar por perto.

A todos que, de alguma forma, participaram desta etapa da minha formação, em especial as minhas amigas Kátia Luisa Seckler, Cândida Martins Pinto, Égide Guareschi e Edinara Leão, por compartilharem da mesma verve;

À Casa do Poeta de Santa Maria (CAPOSM), pela poesia dos dias.

Aos colegas do grupo de pesquisa Literatura e História pelo aprendizado compartilhado;

A Deus e aos meus Santos por sempre estarem presentes.

“Para que pueda ser he de ser otro  
Los otros que no son si yo no existo,  
Los otros que me dan plena existencia,  
No soy, no hay yo, siempre somos nosotros...  
Muestra tu rostro al fin para que vea  
Mi cara verdadera, la del otro,  
Mi cara de nosotros...”

Octavio Paz<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PAZ, Octavio. **Piedra del Sol - English & Spanish**. New Directions Publishin: New York, 1991 – disponível em < <http://books.google.com.br/books?q=octavio+paz>> Acesso em 20 de janeiro de 2010, às 15:30.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de pós-graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

**Aldyr Schlee e o entrelugar:  
A questão da fronteira em *Uma Terra Só*.**

Autora: Angelise Fagundes da Silva  
Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de março de 2010.

Esta dissertação analisa os contos de **Uma Terra Só** (1984) e busca verificar como os motivos relacionados ao espaço fimbriado manifestam-se no *corpus* em estudo, tomando-os, na obra, pela via da construção de personagens, do espaço ficcional, do narrador e, principalmente, da temática. A cultura, a língua, a literatura, o homem fronteiro, a história dos dois lados da linha divisória que perpassa o Rio Grande do Sul e o Uruguai são elementos que atestam um limite sem, no entanto, demarcá-lo de modo nítido e firme. Pelo contrário, tais aspectos configuram esse território como um “continuum cultural”. Busca-se estudar essa forma de conceber o espaço físico e social e a sua evidente relação com o projeto estético que localizamos nos cognominados contos *puebleros* de Aldyr Garcia Schlee.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura de fronteira; motivos; temática; espaço; regionalismo.

**ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

**Aldyr Schlee e o entrelugar: A questão da fronteira em Uma Terra Só.**

**Aldyr Schlee and the between place: the question of frontier in Uma Terra Só.**

Author: Angelise Fagundes da Silva  
Advisor: Professor Pedro Brum Santos

This thesis analyses the short stories from **Uma Terra Só** (1984) and intends to verify how the motifs related to the bordering space are manifested in this book, considering them from the perspective of making of characters, fictional space, narrative voice and, mainly, of the subject matter. The culture, the language, the literature, the frontier man, the history of both sides of the border line which passes by Rio Grande do Sul state and Uruguay are elements which attest a limit, however, they do not demarcate it in a precise and clear-cut way. On the contrary, such aspects configure this territory as a “cultural continuum”. This work aims at studying this conception of the physical and social space as well as its evident relation with the aesthetic project which we find in the so called *puebleros* short stories by Aldyr Schlee.

**KEYWORDS:** frontier literature; motifs; theme; space; regionalism.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 - Espaço fimbriado: para um entendimento da fronteira em Aldyr Garcia Schlee</b> .....	5
1.1 Desenho das margens: para um estudo dos conceitos .....	7
1.2 Traçado da história: a fronteira tripartida .....	10
1.2.1 Um traçado diplomático: tratados e limites .....	13
1.2.2 Contornos que se misturam: o Uruguai e o Brasil .....	22
1.2.2.1 Esboço Cisplatino: o domínio e a independência .....	23
1.3 Sombra e Luz: o desenho das fronteiras entre o Rio grande do Sul e o Uruguai .....	26
1.3.1 Linhas que se apagam, fronteiras que se cruzam .....	29
1.4 Figurações da região: meus pés são lá, teus olhos cá .....	31
1.5 Esboço da interface: para uma reflexão das fronteiras culturais .....	35
1.6 Contornos nacionais: reflexões sobre a pertença.....	39
<b>2 – Sobre a linha divisória um homem contempla Uma Terra Só</b> .....	42
2.1 O esboço de um escritor e de sua trajetória .....	42
2.1.1 A obra .....	44
2.1.2 A tradução.....	46
2.1.3 A crítica .....	47
2.2 Uma Terra Só e a temática da fronteira .....	50
2.3 Desenho à mão: o trabalho minucioso da análise .....	55
2.3.1 O contrabando, a changa.....	55

2.3.2 O ir e o vir .....	60
2.3.3 Amor fronteiro.....	66
2.3.4 O homem em desacordo.....	73
2.3.5 Memória.....	83
2.4 Outros elementos representativos da fronteira presentes nos contos de Uma Terra Só .....	95
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>105</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>108</b>
Anexo A .....	108
Anexo B .....	111
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

As décadas de sessenta e setenta do século vinte foram muito importantes para o conto gaúcho<sup>1</sup>. Nomes como Moacyr Scliar, Tania Faillace, Josué Guimarães, João Gilberto Noll e Sergio Faraco<sup>2</sup> despontaram, nessa época, já com grande força estético-literária. Neste mesmo período, Aldyr Garcia Schlee já ensaiava sua escrita ficcional pelas bandas de Jaguarão e Pelotas (RS).

Conhecido como o desenhista do uniforme da seleção brasileira de futebol da copa de cinquenta e quatro<sup>3</sup>, Schlee iniciou sua produção artística em jornais, publicando crônicas e fazendo desenhos para ilustrar as páginas dos semanários pelotenses. Data de 1964 sua primeira coletânea de contos, **Jaguarão e o Resto do mundo**<sup>4</sup>, que, embora premiada com Menção Honrosa em concurso promovido pela Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, nunca foi publicada.

Em 1968, já professor da Faculdade de Direito de Pelotas, então pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, novamente Schlee

---

<sup>1</sup> Na verdade, importante para toda a contística brasileira, que, no entanto, não será referida nesta dissertação.

<sup>2</sup> Dados retirados do fascículo **Autores Gaúchos** / IEL, v. 11, de 1986, dedicado ao contista Sérgio Faraco.

<sup>3</sup> Schlee ganhou um concurso nacional em 1953, que escolhia o melhor desenho para compor o uniforme da seleção Canarinho.

<sup>4</sup> Possivelmente, Schlee tenha aproveitado os textos desta coletânea para produzir sua terceira publicação – **Linha Divisória**, que traz esta divisão - “Jaguarão e o resto do mundo”.

foi premiado e não viu sua obra publicada. **Jaguarão Universo** obteve Menção Honrosa no Prêmio José Lins do Rêgo, da Editora José Olympio, grande incentivadora do gênero na época.

Nos anos setenta, sua produção como contista começou a circular pelo Rio Grande do Sul, através do suplemento “Caderno de Sábado”, do jornal **Correio do Povo**. No entanto, foi somente nos anos oitenta que a sua obra literária ganhou fôlego, através das publicações advindas das premiações na *Bienal Nestlé de Literatura*<sup>5</sup>.

Esse concurso, que tornou conhecido nomes como os de Manuel de Barros, Carlos Heitor Cony, dentre outros, premiou com o 3º lugar na categoria conto, em 1982, a obra **Contos de Sempre**, de Schlee. Em 1984, **Uma Terra Só** ganhou o primeiro lugar na *II Bienal Nestlé de Literatura* e foi lançado pela Editora Melhoramentos, de São Paulo. Ainda nos anos oitenta, Schlee ficou entre os finalistas do prêmio “*Casa de las Américas*” com **Linha Divisória** (1988).

Os anos noventa marcaram significativamente a produção Schleeriana. Produzindo em língua espanhola, Schlee apresentou um conjunto literário maduro, influenciado por grandes nomes da literatura uruguaia e direcionado totalmente para a temática da fronteira. Além disso, voltou-se para a tradução e a pesquisa ligada às relações fronteiriças e à identidade cultural.

**Contos de Futebol**<sup>6</sup> e **O dia em que o Papa foi a Melo**, publicados em português em 1997 e 1999, respectivamente, demonstram, pela temática abordada, que desde a origem Schlee almejava um projeto literário maior voltado para as questões da fronteira. É o que se conclui quando se defronta sua obra com a linha do tempo. Schlee traz a fronteira e suas particularidades como o grande tema central da sua ficção. **Contos de Verdades**<sup>7</sup> (2000) e **Limites do Impossível – contos gardelianos**<sup>8</sup> (2009), produção mais recente do escritor, também se desenham nessa perspectiva.

Em **Uma Terra Só**, texto de interesse deste trabalho, observamos aspectos que dizem respeito às formas com que o autor maneja o tema. O

---

<sup>5</sup> Prêmio já extinto.

<sup>6</sup> Prêmio Açoriano de Literatura em 1998.

<sup>7</sup> Prêmio Açoriano de Literatura em 2001.

<sup>8</sup> Na introdução, nos limitaremos a referir a produção ficcional de Aldyr Schlee. As demais obras, que compreendem a sua produção, serão mencionadas ao longo deste estudo.

primeiro aspecto encontra-se na própria capa: o título mostra o caminho que Schlee buscará ao longo dos quatorze contos – o de representar a fronteira como uma região que abarca os dois lados limítrofes, como uma terra só. O outro ponto que permite ao leitor Schleeiano identificar este percurso está fixado na epígrafe que abre a obra: “Aqui há uma terra só, há só uma gente, seja do lado de cá, seja do lado de lá” (Schlee, 1984, p. 7).

A partir desses vestígios, partimos em busca de uma melhor compreensão de sua contística. Dessa forma, o centro de interesse deste trabalho repousa na investigação de como o “externo” se transforma em “interno”, ou seja, de como a fronteira enquanto unidade social é representada na trama discursiva de **Uma Terra Só**.

Como a fronteira se apresenta nos contos por meio de traços característicos deste espaço, isto é, por meio de motivos que instigam algo maior, que é a temática da obra (contrabando, o ir e vir fronteiriço, o rio, a ponte, etc.), parece-nos pertinente analisar os contos aproximando dados formais e sociológicos. Daí a escolha lógica que fizemos de autores como Tomachevski (1978) e Kayser (1976) acerca de tema / motivo. De outra parte, elegemos as formulações de Machado (1988) e, principalmente, Antonio Candido (1967), no que concerne ao “externo” que vira “interno” na obra artística.

A fim de atingir os objetivos propostos, o trabalho divide-se em dois capítulos. O primeiro capítulo constitui a revisão teórica do conceito de fronteira sobre diferentes enfoques (histórico, cultural, etc.), por ser a zona fronteiriça o grande tema da obra de Aldyr Schlee e por acharmos fundamental compreender a configuração deste espaço para a análise da obra em estudo.

Neste capítulo inicial, procuramos delimitar os contornos da fronteira de acordo com os conceitos que ela abarca, como, por exemplo, a sua relação com o conceito de limite. Ademais, procuramos (longamente) demarcar a história da incorporação dos limites do território brasileiro, partindo de uma visão mais global para uma mais local. Por isso, buscamos delimitar as fronteiras da região sul do Brasil, considerando os interesses hispânicos e lusitanos na América, desde o Tratado de Tordesilhas até a constituição de um marco divisório entre o Brasil, a Argentina e, especialmente, o Uruguai, por ser

este o espaço (Jaguarão - Brasil / Rio Branco - Uruguai) representado na obra **Uma Terra Só**.

Além disso, procuramos destacar o papel da fronteira como região e / ou zona fronteiriça, que caracteriza, bem à moda Schlee, esta área fímbria como um espaço de circulação, que compreende um e outro lado da linha divisória.

Afora tais pontos, este capítulo inicial apresenta, na última parte, aspectos relacionados à nação e à pertença, por ser o extremo longínquo territorial um lugar favorável a um “*continuum cultural*”, como aponta Burke (2003), capaz de proporcionar ao sujeito da fronteira diferentes possibilidades de pertencimento, de identificação com o outro (os de cá e os de lá).

O segundo capítulo busca apresentar Aldyr Garcia Schlee como um autor de fronteira, resgatando sua obra e a correspondente fortuna crítica. Além disso, esta parte do trabalho dedica-se à análise da obra com o foco em elementos que permitam identificar o “externo” dentro do universo narrativo de Schlee. Para a composição deste segundo capítulo, sempre que preciso, utilizamos as proposições de Tomachevski, Kayser, Machado e Antonio Candido, decalcando desses autores o aporte para a compreensão das questões ligadas à temática e à incorporação do extraliterário na obra de ficção.

Outros elementos serão tratados neste último capítulo, como a elaboração das personagens, o enredo, o espaço, o foco narrativo, na medida em que esses colaboram para o entendimento da representação da fronteira Schleeriana. Também serão tratados aspectos concernentes ao narrador e ao autor<sup>9</sup> além da presença da memória nos contos de Schlee, bem como as relações dessas narrativas com a tradição. Por fim, este capítulo apresenta uma análise com vistas a integrar a relação entre o primeiro e o segundo capítulo, isto é, entre a temática da fronteira e a obra **Uma Terra Só**.

---

<sup>9</sup> Serão abordados aspectos como autor e pacto autobiográfico.

## **1. ESPAÇO FIMBRIO: PARA UM ENTENDIMENTO DA FRONTEIRA EM ALDYR SCHLEE**

Definir limites, enterrar palanques, levantar cercas, aramados, erguer muros, tapumes, construir mangueiras, edificar moradias, compartilhar aposentos – demarcar fronteiras – apossar-se. Todas estas atividades denunciam uma escolha e uma renúncia.

A posse, por sua vez, estabelece uma linha estrema que define até onde vai o que é nosso e o que passa à pertença do outro. Dentro dos nossos domínios, regras são instituídas, ordens são dadas, com o intuito de facilitar o trânsito interno e a convivência entre os indivíduos sob nossa tutela. Na outra esfera de ação, o outro define suas leis. Elege normas que buscam o bom andamento, a harmonia entre os seres e a instância de poder. Entre nós e o outro há regras que se apartam dos nossos domínios, assim como há relações que se desviam da autoridade do Estado<sup>10</sup> num território de fronteira.

A própria definição do que seja fronteira e limite, neste território, oferece rumos diferenciados dos que a geopolítica fixa. Para o sujeito habitante deste espaço, estas delimitações são vagas e imprecisas, pois as trocas – o compartilhamento cultural, social, linguístico, econômico – são mais intensas que as barreiras geográficas impostas pelos governos. É certo, no entanto, que a gênese da sua noção é distinta (devido a sua evolução ao longo da história) e bem mais antiga do que a que temos hoje do extremo longínquo do núcleo

---

<sup>10</sup> A palavra Estado, com inicial maiúscula, se referirá sempre a uma entidade política unitária ou federada.

político do Estado. Os estudiosos do termo consideram o Império Romano como uma das nascentes do conceito<sup>11</sup>. Tomemos, a propósito, as considerações de Lia Osório Machado.

Para a autora, os romanos “não tinham interesse em estabelecer limites aos seus domínios”, o que eles buscavam era “criar um sistema administrativo e defensivo da fronteira (período de Augusto) primordialmente para dificultar a expansão dos povos bárbaros nas fímbrias do império” (Machado, 2005, p. 252). Os *limes*<sup>12</sup> designavam para os romanos “o caminho ao longo de uma propriedade” (Jones *apud* Machado, 2005, p. 252). Mais tarde esta noção ganhou novos contornos, que imprimiram cunho militar ao seu sentido. E, inspirados nos gregos, a fim de estabilizar as fronteiras, os romanos buscaram colonizar estas bordas, denominando-as “*terra limitanea*” ou “*agri limitanei*” (Jones *apud* Machado, 2005, p. 253).

Os tratados que designaram a que nação<sup>13</sup> nosso pedaço de chão pertenceria inspiraram-se nas diretrizes do Direito Romano. O tratado de Madri de 1750, que abalou as estruturas dos Sete Povos Missioneiros, é bom exemplo disso. Das páginas destinadas aos capítulos do direito de propriedade (porque a existência jurídica de limite, para os romanos, estava relacionada apenas à esfera privada, não ao *ager publicus* ou domínio público) – retirou-se a ideia de “*uti possidetis*, deslocando-a para o campo do Direito Público, de modo a resolver a questão da expansão das fronteiras de povoamento” (Machado, 2005, p. 253).

Referente à questão de limites, a Europa, inicialmente, considerava que “os limites de um Estado seriam os limites de um reino” (Machado, 2005, p. 245). Depois da colonização, os limites deste Estado seriam os mesmos da colônia, de onde ele emergiu. No entanto, neste momento da história, estas delimitações não seguiam uma regra clara. A busca por mais e mais poder territorial fazia das fronteiras um espaço móvel, cuja linha demarcatória mudava frequentemente de lugar.

---

<sup>11</sup> O outro império a que se referem os estudiosos é o Império da China, que não será tratado neste estudo por distanciar-se do propósito a que ele se refere.

<sup>12</sup> Nome que os romanos deram não ao limite, mas aos lugares de defesa localizados em determinados espaços do império.

<sup>13</sup> Na medida em que a argumentação requeira, conceitos como o de Nação serão explicitados.



Ao longo dos séculos, a concepção de fronteira foi ganhando nova roupagem, muito em função da configuração dos Estados, que “se tornaram formas territoriais de organização política” (Machado, 2005, p. 245). Graças a estas modificações, por volta do século XVIII, os tratados e limites, organizados pelas principais potências europeias (Espanha e Portugal), iniciaram um registro dos estudos topográficos, porém, “sem grande preocupação com a estabilidade das fronteiras” (Machado, 2005, p. 245). A demarcação dos limites internacionais de forma efetiva só iniciou no século XIX, inclusive no Brasil, cujos extremos foram fixados a partir de 1851, como aponta o estudo de Golin (2002, p. 9).

Feita a apresentação do problema, cabe discutirmos alguns conceitos-chave, como a diferenciação entre fronteira e limite, e, também, como o contorno geográfico das terras que formam o atual Rio Grande do Sul foi desenhado ao longo do tempo, através do processo histórico. Além disso, como o extremo longínquo territorial se caracteriza como zona de intercâmbio, região de permutas, e espaço de (in)definições identitárias. Isso colaborará para o entendimento de como Aldyr Schlee concebe o (seu) espaço estético-literário, a partir da percepção da fronteira como um “lugar” marcado contraditoriamente pelas noções de limite e de passagem, trânsito.

### **1.1 Desenho das margens: para um estudo dos conceitos**

Em seu estudo sobre as margens geográficas, inserido na obra *Geografia e Política*<sup>14</sup>, A. E. Moodie afirma que, em sentido geral, limites e fronteiras são sinônimos. “‘Fronteira internacional’ significa, muitas vezes, na linguagem dos políticos, historiadores e outros, ‘limite internacional’” (1965, p. 82). Para o estudioso, esta permuta terminológica pode estar na imprecisão que existia quanto às linhas que formavam o Estado. Fato este pormenorizado pela demarcação – inclusive no solo – da propriedade governamental.

---

<sup>14</sup> Obra escrita em 1947 e publicada no Brasil pela primeira vez em 1963 – No prefácio, o autor salienta a dificuldade de tratar o assunto *Geografia Política* por a época ainda constituir um período em que não existiam linhas claramente definidas e aceitas sobre o tema.

Para Moodie, fronteiras são “zonas ou faixas de território”, “encerram área, grande ou pequena, e estão sujeitas à mudança contínua sempre que a ação humana lhes altera a natureza e a serventia” (1965, p 83). Já os limites – que são o assunto principal do registro do autor – são considerados linhas interestatais. Sem elas, o sistema dos Estados fica reduzido ao caos, porque não poderíamos saber o lugar exato dos confins da soberania nacional. Fronteiras, dessa forma, são áreas, e limites são “lineares por natureza” – aquelas são “naturais porque fazem parte da superfície da terra”, assumem a “categoria de regiões geográficas baseada nas respectivas funções como zonas transitórias”; estes, por sua vez, são artificiais, porque são selecionados, definidos e estão sujeitos a ação do homem.

Já para Tau Golin (2002, p. 9), que cita Moodie frequentemente em seu estudo acerca da divisa entre Brasil, Uruguai e Argentina, a fronteira resulta, tecnicamente, “de um processo de construção histórica”. Para sua identificação, podemos adotar alguns critérios eleitos pelo Itamaraty: o tratado, a demarcação e a caracterização do território limítrofe.

O primeiro item diz respeito à posse, ao direito da nação. O segundo, à marca que delimita até onde vai o poder do Estado. Já o terceiro ponto, “representado pelos marcos secundários intercalados aos principais nas fronteiras secas”, tem como particularidade a “intervisibilidade dos marcos”.

Para o pesquisador gaúcho, “limite é linha divisória entre estados limítrofes” (p. 10). É o centro da fronteira, que é entendida, assim como em Moodie, como “uma região, zona ou faixa transfronteiriça” (p.10). Golin traz, ainda, para o seu estudo, uma reflexão instituída por Lia Osório Machado que distingue, de modo muito claro, os conceitos de limite e fronteira. Para a autora (*apud* Golin, 2002, p. 11), “o limite está orientado para dentro (forças centrípetas); a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas)”.

Ao dissertar sobre as diferenças entre os conceitos, Golin salienta o seguinte: a mesma objetividade técnica que se tem ao definir limite não se tem com o conceito de fronteira. Para o estudioso, a zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos. Para tanto, direciona seu estudo para um trato mais abrangente do termo – considerando fronteira, à luz de outras vozes teóricas, como “uma área compartilhada,

moldada por uma história comum, onde também se inserem as crises, os conflitos e os ódios mútuos” (Golin, 2002, p. 15).

Cássio Eduardo Viana Hissa, num estudo recente, aponta que estes dois conceitos fornecem imagens equivalentes. Entretanto, aproximações e distâncias podem ser percebidas entre eles. Assim, limitar é dividir para governar, por isso, tanto limites quanto fronteiras são “manifestações de exercício de poder” (Hissa, 2006, p. 36).

O autor, na busca pelos contornos do seu texto, aponta reflexões sobre limites e fronteiras. Nestas, limite constitui uma linha abstrata, que consegue ser incorporada pelo espaço, também abstrato, da fronteira. Este marco tem caráter de símbolo visual, a fim de salientar onde os territórios são divididos. No entanto, é acerca do caráter significativo no trato da fronteira e de seus marcos divisórios que as formulações de Cássio Eduardo Viana Hissa nos interessam.

Para ele, o limite estimula a ideia de distância e separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Contudo, mesmo almejando a precisão, o limite se apresenta nesta zona limítrofe como “transição, como mundo do permanente vir-a-ser e da ausência pulsante”. Isso ocorre porque

a fronteira é demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é poder pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetração, campo aberto de interseções. O que foi concebido para ser preciso mostra-se vago. O que foi concebido para conter, transforma o conteúdo em espaço ilimitado, incontido. Para além da linha que demarca, é exatamente a fronteira que explica a amplitude ou a complexidade do que não foi arquitetado para ser contido ou confinado. (HISSA, 2006, p. 35 e 36)

Não podemos, portanto, deixar de refletir, em se tratando deste território fimbrio, que todas as relações estabelecidas, sejam elas tratados, demarcações, o ir e vir entre indivíduos, o contrabando, etc. – são relações de poder. A delimitação e controle dos limites representa a propriedade, o que é nosso. Todavia, entre o que é nosso e o que é do outro há sempre algo que se perde dos nossos olhares: o poder que é simbolizado através de um marco no solo é sempre transgredido pelo contato existente entre o lá e o cá. Por isso, a fronteira, que, etimologicamente, define o que está à frente, denota uma constante oscilação, movimentação – onde as trocas questionam a soberania

(real) do Estado. Fronteira é, assim, uma zona de cooperação entre países vizinhos – uma região à parte das demais que formam o bloco nacional.

Frente a esta demarcação do conceito, cabe-nos desenhar historicamente a fronteira em estudo. Como, ao longo dos tempos, o mapa do Brasil e dos países do Prata foram se configurando. Ademais, isto é bastante significativo para a compreensão da fronteira em Schlee, visto que Jaguarão e Rio Branco, Brasil e Uruguai – referências constantes na ficção do autor brasileiro, respectivamente, em inúmeros momentos da história, foram um único território.

## **1.2 Traçado da história: a fronteira tripartida**

Ao pensar a fronteira como um espaço característico de trocas, como um limite onde a ideia de fim/começo é negada frequentemente, torna-se necessário rever alguns dos acontecimentos históricos que moldaram estas bordas e que colaboraram para o forjamento do homem característico deste território. Para tanto, é preciso considerar que no princípio não existiam fronteiras. Tudo era um único espaço, que compreendia a Bacia do Prata (localizada entre os países do Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina).

A ocupação era feita de indígenas (Charruas, Minuanos, Pampas, Guaranis, etc.), que buscavam a sobrevivência na exploração das riquezas naturais. Limites e fronteiras eram instituídos no “boca em boca”, com o intuito de garantir a propriedade e o respeito conquistado por cada tribo.

No entanto, a chegada do homem branco à região gerou dois movimentos fundamentais: de um lado, os índios que sucumbiram à escravidão, de outro, os índios que decidiram lutar pelo seu direito à terra conquistada e pela sua liberdade. Charruas, Minuanos, Pampas e Araucanas, de acordo com o estudo de Ieda Gutfreind (1995, p. 7), decidiram lutar contra qualquer tipo de dominação que lhes veio à frente. Já os Guaranis, semi-sedentários, aceitaram com facilidade a disciplina imposta pelo trabalho agrícola e a relação com os europeus, constituindo as “comunidades missionárias das reduções jesuíticas”, sempre à mercê das resoluções ajustadas entre as Coroas Ibéricas.

Mario Maestri, acerca do modo pacífico dos guaranis, ressalta que

desconhecedores da economia pastoril, as comunidades guaranis eram mais facilmente conquistadas para um reagrupamento em *pueblos* que lhes garantissem farta dieta de proteína animal, colheitas mais abundantes e segurança relativa diante dos *encomenderos* espanhóis e dos escravizadores lusitanos. (MAESTRI, 2006, p. 12).

Por tamanha facilidade em escravizá-los, sitiados pela civilização europeia desembarcada em terras silvícolas, os índios guaranis foram subjugados, entregues à categoria de selvagens. Durante muitos anos transitaram num vai e vem sem destino ou paradeiro. No entanto, esta subjugação estendeu-se, com o tempo, por entre todas as tribos. Aos povos nativos foi reservada a barbárie – distinção tratada em obras da literatura platina como *Martin Fierro*, de José Hernandez, e *Facundo*, de Sarmiento<sup>15</sup>. Nestas obras, vemos representado o cenário que abrange os tratados e limites que perpassaram o tempo e marcaram a história do espaço circundante ao Rio da Prata e seus afluentes Paraná, Paraguai e Uruguai. A luta indígena, a conquista dos europeus através de seus acordos diplomáticos, o gado chimarrão – o limite imposto, a fronteira militarizada – tudo pode ser identificado nestas narrativas.

Foi sobretudo ao longo do século XVIII que as fronteiras entre nativos e europeus foram delimitadas. Com o gado à disposição de todos, criado à solta, selvagem, o mercado internacional do couro cresceu. Conhecedores das leis que regem este mercado, os europeus viram-se obrigados, como menciona Ieda Gutfreind (1995, p. 11) a “revisarem suas políticas de fronteira em relação aos nativos”. Era preciso limitar para não perder, para não ter prejuízo em um negócio promissor.

Dispersados para prover o comércio internacional, os índios<sup>16</sup> que habitavam as planícies da Banda Oriental, do atual Rio Grande do Sul e o litoral argentino, com métodos contra-ofensivos resolveram atacar as estâncias. Roubavam, assim, o gado (agora preso por cercas e aramados), gerando inúmeros atritos com os brancos.

---

<sup>15</sup> O exemplo escolhido segue a tentativa de delimitar as linhas de fronteira de um ângulo mais geral – o platino - para uma visão mais precisa, que incluía o Rio Grande do Sul e sua fronteira uruguaia.

<sup>16</sup> Os não-pacíficos (Charruas, Minuanos, Pampas e Araucanas) que buscaram através do enfrentamento os seus direitos a terra.

Com o intuito de amenizar estas disputas, que foram bastante intensas nas terras localizadas ao sul de Buenos Aires, em 1741, “os habitantes propuseram a criação de um sistema defensivo”<sup>17</sup>. Instituíram, dessa forma, “fortes em áreas de fronteira”. Com isso, “estabeleceu-se claramente uma linha divisória entre o território europeu e o das populações nativas” (Gutfreind, 1995, p. 13).

No entanto, mesmo delimitando estes contornos étnicos, não podemos desconsiderar um dado levantado por Eduardo Neumann (Grijo et al., 2004, p. 25 e 26). Na época do **Tratado de Madrid** já existia uma elite missioneira, capaz de lutar com a mesma veemência pelo território que as duas Coroas Ibéricas. Havia índios letrados que através de missivas buscaram acordar interesses. Há o registro, como aponta Neumann, de sete cartas que reivindicam o direito histórico dos índios sobre as terras, “direitos reconhecidos pelo próprio Rei de Espanha” (Grijo et al., 2004, p. 31). Como o esforço indígena foi em vão, estes decidiram pela insurreição armada. Assim, em 1754, eclodiu a guerra guaraníca<sup>18</sup>.

Esta busca dos índios guaranis em defender a posse das terras conquistadas é representada em muitos textos da literatura do Rio Grande do Sul. Erico Verissimo dedica um capítulo de **O continente** a essa temática. Alcy Cheuiche, por sua vez, traz para as páginas de **Sepé Tiarajú – Romance dos Sete Povos das Missões** a personagem histórica (ou lendária) Sepé Tiaraju, pelo olhar de um jesuíta. Nesta obra, as missões e seus percalços formam o pano de fundo da narrativa.

Tudo isso é para salientar que até meados do século XVIII os índios de um modo geral<sup>19</sup> mantiveram-se firmes na luta por esta fronteira tripartida (Portugal, Espanha, Nativos). As missões não foram entregues sem derramar de sangue, sem peleia de adaga e boleadeira. Guilhermino César, no entanto, questiona esse dado. Para o autor, “nem tudo foi sangue, horror e morte durante esta fase da exploração territorial”. A evasão indígena foi “provocada e precipitada pela força migratória latente nos índios” (1970, p. 70). Com essa

---

<sup>17</sup> Não com o objetivo de conquistar novas terras, mas de explorar as já existentes.

<sup>18</sup> Neste incidente, os índios guaranis, semi-sedentários e de fácil dominação, decidiram enfrentar os portugueses em prol do território dos Sete Povos, apesar da posição contrária dos jesuítas.

<sup>19</sup> Considera-se, neste momento, os índios que permitiram e os que não permitiram a dominação europeia.

evasão a bandeira lusitana passou a fremitar nas terras missioneiras a partir do século XIX, “época em que foram anexadas as Missões Orientais definitivamente aos domínios da América Portuguesa, conferindo ao Rio Grande do Sul sua geografia atual” (Gutfreind, 1995, p. 46).

### 1.2.1 Um traçado diplomático: tratados e limites.

Ao vermos, hoje, o mapa do Brasil não nos ocorre questionar seu espaço, ou melhor, não pensamos em como os marcos que delimitam o território nacional foram edificados. Sabemos que tudo se deu através de negociações pacíficas, ou através de guerras, ou, ainda, através de guerras que findavam com negociações pacíficas. Isso ocorre porque reconhecemos a existência dessas franjas e convivemos amigavelmente com nossos vizinhos fronteiriços. As disputas territoriais aquietaram-se.

No entanto, este apaziguamento nas margens brasileiras é bastante recente. Durante muitas décadas, o desenho do mapa do Brasil não teve contornos definidos. A forma final deste “retrato geográfico” passou pela assinatura de inúmeros tratados, que foram – guiados pelas mãos de espanhóis e portugueses – os verdadeiros desenhistas da América do Sul<sup>20</sup>.

Não mensuramos, muitas vezes, a importância dos tratados quando vemos o Estado Brasileiro formado por um território de 8.514.876,599 km.<sup>2</sup> <sup>21</sup>. Mas, ao vermos um mapa que demonstre as coordenadas estabelecidas por um destes (tantos) documentos, ou ao consultarmos um mapa que remonte às Capitânicas Hereditárias – percebemos, claramente, que se o Brasil é hoje “gigante pela própria natureza, belo, forte e impávido colosso”, é porque muitas disputas garantiram aos lusitanos<sup>22</sup> o direito a este espaço.

Por meio desses documentos, verificamos que as plagas que formam o Rio Grande do Sul foram, ao longo da história, um jogo de distanciamentos e

---

<sup>20</sup> Bem verdade, de toda a América. O recorte aqui é intencional, visto que o trabalho abarca o espaço do extremo sul brasileiro.

<sup>21</sup> < [www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default-territ-area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default-territ-area.shtm) > acesso em 16 de abril de 2009, às 9h.

<sup>22</sup> Optamos por lusitanos ao invés de brasileiros devido ao fato de as lutas por terra, na grande maioria das vezes, terem sido travadas entre Espanha e Portugal.

aproximações com o lado vizinho. Este jogo gerou a formação histórica, econômica, política, social e cultural do extremo sul brasileiro. Porém, isso só ocorreu passados muitos anos do descobrimento do Brasil, quando o sul foi receber atenção dos seus exploradores.

Mandado à colônia na chefia de uma expedição que reconheceria o litoral lusitano em ares tropicais, Martim Afonso e Pêro Lopes de Souza, seu irmão, viajaram ao extremo sul, partindo do Rio de Janeiro em agosto de 1531. Em terras sulinas, os membros desta expedição batizaram o local com o nome de Rio de São Pedro, Rio de São Pedro do Sul ou Rio Grande de São Pedro do Sul. Este nome já constava no famoso mapa de 1543, do cartógrafo Gaspar Viegas<sup>23</sup>. Dessa forma, atribui-se a autoria do nome dado ao longínquo espaço brasileiro a Martim Afonso, como registra, em estudo, Guilhermino César<sup>24</sup>.

No entanto, não foram somente os portugueses que enviaram para estes campos abertos os seus desbravadores. Comitivas de reconhecimento advindas do lado espanhol também buscaram adentrar estas terras. Porém, estes desbravadores margearam o Rio da Prata, grande fonte de interesse na época. Neste momento, também, a fim de delimitar domínios, os hispânicos fundaram Assunção (Paraguai), em 1537, precedida, em 1536, pela primeira fundação de Buenos Aires.

Diante desta ação de reconhecimento do território, é importante considerarmos os interesses envolvidos. Não foi à toa que lusitanos e espanhóis deslocaram-se para identificar, registrar e demarcar o que existia ao sul. Isso é fruto, principalmente, do interesse pelo Estuário do Prata, propriedade da Coroa Espanhola desde o **Tratado de Tordesilhas**, firmado em 7 de junho de 1494.

Este documento “fixava uma linha a 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde, ficando a parte oriente dessa linha para Portugal, e a parte a ocidente, para a Espanha”. Esta linha imaginária “traçada de pólo a pólo, cortava a América do Sul à altura da atual cidade de Laguna” (Gotfreind, 1995, p. 18).

---

<sup>23</sup> Antes de Gaspar Viegas nenhum outro estudioso divulgou elementos tão precisos das terras do extremo sul (César, 1970, p. 46).

<sup>24</sup> Embora se verifique em Guilhermino César grande afeição pela corrente lusitana ele foi escolhido como guia desta reflexão sobre os tratados e limites que formaram o desenho territorial do Rio Grande do Sul por ser um dos poucos teóricos a tratar com minúcia nossa história.



Mesmo acordados estes limites entre os dois Impérios Ibéricos, nada impediu que os lusitanos manifestassem constante interesse pelo Prata. Ademais, Portugal insistia que havia sido lesado na fixação do documento de 1494, pois acreditava que a linha imaginária passava “bem mais a oeste, cortando a América do Sul à altura do Rio da Prata”, via de acesso ao centro minerador de Potosí (atual Bolívia), como aponta Gutfreind (1995, p. 18).

O final do século XVI foi bastante importante para a sequência de acontecimentos que envolveram Espanha e Portugal. Em 1580, por exemplo, Buenos Aires foi fundada pela segunda vez. Além disso, um fato que interessa bastante para a compreensão e execução do **Tratado de Tordesilhas**, houve a união das Coroas Ibéricas. Essa situação ocorreu, como chama atenção Gutfreind, com a ascensão ao trono português de Felipe II, rei de Espanha, que venceu a disputa pela Coroa que se encontrava disponível<sup>25</sup>.

Durante o século XVII, a ocupação do território platino ganhou fôlego. Europeus, jesuítas e índios procuraram fazer seu espaço. Houve nesse tempo, no ímpeto de tomar posse, a fundação da primeira redução, chamada *Concepción*, datada de 1619.

Neste mesmo século, por volta de década de quarenta, rompeu-se a união entre Portugal e Espanha. Com isso, os interesses abafados pela ocupação do trono por um estrangeiro voltaram à tona. Portugal pôs, assim, seus planos à mostra. Diplomáticamente, buscou que o Papa Inocêncio II expedisse uma bula a seu favor. Assim, foi conseguido, em 1676, que os domínios portugueses na América fossem estendidos até o Rio do Prata.

Com os domínios alargados, fundaram, em 1680, um pedaço de Portugal em frente a Buenos Aires, na margem direita do rio<sup>26</sup>, denominada Colônia do Santo Sacramento. Em represália, encolerizados com a audácia lusitana, os espanhóis apoiaram os jesuítas da Companhia de Jesus a fundar, no lado esquerdo do rio Uruguai, os Sete Povos, em terras do atual Rio Grande do Sul.

---

<sup>25</sup> Em 1578, a dinastia de Avis, que reinava em Portugal, extinguiu-se com a morte de seus dois últimos soberanos, que não deixaram descendentes. O primeiro deles, D. Sebastião, morreu lutando contra os mouros no norte da África, e, logo a seguir, morreu o cardeal D. Henrique, que fora aclamado seu sucessor.

<sup>26</sup> Referência ao Rio da Prata, que divide, ao sul, Uruguai e Argentina.

Descontente com a fundação da fortaleza lusitana, a Espanha uniu forças e contra-atacou Portugal. Chefiados por D. José de Garro, invadiram a Colônia, saqueando-a terrivelmente. Inconformada com o procedimento espanhol, a Coroa Portuguesa exigiu do reino vizinho explicações por tamanha brutalidade. A Espanha, com muita diplomacia, prometeu reparar o cometido, dizendo ao Rei Lusitano que “não ordenara a D. José Garro nenhuma medida violenta”. Para provar sua boa fé, “puniu o governador, desterrando-o para Tucumán” (César, 1970, p. 79).

Dessa forma, em 1681, pouco depois da fundação e destruição de Sacramento, as Coroas Ibéricas firmaram o **Tratado Provisório**, que buscou, como de praxe neste tipo de escritura, harmonizar as partes envolvidas. Este documento determinava a reconstrução da cidadela à frente de Buenos Aires pelos seus fundadores.

Essa ordem, todavia, provocou ainda mais caos, pois no **Tratado de Tordesilhas**, as terras onde a Colônia se encontrava pertenciam aos domínios de outro rei (o de Espanha). Vitória portuguesa: os interesses pelo Estuário do Prata levavam os lusos para mais perto do seu objetivo. E a omissão sobre a propriedade do território por parte dos espanhóis foi interpretada pelos portugueses como “significando que a Espanha, considerando a linha de Tordesilhas, reconheceu, afinal, que a Colônia fora construída em terreno cuja posse não estava ainda bem esclarecida” (César, 1970, P. 79).

Essas disputas entre Portugal e Espanha pelo espaço circundante ao Prata adentraram o século XVIII. Por volta de 1700, as terras que formam hoje o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina não tinham limites precisos. Guilhermino César argumenta, diante desse fato, que enquanto o território do Estuário estava em disputa, o Rio Grande de São Pedro continuava a ser “Terra de ninguém”, isto é, “não existia como unidade administrativa, senão como vago apêndice da Capitania de Santana<sup>27</sup>” (César, 1970, p. 80).

Frente a esse território promissor que envolvia o rio platino, ávidos por desenvolvimento, os portugueses se empenharam em fazer crescer a cidadela lusitana vizinha a Buenos Aires. Dessa forma, com o apoio de Felipe V,

---

<sup>27</sup> Uma das Capitânicas Hereditárias.

firmaram a 18 de junho de 1701 o **Tratado de Amizade**, que tornava sem efeito o **Provisório** de 1681.

Neste novo documento, havia um artigo que “autorizava Portugal a executar o seu velho projeto de avançar com o fluxo colonizador até Montevideú e Maldonado” (César, 1970, p. 81). O espaço lusitano, contudo, não avançou, mas sua economia frutificou-se. A “caça dos couros” nas campanhas de Sacramento foi um grande negócio para nativos e para os chegados depois.

Graças a esse cenário promissor, houve o aparecimento, a esta época, do gaúcho. Como menciona César,

a extração de couros e a salga da carne implantaram desta forma, no estuário platino, um gênero de trabalho e um estilo social que vão condicionar o aparecimento do gaudério, gente nômade e aventureira, que nos moldes da vida rústica, da pilhagem e do contrabando, funde o gaúcho platino, do qual o nosso herdou alguns traços, nessa tumultuada “idade do couro”. Isso não quer dizer, todavia, que o gaúcho platino e o rio-grandense sejam o mesmo e único tipo social. (CÉSAR, 1970, p. 82)

Por efeito do crescimento português, a Espanha não tardou a depositar seus interesses no terreno alheio. Reagiu. E sua reação foi cultivada pela união lusa com os ingleses, firmada no **Tratado Ofensivo e Defensivo de Methuen**, em 1703. Assim, no ano seguinte (1704), os espanhóis, novamente, sitiaram Sacramento.

O cerco à Colônia durou aproximadamente cinco meses, fazendo com que os portugueses, desesperados e carentes de mantimentos, fugissem, não sem antes deixar o povoamento destruído. Tomada a cidade, os hispânicos permaneceram dez anos no poder. Até que, na tentativa de assentar a paz entre os Impérios, redigiu-se o **Tratado de Utrecht**.

Esse documento de 1715 rezava que Sacramento passaria, novamente, às mãos de seus fundadores. No entanto, frente às negociações, os espanhóis se depararam com um negociante muito astuto. Com um texto ambíguo, Portugal garantiu o “território e Colônia de Sacramento”, o que levaria seus domínios até a “baía de Montevideú e a enseada de Maldonado”. Os espanhóis, dispersos na hora de assinar um tratado, mas aguerridos na hora de executá-lo, decidiram sob o comando do governador de Buenos Aires, García Ros, que “só entregariam a Colônia e o território a tiro de canhão da praça. Assim se fez” (César, 1970, p. 85).

Ao assumir novamente a Colônia, Portugal se dispôs a reconstruí-la e a gerar o seu desenvolvimento econômico, já instituído no princípio de sua fundação. Sempre apreensivos com os vizinhos espanhóis, que constantemente lhes atacavam, os portugueses trataram de registrar seus domínios. Para isso, durante a administração de Vasconcelos (que iniciou em 1722 e durou 20 anos) Sacramento recebeu a visita de dois padres cartógrafos da Companhia de Jesus.

Diogo Soares e Domingos Capacci, “com o auxílio de homens experientes, esboçaram cartas geográficas admiravelmente precisas, que foram conservadas em segredo até 1750”. A respeito dessas cartas, que introduziram com maior exatidão o Rio Grande do Sul nos registros topográficos, Serafim Leite (*apud* César) menciona que

Foi [essa] a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação européia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações confinantes. (CÉSAR, 1970, p. 86)

Embora houvesse um esforço em registrar este território, até meados de 1737, como enfatiza César (1970), a Capitania do Rio Grande de São Pedro continuava aberta a todas as ambições, como “terra de ninguém”. No entanto, é importante considerarmos que o território que hoje ocupa o extremo sul brasileiro sempre foi caminho para o contrabando do gado, para se chegar a Curitiba, a Sorocaba, às Minas Gerais. E foi graças ao gado chimarrão que muitas picadas foram abertas por estas paragens. Além disso, o atual Rio Grande do Sul foi o caminho para o trâmite econômico entre Portugal e Espanha, bem como a fonte de mão de obra escrava quando os holandeses invadiram o nordeste, desarticulando o comércio de escravos africanos.

Porém, a ocupação sistemática<sup>28</sup> desta terra desprovida de gente iniciou com a fundação da Colônia de Sacramento do lado de lá da fronteira. Só que a cidadela não foi o único motivo das disputas territoriais que permearam o século XVIII. Havia outros dois motivos:

conseguir o controle integral da margem setentrional do rio da Prata e obter o domínio sobre as terras das campanhas da Banda Oriental e das que, futuramente, viriam a ser o território do Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1995, p. 21)

---

<sup>28</sup> Com o intuito de formar povoado, cidadelas.

A fim de alcançar este objetivo, os portugueses fundaram os fortes de Santa Tereza e de São Miguel, bem ao sul do continente. Ademais, ergueram, em 1737, o presídio Jesus-Maria-José, que originou a cidade de Rio Grande (RS). Por isso, os espanhóis, apreensivos com a ousadia vizinha, buscaram barrar a chegada dos lusos a Sacramento de todas as formas, tanto por terra, quanto por mar. Estes acontecimentos vão desembocar em um novo tratado, denominado **Tratado de Madrid**, de 1750. Este documento, ao invés de trazer a paz entre os habitantes das terras do extremo sul, gerou um lamentável genocídio nos campos missioneiros, pois desencadeou a Guerra Guaranítica.

Também conhecido como **Permuta**, esta escritura diplomática, uma das mais estudadas no Brasil, segundo Dalcin Barbosa, “considerada a carta Política da América Latina e o germen do pan-americanismo” (1985, p. 41), determinava que Portugal entregaria à Espanha a Colônia de Sacramento, recebendo em troca os Sete Povos das Missões, no que diz respeito à região platina. Os índios, todavia, certos de suas fronteiras, não quiseram pôr em prática o acordo entre as duas Forças Ibéricas.

Ter que deixar para os lusitanos o império dos Sete Povos, edificado com muito suor guarani, e, novamente<sup>29</sup>, ter que atravessar, expulsos de sua propriedade, o Rio Uruguai, não foi tarefa fácil aos nativos. Para levantar as fronteiras estabelecidas no **Tratado de Madrid**, foi preciso que Sepé Tiaraju lutasse e desse a vida para manter os limites de seu povo em pé, bem como Rafael Pinto Bandeira, com seus recursos bélicos, persistisse na batalha contra os índios para fazer cumprir a lei estabelecida no tratado.

Diante do massacre dos Sete Povos e da ocupação portuguesa das missões e liberação de Sacramento para os espanhóis, eis que surge um rei deseioso por anular o **Tratado de Madrid**. Carlos III, rei de Nápoles, instituiu o **Tratado de El Pardo**, que invalidou, depois de tanta barbárie, o de 1750, fazendo com que a Colônia e as Missões voltassem aos seus “antigos donos”.

Com a confusão instaurada, o governo de Buenos Aires sitiou novamente Sacramento – que apesar de passar à propriedade espanhola em decorrência do **Tratado de Madrid**, continuava, em parte, lusitana. Cevallos,

---

<sup>29</sup> Na época dos bandeirantes os índios já haviam sido obrigados a atravessar o Rio Uruguai. Os nativos fizeram isso com a ajuda de Roque Gonzáles, padre jesuíta. Isso ocorreu, como cita Tau Golin (2002, p.47), nas décadas de 1620 e 1630.

representante dos espanhóis, no entanto, era bastante audacioso e não queria apenas a cidadela vizinha às suas posses. Tinha ganas de conquistar as terras da Vila de São Pedro, sede da Capitania Rio-Grandense e contava, para seu intento, com o apoio dos índios sobreviventes da guerra guaraníca.

Consequindo o desejado (invadir o governo português no Continente de São Pedro), Cevallos manteve-se à frente do domínio espanhol em terras do Rio Grande do Sul até 1766, quando foi substituído no posto de governador por D. Francisco e Paula Buccarelli y Ursúa, em decorrência da assinatura do **Tratado de Paris**<sup>30</sup>.

Esse documento pôs fim à Guerra dos Sete Anos, que proporcionou grandes conquistas territoriais à Inglaterra. Nos campos americanos disputados pelas Coroas Ibéricas desde o **Tratado de Tordesilhas**, este documento trouxe perdas consideráveis para a Espanha.

Primeiramente, castelhanos devolveram a Portugal a Colônia de Sacramento. No entanto, mantiveram a posse do governo do Rio Grande de São Pedro. Em 1767, perderam seus guias espirituais, expulsando das Missões Orientais os jesuítas, conferindo a vida religiosa dos índios aos franciscanos.

Com isso, os portugueses ficaram mais tranquilos do que nunca. Se por um lado o Rio Grande do Sul estava parcialmente sob ordem espanhola, por outro, sem o comando religioso disciplinador dos padres jesuítas, os índios passariam a ser mais facilmente dominados. Assim, do ponto de vista estritamente militar, com o **Tratado de Paris**, como salienta César (1970, p. 178), a situação melhorou bastante para os luso-brasileiros.

Em 1775, o atual Rio Grande do Sul estava dividido em duas partes. De um lado, ao oriente, rezavam ordens portuguesas. De outro, ao ocidente, as ordens eram espanholas. Esta situação perdurou por cerca de treze anos, como menciona César (1970) em seu estudo sobre o período colonial da história do extremo sul brasileiro. E manteve-se todo este tempo porque o governo português achava que não teria contingente bélico para sobrepor-se

---

<sup>30</sup> Este tratado pôs fim a Guerra dos Sete anos: conflito entre Inglaterra e França (1756 – 1763), que provocou o alinhamento de Portugal junto à Inglaterra e da Espanha com a França. Isso repercutiu na América e foi justificativa para a ocupação espanhola de Colônia (1762) e da invasão da vila do Rio Grande (1763).

aos vizinhos. Estes, por sua vez, não tardaram a ganhar espaço, instituindo nos domínios lusitanos fortes de guerra para a defesa de suas tropas.

No entanto, com a ajuda de militares como Rafael Pinto Bandeira, Mac Douall, General Böhm, os portugueses iniciaram ofensiva e expulsaram os invasores. A expulsão e retomada das terras portuguesas se deu por volta de 7 de abril de 1776.

Neste mesmo ano, a Coroa espanhola fundou o vice-reinado do Prata, que compreendia, como aponta Ieda Gutfreind (1995), Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia atual. De acordo com César, este reinado estendia-se até a Capitania de São Pedro. Só que nesta época da fundação do vice-reinado, o atual estado sulino já havia retomado aos poderes dos descobridores do Brasil. Era um verdadeiro jogo de “estica e puxa” entre as forças Ibéricas, sendo que ambas mostravam-se dispostas a não perder nem um palmo de chão.

Diante da resolução do Rei de Espanha de instituir um vice-reinado por estas plagas, os espanhóis se acharam no direito de retomar seus domínios outrora perdidos. O plano do Monarca de Nápoles, Carlos III, era, como coloca César (p. 195), “firmar pelas armas o poderio espanhol em toda parte meridional do Brasil, de Santa Catarina para baixo”.

Cevallos, de volta à ativa, nomeado vice-rei e capitão-general das Províncias do Prata, foi à luta. Sem nenhum esforço e desperdício de material de guerra, tomou a ilha de Santa Catarina. Isso lhe deu forças para planejar ir além – desejoso de apoderar-se do Rio Grande do Sul e de Sacramento.

Porém, no auge das disputas pelas terras sulinas, chegou aos combatentes a notícia da morte do Rei Português D. José I. Com isso, as duas Coroas assinaram o **Tratado Preliminar** para delimitação das zonas portuguesas e espanholas na América. Esse foi seguido do **Tratado de Santo Ildefonso**, de 1º de outubro de 1777, que, como coloca Ieda Gutfreind, “pôs termo às diferenças quanto às fronteiras (sul) dos dois impérios coloniais” (1995, p. 24).

Este documento foi o último documento diplomático entre Portugal e Espanha durante o período colonial a dispor sobre limites na América do Sul. Os demais acertos quanto à linha divisória no decorrer do século XIX vieram como ressalvas deste tratado, que dispunha que

as Missões Orientais do Uruguai que, pelo Tratado de Madrid, passariam ao domínio português, continuavam espanholas e, da mesma forma, a Colônia do Sacramento. Nestas condições, o Rio Grande teve diminuído o seu território: a linha fronteira convencionalizada partia não mais da enseada de Castilhos Grande, mas do arroio Chuí, e a sua inflexão para o noroeste seguia pelas cabeceiras dos rios que vão desaguar no Prata e no Uruguai. A navegação destes, até a desembocadura do Peperi-Guaçu, ficou também garantida à Espanha. Em compensação – aliás nominal, por se tratar de território indiscutivelmente brasileiro, - devolvia-se aos portugueses a Ilha de Santa Catarina, então ocupada por Cevallos. (CÉSAR, 1970, p.200)

A inovação deste tratado veio com o estabelecimento dos Campos Neutrais: uma zona neutra, que “não poderia ser ocupada por nenhuma das nações contratantes” (César, 1970, p. 200). As demarcações dos limites instituídos tardaram um pouco a iniciar, fazendo isso apenas por volta de 1784. E, em princípio do século XIX, novo conflito envolvendo Portugal e Espanha desenhou a fronteira tripartida do extremo meridional que conhecemos hoje – Brasil / Uruguai / Argentina. Neste conflito os Sete Povos foram, definitivamente, incorporados ao espaço brasileiro.

### 1.2.2 Contornos que se misturam: o Uruguai e o Brasil

(...)  
**Mesmo aragano  
 sabe que é dura a peleia  
 quando o tempito se enfeia  
 pro lado dos castelhanos**  
 (Previsão - Adair de Freitas)

Durante boa parte da formação das fronteiras, os limites foram disputados pelas forças Ibéricas (Portugal e Espanha). Com a constituição de um Vice-Reinado no Prata, outorgado pela Coroa Espanhola, o território foi dividido em Províncias. O mesmo ocorreu com o Brasil, na data de sua independência<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Com isso, as Capitâneas deixam de existir, passando a ser denominadas Províncias. Assim, a Capitania do Rio Grande de São Pedro passou a chamar-se Província de São Pedro / Província do Rio Grande de São Pedro.



Em 1810, o Cabildo de Buenos Aires, aproveitando que na Europa a Espanha havia sido invadida por tropas de Napoleão<sup>32</sup>, declarou independente o Vice-Reinado. Com o apoio das demais Províncias, esse passou a constituir-se Estado Independente, denominado, como cita Gutfreind (1995, p. 32), Províncias Unidas do Rio da Prata.

No entanto, isso não fez com que as disputas por terra cessassem. Havia sempre um pedaço de chão a ser contestado porque um vizinho luso-brasileiro o havia usurpado, ou instituía-se uma pendenga porque uma quadra havia sido entregue indevidamente ou havia sido mal repartida.

Com a Província da Banda Oriental esta “cultura do conflito” não foi diferente. Localizado em local estratégico – entre o Brasil e a Argentina atuais – banhado pelos rios que garantiam o comércio internacional da época, o atual Uruguai foi muito desejado. E, como sempre, o desejo de propriedade que envolvia os espanhóis e os portugueses foi marcado por lutas sangrentas (que sempre abrandavam-se no assinar de um documento oficial).

#### 1.2.2.1 Esboço Cisplatino: o domínio e a independência

Com o surgimento do Estado Independente, advindo do Vice-Reinado, *criollos* portenhos, espanhóis e portugueses mostraram-se interessados em explorar e controlar politicamente a Banda Oriental. Por estar em um local propício ao comércio internacional, na entrada do Estuário, além de conter em sua campanha grande riqueza bovina, que “abastecia de couros o comércio que se realizava pelo rio da Prata”, a terra que formava o atual Uruguai era “disputada por vários segmentos da sociedade colonial: proprietários de terras, pecuaristas, índios e gaúchos” (Gutfreind, 1995, p. 32).

Estado independente, o até então Vice-Reinado buscou o apoio das demais Províncias que o constituíam. Nesta busca, encontrou “divergências entre *criollos* quanto à forma de organização que o novo Estado deveria tomar” (Gutfreind, 1995, p. 32). Entre a “cidade” (governo central) e o “campo” (governo das províncias) existiam muitas diferenças. Enquanto uns apoiavam “um

---

<sup>32</sup> Revolução Francesa.

governo central forte” (unitário), outros “pleiteavam maior autonomia dos governos provinciais” (federalistas) (Gutfreind, 1995, p. 33). Além desta dualidade de ideias, outras ainda pairavam nas águas do esteiro e de seus afluentes, dentre elas, a velha oposição Colônia *versus* Metrópole.

Sediada em Montevidéu, a Administração Espanhola tentava defender seus domínios na América. No entanto, com o crescimento econômico e político às margens do Rio da Prata, a dominação metropolitana não foi mais aceita pelos seus habitantes. Assim, enquanto o Cabildo de Buenos Aires lutava pela liberdade, “a favor da integração das Províncias Unidas do Prata”, a Banda Oriental duelava entre apoiá-los ou emancipar-se, “sem aceitar o centralismo buenairense” (Gutfreind, 1995, p. 33). No entanto, para que a integração das Províncias defendida pelos argentinos, de fato, ocorresse, era preciso que os “rebeldes do interior” (uruguaios), liderados por Artigas (uruguaio), e os “comerciantes portenhos” (argentinos e uruguaios) mirassem este mesmo objetivo.

Frente a esse contexto conturbado, mais disputas por terra vieram à tona. Portugal, novamente, decidiu avançar seus domínios até o Rio da Prata, desejo presente desde o **Tratado de Tordesilhas**, de 1494.

Segundo Fidelis Dalcin Barbosa, este desejo português foi aguçado pelo governo de Buenos Aires, que queria ver-se livre de José Gervásio Artigas e, por isso, solicitou a Dom João VI que o apoiasse, ocupando a Banda Oriental. Em troca deste favor, afirmava “mentirosamente, que, assim, D. Carlota poderia vir a ser proclamada rainha do Rio da Prata” (Barbosa, 1985, p. 70).

Enganos à parte, Portugal aceitou o intento. E, em 1817, os lusitanos invadiram Montevidéu<sup>33</sup>, não sem antes Artigas ter instituído lá um governo nacional, por não aceitar livrar-se dos domínios da Metrópole (Espanha) em detrimento de outro cabresto, o do Cabildo de Buenos Aires.

Com a derrota de Artigas e a federalização das Províncias Unidas do Rio da Prata,

as forças portuguesas de ocupação asseguraram o controle do território ocupado e, em julho de 1821, um Congresso Oriental, subordinado ao novo dominador, votou a sua incorporação ao Império português como Estado Independente do Brasil, com o nome de Cisplatina. Um ano mais tarde, com a independência do Brasil, a

---

<sup>33</sup> Desde 1811, Portugal tentava invadir o (atual) Uruguai. Á época, invadiu as terras da Banda Oriental, mas em função da intervenção inglesa, teve que retirar-se.

anexação foi confirmada pelo governo brasileiro, passando a área a denominar-se Província Cisplatina. (GUTFREIND, 1995, p. 43)

Selva Chirico, em seu artigo “Masoller: área contestada”<sup>34</sup> ressalta, acerca dos uruguaios, que: “*nos hemos visto en la situación de contestar territorios desde siempre*”. Grande percepção esta quando aplicada à história da conquista do espaço *sureño*. Isto porque, em pleno século XIX, ainda não existia uma definição das nossas fronteiras. Nem o território uruguaio estava certo, nem o território do Rio Grande do Sul estava fixado, pois ambos dependiam do estabelecimento de uma linha precisa que desenhasse o mapa (exato) das suas conquistas.

Com a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina, reacenderam as disputas coloniais pela posse do território. Novamente lusos e espanhóis brigavam pelo direito de propriedade; novamente a linha de fronteira movimentava-se.

Frente a esse movimento, muitos cisplatinos não gostaram de ter seu espaço incorporado aos domínios luso-brasileiros, tampouco de ter que compartilhar o seu território com os habitantes do lado de cá da fronteira. Por isso, alguns companheiros de Artigas, cheios de “idéias autonomistas” (Gutfreind, 1995, p.35), refugiaram-se do outro lado do Rio da Prata e de lá arquitetaram um plano que devolveria à Confederação a Banda Oriental.

Em 1825, os “*Treinta y três orientales*”, chefiados por Lavalleja,

invadiram o território cisplatino e declararam a independência da antiga Banda Oriental, vinculando-a novamente à Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata. (GUTFREIND, 1995, p. 35)

Como esta invasão teve o apoio dos comerciantes e estancieiros buenaienses (cheios de interesse no couro e no gado uruguaio), o Brasil declarou guerra a Buenos Aires. Com isso,

a Província Oriental tornou-se palco de lutas em que estavam envolvidos três interesses distintos: o Brasil, que combatia para conservar seu novo domínio; o de Buenos Aires, que pretendia reintegrá-la às Províncias Unidas; e o dos orientais, que lutavam por um governo autônomo dentro dessa confederação. (GUTFREIND, 1995, p. 35)

Depois de três anos de luta, em 1828, através do intermédio (e do interesse pelo comércio da região) da Inglaterra, a Cisplatina tornou-se

---

<sup>34</sup> CHIRICO, Selva. Massoller: Area Contestada. In: STROHAECKER, Tânia Marques (et al). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros / Seção Porto Alegre, 1998.

independente, criando a República Oriental do Uruguai. No entanto, como durante muitos anos o Uruguai e o Rio Grande do Sul não respeitaram a imposição de fronteiras estabelecidas pelos Tratados e Limites, após a independência Cisplatina, grande parte do Estado era de gaúchos sul-rio-grandenses. Acerca disso, Barbosa salienta que

havia no Uruguai cerca de 40 mil proprietários brasileiros, na maioria rio-grandenses, sendo um deles dono do maior rebanho uruguaio, o gaúcho Irineu Ivangelista de Sousa<sup>35</sup> (1813 – 1889), o Visconde de Mauá, fundador do primeiro banco daquele país, o Banco Mauá. (BARBOSA, 1985, p. 73)

### 1.3 Sombra e Luz: o desenho das fronteiras entre Rio Grande do Sul e Uruguai

Do ano de 1836 a 1851<sup>36</sup>, o Uruguai foi palco de mais uma batalha: a Grande Guerra. Com esta luta, o território oriental passou a ser governado por duas forças, dois governos, e “*ambos cumplen intentos de trazado de límites definitivos*” (Chirico, 1998, p.87). Conforme esclarece (a história e) o estudo de Selva Chirico,

el gobierno de Manuel Oribe (Partido Blanco) por 1837 – tiene como política exterior reclamar los límites artiguistas, es decir, desde las Misiones. El Brasil enfrentaba por entonces la guerra de los Farrapos con Uruguay. Aprovechando tal circunstancia, Oribe da instrucciones a su canciller para que exija a cambio, el reconocimiento de los límites hasta el Ibicuy. Mientas se efectuaban las negociaciones, Fructuoso Rivera, (Partido Colorado) aliado al movimiento farroupilha, invade Uruguay. Oribe, en desventaja, se contenta con la alianza sin exigir el asunto límite. (CHIRICO, 1998, p.87)

<sup>35</sup> A maioria das referências traz o nome do Visconde de Mauá como “Evangelista”, mas como Barbosa registra dessa forma, optamos por respeitar o registro do autor.

Irineu I. de Sousa nasceu em Arroio Grande – à época distrito de Jaguarão, em 28 de dezembro de 1813 e morreu em Petrópolis, em 21 de outubro de 1889. Foi um empresário, industrial, banqueiro e político brasileiro. Ao longo de sua vida recebeu os títulos de barão (1854) e de visconde com grandeza (1874) de Mauá. É patrono do Ministério dos Transportes e pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Um de seus maiores feitos foi ter empreendido a construção da primeira ferrovia brasileira, a Estrada de Ferro Mauá, no estado do Rio de Janeiro. De origem simples, ascendeu socialmente pelos próprios méritos e iniciativa, sendo considerado um dos homens mais importantes do país à época. < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Irineu\\_Evangelista\\_de\\_Sousa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Irineu_Evangelista_de_Sousa) > Acesso em 27 de abril de 2009, 10h.

<sup>36</sup> A invasão brasileira no Uruguai, em 1851, na historiografia brasileira, foi denominada **A guerra contra Oribe e Rosas** e, na uruguaia, **Tríplice Aliança: Entre Rios, Brasil e Montevidéu**.

Diante do cenário desenvolvido pelos caudilhos “*Blancos y Colorados*”, o Brasil – sedento por esclarecer, definitivamente, seus limites, buscou firmar a 12 de outubro de 1851 o **Tratado de Limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai** (Golin, 2004, p.32). Este documento estava inserido “em um arranjo geopolítico de que faziam parte quatro outros tratados – aliança, extradição, prestação de socorro financeiro e comércio-navegação” (Golin, 2004, p. 35). Esta escritura oficial garantiu “como comum a navegação do Rio Uruguai e dos seus afluentes” (Golin, 2004, p. 35).

Com o fim da Guerra Grande, o Uruguai, chefiado por Giró (Blanco), foi convocado pelo Brasil para executar junto a demarcação de limites conforme o tratado assinado (em 1851) pelo governo colorado. Juan Francisco Giró, então, “lembrou à legação brasileira que os tratados de 1851 não haviam sido aprovados pelo Legislativo, instância soberana para efetivar acordos internacionais” (Golin, 2004, p. 46). O governo brasileiro reagiu a esse pronunciamento alegando que isso era im procedente, visto que no período “não havia congresso, em consequência da guerra civil de quase dez anos” (Golin, 2004, p. 46).

Como sempre, houve empecilho na demarcação. O Uruguai mais uma vez argumentava ter sido “roubado” territorialmente. No entanto, o Brasil, audaz e experiente em função das questões diplomáticas portuguesas, fez exigências bastante consistentes caso o país vizinho desejasse ajustar o documento de 1851. Dentre estas exigências estava, como salienta Golin (2004, p.46):

- Voltar a vigorar o antigo convênio, que datava de 1819, cuja fronteira seria Castilho / Arapeí;
- O governo brasileiro faria incidir sobre o charque exportado do Uruguai para o Brasil o imposto de 25%;
- Quanto aos empréstimos que o Brasil todo mês fazia ao governo oriental, o império solicitava que fossem resgatados de imediato, com os respectivos juros;
- O governo do Brasil exigia um ressarcimento por danos materiais causados aos brasileiros em depredações, roubos, desapropriações e outros atos praticados por D. Manuel Oribe.

Frente ao silêncio do governo uruguaio diante destas cláusulas imperiais, os brasileiros deram um ultimato a Giró, como destaca Golin (2004, p. 47). Este, “teria até 12 de maio para dar cumprimento aos termos dos tratados; em caso contrário, o império começaria a executar integralmente as operações apontadas na correspondência de 17 de abril de 1852”. Diante de tamanhas exigências, a República do Uruguai “se submeteu a aceitar os tratados” (2004, p. 47).

Em 1852, algumas modificações foram estabelecidas na demarcação fronteiriça. No entanto, foi somente na década de 1860<sup>37</sup> que a fronteira Uruguai / Rio Grande do Sul recebeu sua caracterização final, através de marcos precisos. Mais tarde, algumas concessões ainda foram feitas. Em 1909, por exemplo, “um tratado de retificação de limites foi assinado”. Nele, o Brasil “devolvia ao Uruguai o direito à livre navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão” (Gutfreind, 1995, p. 42).

Neste documento que fixava definitivamente o território dos dois países, estabelecendo suas fronteiras e seus limites, “o Brasil cedeu à República Oriental parte das águas da Lagoa Mirim e estabeleceu a linha divisória pelo canal central do rio Jaguarão, sobre os quais tinha exclusividade” (Golin, 2002, p. 9). Em contrapartida, o Uruguai, em 1913, “cedeu ao Brasil o condomínio das águas do pequeno arroio São Miguel, que lhe pertencia exclusivamente pelo Tratado de 1851” (Golin, 2002, p. 9).

Ainda em 1934, depois de largo tempo sem questionamentos sobre limites territoriais, o Uruguai, novamente, reclamou ao Brasil o Rincão de Artigas e a Ilha Brasileira. Estas áreas, como inculca Golin, (ainda) são contestadas pelo lado Oriental, porém o Brasil declara que não possui problemas de limite com a antiga Cisplatina.

---

<sup>37</sup> Nesta mesma década começou a Guerra do Paraguai, país que era dirigido pelo ditador Solano Lopes, que também disputava território com o Brasil e a Argentina.

### 1.3.1 Linhas que se apagam, fronteiras que se cruzam

*“Creo que he visto una luz al otro lado del río”  
(Verso de Jorge Drexler, músico uruguaio)*

Ieda Gutfreind afirma em seu livro “Fronteiras e Guerras no Prata” que o Brasil e o Uruguai, após a retirada do governo imperial do território oriental em 1828, transpuseram os problemas herdados do período colonial para o cenário das relações internacionais. Dentre estes problemas, destaca a autora, estão os “relativos à função da linha de fronteira que os dividia e ao reconhecimento das propriedades que os lusos e brasileiros possuíam no Uruguai” (Gutfreind, 1995, p. 37).

Estas divergências têm sua origem no **Tratado de 1777 – Santo Ildefonso** – que determinava, dentre outras coisas, que a faixa de terra situada entre o litoral e as lagoas Mirim e Mangueira seriam território neutro. O que ocorreu, no entanto, foi que o Brasil nunca respeitou esta determinação oficial, estabelecendo estâncias para a criação de gado, adquirindo terras no Uruguai, como fizeram Sousa Neto, Bento Gonçalves e outras figuras da história do Rio Grande do Sul, cujas façanhas continuam inspirando ficcionistas rio-grandenses da atualidade, como Tabajara Ruas e Luis Antônio de Assis Brasil.

Ademais, como apregoa Golin, à época o “conceito de fronteira era muito amplo: significava todo o norte uruguaio e, em especial, a amplitude oriental do Rio Negro até a linha divisória” (2004, p. 182). E como os luso-brasileiros, o que inclui, evidentemente, o gaúcho rio-grandense, sempre tiveram um espírito expansionista, transpor esta linha imaginária não foi difícil.

Desde a fundação da Colônia de Sacramento (1680), o trânsito entre o Rio Grande e os núcleos populacionais hispano-americanos do Prata garantiu, como destacam Susana Bleil de Souza e Fabrício Pereira Prado (2004, p. 121), desde o século XVII, a presença de brasileiros na região norte do atual território uruguaio.

No século XIX, com as fronteiras ainda indefinidas (o que só ocorreu por volta da década de 1860 e, definitivamente, no século XX através de ajustes diplomáticos entre Brasil e Uruguai), o espaço fronteiriço era um caminho aberto. Não obstante, como mencionam Souza & Prado,

a paisagem semelhante do norte uruguaio e da campanha gaúcha, o tipo social, e os valores culturais eram também compartilhados, de um lado e do outro da fronteira. Assim, o norte uruguaio e a campanha gaúcha constituíam um espaço fronteiro integrado, economicamente complementar (SOUZA & PRADO, 2004, p. 122).

A fronteira como este espaço de circulação permitiu ao norte uruguaio características peculiares. Chirico aponta, por exemplo, que isto

ha influído definitivamente en nuestro lenguaje y en nuestra idiosincrasia, lo que nos da esta especial identidad fronteriza. Como prueba, basta oirnos hablar: nos diferenciamos de la mayoría del país por el uso del DPU – Dialecto Portugués – Uruguayo. (CHIRICO, 1998, p. 90)

O mesmo esclarecem Souza & Prado (2004) sobre o fato de a ocupação lusa no norte do Uruguai não ter estabelecido apenas relações econômicas, mas também linguísticas e culturais. Os autores colocam que “os rio-grandenses acabaram por influir, determinantemente, na língua, na moeda, nos costumes e no modelo produtivo adotado na região” (Souza & Prado, 2004, p. 122).

A título de exemplificação, se analisarmos as danças folclóricas do Rio Grande do Sul, notaremos que as grandes forças ibéricas de outrora bailam no mesmo compasso. Sapateio<sup>38</sup> e dança de roda<sup>39</sup> misturam-se, demonstrando a mescla cultural presente na formação do tipo social do Rio Grande do Sul. Nas páginas literárias que embalam os leitores das fímbrias do Estado, este tipo é representado “à moda do meio”. As personagens de Aldyr Schlee caracterizam o típico sujeito fronteiro. Invadem o limite como quem abre a porta da própria casa. São sujeitos do lá e do cá, com todas as características que envolvem o cá e o lá no entrecruzar do rio Jaguarão, ponto geográfico de suas origens biográficas que o autor elege como espaço preferencial de seus contos.

A fronteira, como vimos, caracteriza-se como uma zona de intercâmbio humano que inflige as regras estatais. Cria seus próprios mandos e desmandos, seus tapumes, suas cercas e aramados, seus limites, de acordo com o seu ritmo e característica. A fronteira é o espaço da mistura, dos movimentos de aproximação e distanciamento entre nações.

Esta concepção, contudo, contraria a historiografia dita oficial, cuja fronteira é concebida como muralha, sempre ameaçada pelo outro, “separando

---

<sup>38</sup> Influência espanhola

<sup>39</sup> Influência lusitana



o que pela própria natureza é continuidade, a vastíssima área do pampa” (Gutfreind, 2000, p.1). Historiografia esta que propaga o sentimento de nacionalidade, de nacionalização das fronteiras, deixando de esclarecer que, na maioria das vezes, este sentimento só surgiu neste espaço - considerando os casos do Rio Grande do Sul (Brasil), Uruguai e Argentina - com a criação dos Estados-Nação.

A partir dessa criação, se buscou firmar (ou forjar) uma identidade nacional – como percebemos no caso uruguaio, em que o governo de Berro (século XIX) buscou instaurar este sentimento nacionalista instalando imigrantes nas franjas do estado, dando ênfase à cultura oriental nas escolas, e, no caso da história do Rio Grande do Sul, com o decálogo do contorno lusitano impresso pelo Instituto Histórico (IHRGS), a partir da década de 1930, com o intuito de fazer da história sulina uma narrativa desde sempre brasileira.

Cabe-nos, portanto, depois da demarcação histórica da fronteira em estudo, reportar a sua constituição cultural. Afinal de contas, a cultura que emerge deste território está correlacionada a sua formação histórica. Ademais, para compreendermos a obra de Aldyr Garcia Schlee, é fundamental que vejamos a fronteira como uma região, como uma zona de cooperação, de troca entre o cá e o lá, de pertencimento lá e cá.

#### **1.4 Figurações da região: meus pés são lá, teus olhos cá**

*“O mundo velho já não é como dantes.  
São Borja, um país à parte no mapa-  
múndi político-federativo do Brasil, está  
repleto de êmulos de São Tomé”  
(Rillo, 1985, p.15)*

Diante do trecho do poeta e prosador Apparicio Silva Rillo, percebemos o quanto a relação fronteiriça, em muitos casos (como este, representado na ficção), conserva as diferenças imanentes do outro, tão intensificadas pela disparidade, pela concorrência, sejam elas da natureza que for. Notamos também a exaltação do espaço que se habita. São Borja – fronteira com a Argentina – é “um país à parte”. Isso singulariza a região pela sua situação

limítrofe. Esta singularização representada no universo da poesia de Rillo atenta para um outro rumo: o descaso do Estado com as margens geográficas.

O Estado não se preocupa igualmente com todos os cantos do território. Na maioria das vezes, os grandes centros, as cidades próximas às metrópoles são, muito em função da sua importância econômica, as grandes beneficiadas pelo poder governamental. A fronteira é sempre o ponto mais distante, o ponto onde os recursos tardam a chegar, mesmo em tempos de tecnologia avançada, como os de hoje. Por isso, fatalmente as margens (só) são focalizadas pelo Estado quando o poder de propriedade está sob pena de mudar de lado, quando os limites territoriais são ameaçados. Isso tudo faz com que as fronteiras (em ambos os lados) assumam a categoria de regiões geográficas, que desenvolvem o princípio do auxílio mútuo.

No Brasil, por exemplo, esta faixa limítrofe, que percorre toda a extensão do país (de norte a sul), tem como dimensão interna o equivalente a 150 km, partindo da linha divisória<sup>40</sup> (do limite para dentro do território). Segundo alguns teóricos, a esta faixa de terra dá-se o nome de zona de fronteira.

Moodie, frente a este tema, esclarece: “não há sequer duas regiões fronteiriças idênticas” (1965, p. 91). Cada uma molda sua história ou, como observa Tau Golin, cada fronteira “estimula a sua própria teoria” (2002, p.17). Isso é possível porque há locais onde não há povoações de ambos os lados; ou porque, onde estas povoações existem, pode haver um lado mais desenvolvido que o outro; e ainda, um lado pode ter mais abertura para o fluxo estrangeiro, ou, pelo contrário, ser menos flexível ao trânsito internacional desregrado. Cada espaço é desenhado pelo tempo e pelos seus habitantes.

Ao partir em busca de uma referência dada por Ieda Gutfreind, em seu artigo “Revisões Historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade”, encontramos o ensaio “*La inserción de la historia en el espacio: la geopolítica*”, de Jean Chesneaux. Neste texto, o autor esclarece que há, basicamente, dois tipos de fronteira: fronteira-linha e fronteira-zona. O primeiro caso diz respeito a “*una delimitación estricta, en función de las exigencias estatales más extremas, del control policiaco y fiscal de las personas residentes o inmigrantes*” (1988, p. 183). Já o

---

<sup>40</sup> Dado retirado da obra de Tau Golin (2002)

segundo, que nos interessa para o esclarecimento desta região de constantes trocas, configura-se como “*una zona de intercambios comerciales y humanos, de estatuto político impreciso*” (1988, p. 183).

Tau Golin para dissertar sobre a fronteira como zona/região, recorre a Camille Vallaux, que propagou o conceito correspondendo-o a “uma área articulada, econômica e politicamente, entre Estados”. Para Camille,

a zona-fronteira constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às interpenetrações e às separações entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico e político. Pela sua natureza complexa, as fronteiras constituiriam antes de tudo uma zona viva, sejam elas naturais ou artificiais. (VALLAUX *apud* GOLIN, 2002, 23 e 24)

Ademais, Golin chama atenção para uma terminologia bastante pertinente para o estudo de *Região*. Classificada por Elsa Laurelli, há três tipos de fronteira que refletem uma dinâmica social, embora seu estudo seja eminentemente técnico: fronteira comum, fronteira ativa e fronteira de trânsito.

A fronteira comum é estabelecida quando ambos os lados possuem “uma mesma economia e uma mesma identidade étnica” (Golin, 2002, p. 15). A ativa existe quando cada lado realiza atividades “diferenciadas e complexas, ainda que em ambientes similares, podendo ser complementares ou não, no qual se promovem maiores ou menores níveis de intercâmbio” (Golin, 2002, p. 16). Esta fronteira caracteriza-se pela existência das cidades-gêmeas ou cidades-pares. Já na fronteira de trânsito não há intercâmbio – o que existe são “apenas infraestruturas de transportes” (Golin, 2002, p. 16). Golin salienta que a primeira e a segunda denominação (fronteira comum e ativa) podem ser encontradas na economia e na cultura das franjas do Rio Grande do Sul.

Para Machado<sup>41</sup>, a zona de fronteira é

composta pelas faixas de cada lado do limite internacional. Caracteriza-se por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional. (MACHADO, 2005, p.259 e 260)

Para a autora, esta faixa de terra auxilia no desenvolvimento e na sustentabilidade do território fimbriado. As cidades-gêmeas, por sua vez, são o “meio geográfico que melhor caracterizam a zona de fronteira” (Machado, 2005, p. 260). São elas que estabelecem a zona de cooperação entre países vizinhos.

---

<sup>41</sup> Baseado nas teorias de John House.

Contudo, é importante ressaltarmos que esses acordos cooperativos dão-se informalmente entre os governantes locais. E, muitas vezes, estas relações são prejudicadas porque, como afirma Machado, neste setor, é “morosa a reação do Estado em função da impossibilidade jurídica *a priori* do que constitui uma zona/região de fronteira” (2005, p. 258). É necessário, portanto, em território fronteiriço, muita coerência, para que não haja atropelos na esfera legal.

Um bom exemplo do reconhecimento estatal de como funciona uma região fronteiriça ocorre com as margens Brasil e Uruguai. Nesta faixa limítrofe foi criada uma “identidade do fronteiriço”, com validade anual. Este documento existe desde dezembro de 2004 e valida o ir e vir de mais de 700 mil pessoas<sup>42</sup> que moram e trabalham entre os dois países.

No entanto, esse “livre-comércio” humano não ameniza as disparidades existentes entre um lado e outro, em se tratando de desenvolvimento. Muitas cidades-gêmeas se equiparam, mas a realidade da maioria não é a da igualdade de bens e serviços. Uruguaiana e Paso de Los Libres são um bom modelo disso. A mudança drástica é visualmente percebida ao atravessarmos a ponte. Do lado brasileiro – há “cor”, carros novos circulando, ruas e praças (de certa forma) organizadas. Do lado argentino, deparamo-nos com uma cidade típica dos filmes de *far-west* – carros corroídos pela ferrugem, sem emplacamento, ruas de “chão batido”, etc.. Além disso, o lado que vender mais barato algum produto de uso obrigatório garante a clientela “internacional”. Isso ocorre hoje em dia, de forma frequente, com a gasolina. Todos os dias os uruguaianenses cruzam a Aduana para encher seus tanques de um combustível mais barato, o que faz com que os donos dos postos da sua cidade sintam no bolso a diferença entre o cá e o lá. Este é o legítimo “capitalismo de fronteira” – outra forma de contribuição à interface regional.

A zona de fronteira, assim, tem uma dinâmica própria. Nascida para ser rija, concreta – com características de muralha, a fronteira empreende uma contradição na prática. Disfarça-se em limite, em obstáculo. No entanto, é o caminho amplo que está estendido por detrás do muro que mostra as interfaces. Por esta razão, Hissa aponta que os conceitos relativos à fronteira

---

<sup>42</sup> Dado coletado do artigo “Linha Imaginária”, publicado na revista **Discutindo Língua Portuguesa**, de autoria da professora Eliana Rosa Sturza.

podem ser melhor aproveitados quando se referem a ela como “pouco rígida, unificante, integradora, movente, flutuante” (2006, p. 41).

Esses movimentos procedentes da fronteira-zona implicam entender a linha, para Hissa, como camuflagem. É uma delimitação imposta pelo Estado, mas não vivenciada pelas margens. A linha é “o esconderijo da faixa, da zona, do espaço de transição que, a qualquer instante, pode se expandir pelos domínios em um ato de subversão dos poderes” (Hissa, 2006, p. 41). E este fio que separa é imperceptível, muitas vezes, ao olhar de quem faz a travessia entre os lados.

O rio Jaguarão<sup>43</sup>, que faz divida com o Uruguai, é instituidor de limites. Durante muito tempo foi de domínio brasileiro. Mas, por achar que o Brasil lhe roubava um pedaço da sua soberania, o Uruguai reivindicou parte das águas que costeavam a Banda Oriental. Assim, a partir de 1909, o ponto que instaura o início (ou o fim) dos territórios nacionais encontra-se no meio das águas. O barqueiro que antes transportava os de lá para o Brasil e os de cá para o Uruguai não mirava nenhum marco na sua travessia. Isso porque a interface nunca mira os símbolos, sinal impreciso ou insuficiente, como bosqueja Hissa, buscando na “exterioridade da linha o seu significado real de mistura, de interpenetração” (Hissa, 2002, p. 41).

Dessa forma, o limite imposto pelo Estado é transgredido, torna-se comutação. A separação converte-se em “passagem obrigatória, trânsito de uma atividade constante, atividades de trocas incessantes, transferências entre dois meios, duas substâncias” (Virilio *apud* Hissa, 2002, p. 41). Assim apresenta-se a fronteira como zona, região abrangente, conúbio entre as fímbrias nacionais, uma área destinada às interpenetrações.

### **1.5 Esboço da interface: para uma reflexão das fronteiras culturais**

Nos últimos anos, cresceram as discussões em torno das fronteiras. Estas se desdobraram. Hoje ganham diferentes contornos dependendo do campo em que se encontram. São fronteiras econômicas, do pensamento, do

---

<sup>43</sup> O rio Jaguarão é o limite natural entre o Brasil e o Uruguai. Do lado brasileiro, banha a cidade de Jaguarão e, do lado uruguaio, Rio Branco.

saber, da educação, ambientais, entre literatura e história, linguísticas, sociais, culturais, etc..

Normalmente, associamos fronteira à ideia de territorialidade, a sua concepção geopolítica. Custa-nos perceber sua ligação à esfera da construção simbólica de pertencimento, cuja denominação abarca a identidade nacional.

Afora isso, custa-nos, também, acreditar, por não nos encontrarmos ou nos originarmos de um território limítrofe, em que haja a possibilidade de pertencimento a duas nações. Como, por exemplo, um torcedor pode desejar a vitória de seleções nacionais que representam identidades diversas? Impossível olvidar a rivalidade futebolística. No entanto, quando conferimos manifestações culturais como a literatura e o futebol, constatamos o quanto as fronteiras culturais permitem fluxos e aproximações inesperadas.

Dentro desse universo de trocas, lembremos, a propósito, que Aldyr Schlee foi o grande responsável pela criação do uniforme da seleção brasileira de 1954. Muitos podem pensar que o desenhista da camisa canarinho, um aficionado por futebol, seja fiel torcedor brasileiro. Porém, o artista torce pela celeste uruguaia. Na copa de 1950, Schlee festejou a vitória do “lado de lá”, quando o Uruguai venceu, em pleno Maracanã, o Brasil, por 2X1. Na década de 1980, outra vez Schlee festejou o mesmo placar – o Uruguai, na sua capital federal, ganhou o *Mundialito*<sup>44</sup> do time (hoje) pentacampeão. Schlee, desde a infância, é apaixonado pelo Nacional, de Montevideu, e pela seleção uruguaia de futebol.

A partir dessas posições expressas por Schlee podemos pensar nos caminhos abertos e imperceptíveis que habitam as zonas limítrofes. A paixão do desenhista é compreensível: natural de Jaguarão (RS), ele está a cerca de 200 metros da fronteira com o Uruguai e de 380<sup>45</sup> km da capital de sua província - Porto Alegre (mesma distância que há entre Jaguarão e Montevideu).

A proximidade imprime características ao homem. No caso de Aldyr Schlee, que na sua infância acompanhava futebol por meio de jornal e rádio, o

---

<sup>44</sup> Também chamado “Copa de oro”. Foi um campeonato realizado em 1980 / 1981, reunindo as equipes vencedoras de Copas do Mundo anteriores.

<sup>45</sup> Dado retirado da página da prefeitura de Jaguarão. <<http://www.jaguarao.com.br/prefeitura/page1000.aspx> > Acesso em 19 de julho de 2009, às 20h.

contato com periódicos uruguaios e argentinos, que chegavam mais rápido à fronteira, e com as estações do Uruguai, foi culminante nas suas escolhas de torcedor.

A este apagamento das fronteiras dá-se o nome de globalização. Tema bastante difundido na atualidade, mas nada novo nas bordas sulinas. O pampa nada mais é do que a junção de territórios que as injunções da história, como vimos, distribuíram entre três países: a Argentina, o Uruguai e o Brasil. Desde os tempos da colonização isto é realidade por aqui. Sequer os limites impuseram barreiras ao modo de vida e à cultura que paira nestes campos.

Isso acontece, segundo Pesavento, porque “as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites” (2002, p. 35). Neste sentido, o conceito trabalha com princípios de reconhecimento que envolvem analogias, correspondências de igualdade, oposições, que geram a percepção da identidade e da alteridade. As fronteiras culturais remetem “à vivência, à socialidade, à forma de pensar intercambiável, aos valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos, ideias” (Pesavento, 2002, p. 36).

Diante dessas premissas, quem há de duvidar do “desbotamento” desta linha que “separa” Brasil e suas fronteiras? Ou melhor, como desconsiderar as aproximações culturais que presenciamos nesta faixa larga que contorna, em especial, as fronteiras do sul do país?

A indumentária característica do gaúcho pouco difere de uma região para a outra. O chimarrão, outro símbolo do gauchismo, é encontrado da mesma forma, inclusive com suas variações (mate doce, mate frio, etc.). O cavalo, principalmente o crioulo, é outro gosto compartilhado por sul-brasileiros, uruguaios e correntinos, que atravessam suas fronteiras frequentemente em busca do melhor sangue para suas criações<sup>46</sup>.

A ponte, o rio, os circos, os cinemas, o futebol, as parteiras – tudo é compartilhado num vai e vem de fronteira. Dependendo das condições de

---

<sup>46</sup> Há vários estudos que registram os usos e costumes do povo do Rio Grande do Sul, dentre eles: FAGUNDES, Antônio. **Indumentária Gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992; LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. Porto Alegre: Globo, 1984; CORTES, Paixão; D'AVILA, João Carlos. **Manual de Danças Gaúchas**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1968.

saúde de onde se está, o fronteiro cruza para o outro lado para parir sua prole – reafirmando a integração entre o “meu lado” e o “lado do outro”. Isso, muitas vezes, acarreta problemas, pois no caso brasileiro há o Sistema Único de Saúde (SUS) e os recursos chegam a todas as cidades de acordo com o número de habitantes. Com o fluxo das cidades-gêmeas estes dados são imprecisos e os recursos não abrangem o todo necessário. No entanto, ter um filho do lado brasileiro permite uma inscrição junto ao SUS e a garantia de atendimento por parte do Governo Nacional.

No tocante à língua, as aproximações são ainda mais evidentes. O bilinguismo é uma realidade irrefutável. Ou, como apontam muitos linguistas, o que existe não é um bilinguismo, mas um idioma próprio de fronteira, o *portunhol*. Dessa forma, as principais línguas que habitam a zona limítrofe vão se espalhando, ganhando espaço, assim como fez o latim em outros tempos. O que é certo, no entanto, é que a intenção dos brasileiros, uruguaios e argentinos, hoje, é outra, que não a conquista territorial que os romanos pretendiam, ao tempo do estabelecimento das “primeiras fronteiras”.

Um dado bastante interessante que comprova esta integração linguística está na divisa Brasil-Uruguai. Nesta linha, “a transgressão dos limites ocorreu, sobretudo, para dentro do território uruguaio”, como esclarece Sturza<sup>47</sup>. Primeiramente, essa invasão ocorreu com os portugueses e depois com os brasileiros, de forma que isso “possibilitou a manutenção da língua portuguesa e determinou sua importância no próprio processo de ocupação da região norte do Uruguai” (Sturza, 2005).

Dessa forma, compreendemos a fronteira como um limite sem limites. Seu conceito é movediço, poroso. Em constante fluxo, como as ondas de um oceano, as fronteiras moldam-se a sua maneira, de acordo com suas características. Elas criam suas teorias, como colocou Tau Golin. Erguem-se como zonas/regiões em uma dimensão de ambivalência e ambiguidade, como anuncia Pesavento:

Ambivalente porque a fronteira é trânsito que comporta dois estados de ser, e ambíguo porque traz consigo uma promessa de superação

---

<sup>47</sup> STURZA, E. R. **Línguas de Fronteira: O Desconhecido Território das Práticas Lingüísticas nas Fronteiras Brasileiras**. Ciência e Cultura, São Paulo, p. 47-50, 2005. Disponível em: < <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a21v57n2.pdf> > Acesso em 20 julho de 2009, às 14h.



no tempo, na possibilidade de ser um outro, um terceiro.  
(PESAVENTO, 2002, p. 37)

### **1.6 Contornos nacionais: reflexões sobre a pertença.**

Ao considerarmos o reconhecimento da fronteira como região (movimento para dentro do território internacional), onde a linha divisória é apagada, percebemos um “continuum cultural”, como menciona Burke (2003, p. 2). Isso ocorre porque “não existe uma fronteira cultural nítida ou firme” (Burke, 2003, p. 2). O que existe é uma imprecisão, pois não conseguimos marcar quando ou onde (assim como observa Burke com relação ao holandês e ao alemão) termina ou começa o espanhol e o português no limite do Rio Grande do Sul com os países do Prata. O fronteiriço, por sua vez, é um indivíduo que compartilha os dois lados, as duas línguas, as duas culturas (ou seria uma só cultura, a do fronteiriço?).

Se, por outro lado, considerarmos o reconhecimento da fronteira como fim / começo de uma Nação (movimento para dentro do território nacional), veremos que este “continuum” não se afirma sempre. Ou melhor, este prolongamento na direção do outro lado da fronteira não se dá em todos os âmbitos, mas através de processos de hibridização que envolvem respectivamente, como aponta Burke (2003, p. 23) artefatos (arquitetura, literatura), práticas (religião, música, esporte, linguagem, indumentária, circulação de culturas) e povos (luso-brasileiros, hispano-americanos, fronteiriço).

Ademais, não há como negar a presença do Estado nas fímbrias do território, porque há sempre um marco simbólico (marco limítrofe, bandeira, sinalização, língua nacional) a delimitar propriedade, poder territorial. Mas, frente a este “continuum”, como identificar o que é nacional e o que estrangeiro na fronteira?

À luz de Boaventura de Sousa Santos, é importante salientarmos que “as culturas nacionais são uma criação do século XIX, são o produto histórico de uma tensão entre universalismo e particularismo gerido pelo Estado” (2006, p. 151). O Estado, dessa forma, segundo o crítico português, tem papel duplo:

“por um lado, diferencia a cultura do território nacional face ao exterior; por outro lado, promove a homogeneidade cultural no interior do território nacional” (2006, p.151). Dessa forma, nacional será tudo que está dentro dos limites impostos pelo Estado. Já estrangeiro será tudo o que diz respeito à outra Nação, a outro espaço, a outras representações simbólicas que não as atribuídas pelo espaço interno. Estrangeiro é externo, é o outro, para além do limite.

Frente aos papéis do Estado, Santos salienta que em Portugal esses (papéis) nunca foram desempenhados cabalmente, o que trouxe consequências para a cultura portuguesa, “que teve sempre grande dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais” (2006, p.151). Se por um lado Portugal enfrenta este problema por ser um “país fronteiro”, o Brasil o enfrenta por ser extenso demais. A diferença cultural está presente dentro do território, o que dificulta, para o Estado, uma rejeição ao regional em prol do nacional<sup>48</sup>.

Por isso, com o intuito de construir uma identidade brasileira, a partir da Revolução de 30, o Estado centralizou-se. Isso ocorreu a fim de que “o poder se deslocasse crescentemente do âmbito regional para o nacional” (Oliveira, 2000, p. 70). À época, para reforçar a idéia da nacionalidade, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que ajudaria, através dos seus recursos, a educar o povo para o reconhecimento da “mãe gentil, Pátria amada, Brasil”.

Com o Estado Novo, “proibiu-se o ensino de língua estrangeira, introduziu-se a disciplina de Moral e Cívica, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda” (Oliveira, 2000, p. 71), que cooperaram para a elaboração de um modelo de nacionalidade. Há, ainda, um fato que marca (simbolicamente) o nascimento da “Nação Brasileira”: a queima das bandeiras estatais em cerimônia pública na Esplanada do Russell, comandada por Getúlio Vargas e amparada pela constituição de 1937.

No entanto, a imposição de um sentimento mais nacionalista não coibiu a defesa pelo regional, pela região. Gilberto Freyre, em 1926, foi um dos que ergueu voz a esta riqueza do Brasil, com o seu Manifesto Regionalista. Este manifesto tinha como proposta “reorganizar o país visando consolidar a

---

<sup>48</sup> Para o forjamento de uma identidade una, homogênea do brasileiro.

sociedade brasileira através de um modelo político-administrativo calcado na região como elemento constitutivo da nação” (Oliveira, 2000, p. 63).

No Brasil, o papel da região é muito forte para a elaboração das identidades. Se o povo do norte, como registrou Freyre, exemplifica este poder regional na afirmação da região, o povo do Sul, em especial, o do Rio Grande do Sul, na figura do gaúcho, também serve como exemplo. Isso ocorre porque no Brasil, assim como na sua antiga metrópole, não é a homogeneidade que forma a cultura nacional, mas as particularidades de cada zona do território.

Assim, a fronteira ergue-se num entremeio, num espaço internacional (entre Nações). Espaço este caracterizado pela troca que, segundo Burke (2003, p. 77), está sujeita a aceitação, rejeição, segregação e adaptação. Logo, como o autor mesmo salienta, “não devemos nos esquecer que as culturas são heterogêneas e que diferentes grupos podem reagir de modos muito diversos aos encontros culturais” (Burke, 2003, p. 85).

No caso da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, superadas as desavenças do passado, ao que parece, há mais compartilhamento positivo que qualquer outro sentimento de rejeição. Esta região tem aquilo que menciona Boaventura Santos em seu estudo a propósito de “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”: “a leveza que a torna muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-vem, e como tal nem nunca está escancarada, nem nunca está fechada” (2006, p. 155).

## 2. SOBRE A LINHA DIVISÓRIA UM HOMEM CONTEMPLA UMA TERRA SÓ

### 2.1 O esbozo de um escritor e de sua trajetória

*O que foi e o que é  
como se sempre fosse  
no campo sem fronteiras  
e na fronteira sem limites.*  
(Aldyr Schlee, em *Contos de Sempre*)

Sujeito nascido do lado brasileiro do rio Jaguarão, Aldyr Garcia Schlee tinha tudo para ser um desconhecido, não fosse o seu talento artístico. Exímio desenhista desde a tenra idade, aprimorou a técnica que o levaria ao conhecimento nacional através de um curso por correspondência. Aos vinte e seis anos, enveredou-se pelos caminhos do conto. De lá para cá, alimentou-se da literatura, publicando vários livros. O desenho, amor primeiro, permanece como “consumo interno” (Schlee, 1988, p.6) na vida do escritor.

Em entrevista concedida a Sergio Faraco, Danilo Ucha e Carlos Baumgarten em 1988, publicada no caderno **Autores Gaúchos**<sup>49</sup>, Schlee declarou que, desde a infância, o lado da outra margem do rio Jaguarão o instigava muito. E, embora tenha deixado cedo a sua terra natal, nunca conseguiu desprender-se do seu pago<sup>50</sup>. O contista afirma, acerca deste seu

---

<sup>49</sup> INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. Aldyr Garcia Schlee. 1ª ed. Porto Alegre: IEL; AGE. Editora; Editora da ULBRA, 1988 (Coleção Autores Gaúchos V. 20).

<sup>50</sup> Aldyr Garcia Schlee nasceu em Jaguarão, Rio Grande do Sul, em 22 de novembro de 1934, quase ao meio dia, na casa de seus avós maternos. Em 1941, a sua família se transferiu para Pelotas, onde o seu pai instalou um armazém de exportação. Neste mesmo ano nasceram

apego às origens, que: “Aos 14 (saí), quando terminei o ginásio. Mas na verdade, nunca estive longe de Jaguarão” (Schlee, 1988, p. 4).

Esta afeição telúrica enraizada no escritor permitiu que ele buscasse no seu próprio universo a matéria-prima para a sua ficção, que, como ele ressalva, tem muito das suas memórias, pois “a (minha) memória tem um compromisso tão forte com o resultado do (meu) trabalho quanto a imaginação” (Schlee, 1988, p. 8). Ademais, Schlee salienta a respeito desta substância buscada no seu cotidiano, no seu mundo particular, que tudo que ele nutre para transformar em literatura é obtido de muito próximo: “o meu mundo literário está à minha mão. É uma questão somente de desvendar” (Schlee, 1988, p. 5). Ou melhor, “em vez de inventar um lugar, eu tenho um lugar sobre o qual exerço a minha invenção” (Schlee, 1988, p. 8). E este lugar que Schlee traz para a sua literatura é a (sua) fronteira.

Sob forte influência de escritores do Uruguai, Schlee foi desvendando a si e ao seu mundo literário, chegando muitas vezes, como afirma Faraco, a denominar-se um “escritor uruguaio” (Schlee, 1988, p. 7). Inspirado por autores como Acevedo Díaz<sup>51</sup>, Paco Espíndola, Javier de Viana, Morosoli, os

---

seus irmãos gêmeos, José Milton e José Hilton, que juntamente com Anna Teresinha formam a família de Augusto Schlee e Maria Thereza Emygdio Garcia Schlee. Ainda em 1941, uma enchente arrasou o estabelecimento comercial da família, fazendo com que Aldyr Schlee retornasse a sua terra natal. No ano de 1943, por vontade da avó Darcylla (que criou o contista), Aldyr Schlee ingressou no IPA (Instituto Porto Alegre), que realizava uma atividade pioneira na fronteira. Anos depois, Aldyr Schlee retornou a Pelotas, a fim de estudar Direito na Faculdade de Direito de Pelotas. Em 1953, já estudante universitário, ganhou o concurso nacional de desenho para a escolha do uniforme da seleção brasileira de futebol. Depois disso, Schlee realizou atividades como jornalista, estagiando em 1954, no jornal carioca **Correio da Manhã**, onde pode acompanhar a seleção de futebol. Além disso, conviveu com Aparício Torelly, o Barão de Itararé, e o diagramador e chargista Andrés Guevara. Em 1957, novamente em Pelotas, fundou com seu pai e alguns amigos, a revista **Ponto de Vista** o que o levou a, no ano seguinte, ingressar como secretário de redação do jornal pelotense **A Opinião Pública**. Em 1960, já casado, deu início a sua trajetória literária, escrevendo seus primeiros contos. Em 1962, ganhou o Prêmio Esso de Reportagem, com uma série de reportagens sobre “O xisto betuminoso no Rio Grande do Sul”. Em meio à ditadura militar, Schlee foi detido em 1964, respondendo a vários inquéritos policiais. Neste mesmo ano conturbado na vida do escritor, ele lançou seu primeiro livro de contos (que não teve circulação nacional), intitulado **Jaguarão e o Resto do Mundo**, premiado com Menção Honrosa em concurso promovido pela Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1968, seu livro de contos **Jaguarão Universo** obteve Menção Honrosa no Prêmio José Lins do Rego, da Editora José Olympio. A partir dos anos setenta, publicou inúmeros contos no Caderno de Sábado, do **Jornal Correio do Povo**. Outro dado significativo sobre a vida do autor diz respeito a sua participação, em 1975, na redação do projeto do **Tratado da Lagoa Mirim**, que firmou definitivamente as linhas que dividem o Brasil e o Uruguai. A partir da década de oitenta, Schlee deu início as suas publicações de alcance nacional, sendo a última delas o livro **Os Limites do Impossível – contos Gardelianos**, em 2009. Atualmente, o ficcionista vive em Capão do Leão, Rio Grande do Sul.

<sup>51</sup> Romancista, historiador e contista uruguaio, inaugurador em seu país do romance histórico.

chamados *criollistas uruguayos*, bem como por autores gaúchos e argentinos, Schlee moldou o seu conto. E, embora influenciado pelas leituras de cunho regionalista, a figura do gaúcho não ganha destaque no conjunto da obra<sup>52</sup> do literato, mesmo o autor vendo este modelo regional como “um tipo que está além dos limites que separam os países” (Schlee, 1988, 7).

Como um escritor de fronteira, Schlee busca conciliar, na medida do possível, ambas as margens territoriais, o que faz com que sua obra (que por um lado se aproxima da tradição do conto do Rio Grande do Sul) se distancie em termos literários de um escritor como Simões Lopes Neto. Isso ocorre porque Lopes Neto, como coloca Baumgarten na referida entrevista do caderno do Instituto Estadual do Livro, “não passa para o lado de lá”. E Schlee, pelo contrário, “faz uma literatura do outro lado” (Schlee, 1988, 5). Uma tentativa, certamente, de superação da linha divisória.

Nas palavras de Maria Helena Martins, Aldyr Garcia Schlee

Vislumbra uma ação integradora, que diminui distâncias sociais, políticas, econômicas entre os cidadãos da grande comarca pampeana. Busca algo enraizado na região e clamando por (re)conhecimento cultural, alavanca para o desenvolvimento social desejado. Tal proposta perpassa a obra do autor, destacando aspectos da vida nas cidadezinhas fronteiriças, cultivados através da história compartilhada e de laços socioculturais. Percebe-se, no realismo irônico, no humor quase amargo de muitos contos, um desejo de compreender e valorizar a região em que vivemos, numa perspectiva crítica e humanista. (MARTINS, Maria Helena, 2004, p. 129)

### 2.1.1 A OBRA

Diante desse quadro que Schlee traça e transporta para o seu mundo ficcional, ao olharmos para a sua produção, que é exclusivamente de contos, percebemos um projeto que ganhou força e maturidade literária com o passar dos anos. Ao longo dos contos, notamos mais latente a preocupação de trazer a fronteira como o grande tema central da sua narrativa. Em meio a isso, aspectos particulares deste espaço fimbriado são trazidos para o texto ficcional: o bilinguismo, a ponte, os dormentes da estação, a estação Rio Branco, o rio

---

<sup>52</sup> Embora apareça o gaúcho de bota e bombacha ele não é caracterizado como um herói do pampa, idealizado. Os gaúchos que aparecem na obra Schleeeriana são homens simples da fronteira, que choram, que estão sujeitos a todo tipo de frustração, de pecado, porque são retratados sem uma aura mítica.

Jaguarão, o teatro Esperança, o ir e o vir, o lá e o cá, as cidades de Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai). Além destes aspectos, os *puebleros* fronteiriços ganham destaque nos contos, em especial, as mulheres que fazem parte do *pueblo*, sempre guiados por um narrador que sabe tudo e que, às vezes, até participa dos acontecimentos que dão vida a esta região.

No tocante as suas obras, a primeira a ser publicada<sup>53</sup> foi **Contos de Sempre** (1983), que traz os únicos vestígios da gauchesca<sup>54</sup> Schleeriana. Este livro divide-se em duas partes: “Os de ontem” e “Os de hoje”. Somente a primeira parte relaciona-se diretamente à temática vigente no regionalismo literário do Rio Grande do Sul, pois a segunda já delinea o perfil literário que encontraremos nas demais produções. Esta divisão, talvez, seja uma tentativa de incorporar ao trabalho do contista um marco, uma “linha divisória” que demarcaria o início de um projeto maior (ou o fim de uma tendência recorrente na produção do conto gaúcho na trajetória do contista).

Sua segunda publicação data de 1984 e origina-se da primeira colocação na II Bienal Nestlé de Literatura<sup>55</sup>. **Uma Terra Só**, publicada pela editora Melhoramentos, de São Paulo, traz nitidamente como o grande pano de fundo dos contos - a fronteira. **Linha Divisória**<sup>56</sup>, dedicada “a todos que lutam por um mundo sem divisas” (1988, p. 5), segue a mesmo caminho. O espaço fronteiriço é marcado já na apresentação assinada por Aldyr Schlee, que esclarece o seguinte:

Minha literatura é brasileira, mas, antes, gaúcha. Isso quer dizer que, mesmo em português, faz-se um pouco uruguaia nos temas e na amplitude geográfica. Assim são estes contos, que não chegam a ser campeiros ou *criollos*, enquanto gaúchos; mas que também não são propriamente urbanos. Prefiro chamá-los como fazem os uruguaiois: *cuENTOS puebleros*. (SCHLEE, 1988, p 7)

<sup>53</sup> Antes das publicações conhecidas nacionalmente, Schlee já se aventurara pelos caminhos do conto, como podemos ver em obras (não publicadas) como **Jaguarão e o Resto do Mundo** (1964) e **Jaguarão Universo** (1968)

<sup>54</sup> Tratamos por gauchesca a temática que coloca o gaúcho (de bota, bombacha, lenço no pescoço e espada em punho) em um primeiro plano da narrativa, com o intuito de contar seus feitos heróicos.

<sup>55</sup> O Prêmio Nestlé de Literatura nasceu como parte integrante da Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, lançada em 1981 durante as comemorações dos 60 anos da Nestlé Brasil. Em sete edições, contou com a participação de mais de 50 mil escritores e premiou mais de 50 obras, nas categorias Romance, Poesia, Literatura Infante-Juvenil, Contos e Crônicas, incluindo autores como Manoel de Barros, Carlos Heitor Cony e Antonio Cícero. < [http://www.nestle.com.br/site/anelle/estudantes/estu\\_nebr/estu\\_nebr\\_respsocial/estu\\_nebr\\_respsocial\\_fnc/estu\\_nebr\\_respsocial\\_fnc\\_premio.aspx](http://www.nestle.com.br/site/anelle/estudantes/estu_nebr/estu_nebr_respsocial/estu_nebr_respsocial_fnc/estu_nebr_respsocial_fnc_premio.aspx) > Acesso em 5 de junho de 2009, às 20:10.

<sup>56</sup> Finalista, em 1985, do “*Casa de las Américas*”.

A indicativa de que Schlee almeja um projeto literário cuja fronteira (como região abrangente) e suas particularidades são o seu grande motivo segue nos demais livros editados pelo contista. **Contos de Futebol** (1997), **O dia em que o Papa foi a Melo** (1999), publicados primeiramente em espanhol, e **Contos de Verdades** (2000) também se alinham a esta perspectiva. Aliás, dentre estas últimas publicações do contista de Jaguarão, há dois Prêmio Açoriano de Literatura na categoria conto: **Contos de Futebol**, em 1998, e **Contos de Verdade**, em 2001.

Em 2009, na feira do livro de Porto Alegre, Schlee lançou **Os limites do impossível: Contos gardelianos**. Esta obra, narra as diferentes versões acerca do nascimento de Carlos Gardel. Além destas obras, Schlee participou de uma antologia chamada **Para ler os Gaúchos**, em 1999, juntamente com outros contistas do Rio Grande do Sul.

Ademais destas publicações que compreendem a produção ficcional de Schlee, há outra, de cunho crítico, organizada por ele acerca da literatura de Simões Lopes Neto. Denominada **Contos Gauchescos e Lendas do Sul – edição crítica** (2006), este livro traz um estudo minucioso sobre a ficção de Lopes Neto.

### 2.1.2 A TRADUÇÃO

Schlee também tem o merecido reconhecimento pelo seu papel como tradutor. Em 1997, foi agraciado com o Açoriano pela tradução de **Facundo – Civilização e Barbárie no pampa argentino**, de Domingo Faustino Sarmiento, escrito em 1845. Afora essa obra, Schlee traduziu para o português, **Para sempre Uruguai**, livro com os melhores contos uruguaios (trabalho conjunto com Sérgio Faraco), e **Pátria Uruguiaia**, de Acevedo Díaz.

Schlee enveredou-se, também, para os caminhos da autotradução. Verteu duas de suas obras escritas originalmente em espanhol, como é o caso de **El día en que el Papa fue a Melo** e **Cuentos de Fútbol**. Em sua atuação como tradutor do português para o espanhol, encontramos versões como **La**



**Salamanca del Jarau**, de Simões Lopes Neto e **Campo Afora / Campo Afuera**, de Cyro Martins, em uma edição bilíngue.

Segundo Mitizi de Miranda Gomes<sup>57</sup>, em artigo publicado pelo CELP Cyro Martins<sup>58</sup>, o estudo da trajetória de Schlee no âmbito da tradução evidencia que ele possui consciência acerca das regiões culturais para as quais traduz. A autora ressalta ainda o papel de Schlee como um escritor-tradutor de fronteira, cujo trabalho “busca mostrar a semelhança entre as culturas, fazendo-nos pensar que o ato tradutório é também uma forma de conhecer o outro e, conseqüentemente, de conhecer a nós mesmos” (Gomes, 2008).

### 2.1.3 A CRÍTICA

É interessante ressaltarmos que mesmo frente a um contista talentoso como é o caso de Aldyr Garcia Schlee são raros os trabalhos como o de Mitizi Gomes. Há pouquíssimos textos dedicados a obra Schleeriana. A crítica, ao que parece, não dedicou (ainda) um olhar mais atendo a este literato.

Frente a esta escassez, os textos seguem uma linha mais ou menos paralela de análise, o que permite identificar traços comuns nas leituras encontradas acerca da obra de Schlee, como por exemplo:

- a crítica caracteriza Schlee como um literato de fronteira, comprometido com o seu espaço de origem e com as formas de melhor representá-lo literariamente;
- a crítica aponta Schlee como um literato que retrata o povo e os costumes da fronteira;
- a crítica ressalta o papel de Schlee como pesquisador, ensaísta, tradutor e ficcionista que dedica especial atenção, como aponta Maria Helena

---

<sup>57</sup> Mitizi Miranda Gomes doutora em Letras - Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora Adjunta da UFPel – UAB.

<sup>58</sup> GOMES, Mitizi Miranda. Traduções de fronteira / fronteiras da tradução: Aldyr Garcia Schlee e o pampa. CELPCYRO, 2008. < <https://www.celpcyro.org.br/v4/capa.htm> > Acesso em 28 de julho de 2009, às 11h.

Martins (2004, p. 129), ao estudo da literatura uruguaia e sul-rio-grandense, abordando questões sobre identidade cultural e relações fronteiriças;

- a crítica divulgada em jornais Brasil afora teve (e tem) um papel fundamentalmente de divulgação da obra Schleeriana.

Distinto dos textos publicados por especialistas da literatura, que se dispõem, normalmente, a dar um caráter mais acadêmico, mais científico às análises, o fascículo **Autores Gaúchos** (1988, V. 20), dedicado ao escritor, desenha panoramicamente a vida e a obra de Aldyr Schlee. Este volume traz em suas páginas, dentre outros comentários e entrevista, um breve artigo de Maria Eunice Moreira, que permite ao leitor, que se dispõe a desbravar as páginas fronteiriças de Schlee, conhecer um pouco do caminho que encontrará pela frente.

Além desse artigo, há outro, assinado por Maria Helena Martins, intitulado “Entrelinhas na Literatura de Aldyr Garcia Schlee”<sup>59</sup>, que aborda a obra ficcional do contista relacionada à sua atuação junto à pesquisa do CEPLCYRO dedicada as fronteiras culturais. Neste artigo, Martins enfatiza o comprometimento do artista com o seu espaço e a forma como ele busca integrar ambos os lados da fronteira em busca de um “nós/nosotros”, que enfatize não só a diferença imanente deste espaço, mas suas especificidades.

Anterior a esses textos, há um de Flávio Loureiro Chaves, publicado na obra **História e Literatura**, que ao abordar a temática do gaúcho, mais precisamente da versão ideológica do “centauro dos pampas”, faz menção a obra **Contos de Sempre**, de Schlee. Neste registro, Loureiro Chaves chama à baila um dos assuntos que ele já mencionava acerca da obra Schleeriana na década de oitenta, ao assinar em nome da comissão julgadora da II bienal de Literatura a orelha do livro **Uma Terra Só: a superação do regionalismo literário gaúcho** por parte do autor, quando este faz com que permaneça a região sem desenhá-la nos moldes da gauchesca sulina. Para Chaves, Schlee ultrapassa a ideologia regionalista presente na literatura brasileira ao “permanecer fiel ao registro de vultos e hábitos peculiares e ao inserir temas profundos capazes de garantir sua universalidade” (1999, p. 78).

---

<sup>59</sup> In: CHIAPPINI, Ligia Chiappini et al. Pampa e Cultura: de Fierro a Neto. Porto Alegre: UFRGS/IEL/CELPCYRO/LAI-FU, 2004.

Quanto à crítica publicada em jornais, seguimos as referências deixadas pela publicação do IEL <sup>60</sup>(**Autores Gaúchos** – V. 20). No material que conseguimos localizar, encontramos (apenas) comentários acerca das publicações de Schlee. Nada de muito aprofundado no que se refere à composição dos contos, à estrutura da obra, por exemplo. Ademais, a circulação destes textos em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul ocorreu na década de 1980, época em que Schlee ganhou destaque como escritor através da Bienal de Literatura. Depois disso, o que circulou (e circula) nos jornais foram (e são) textos que comentam o papel de Schlee como desenhista, em especial, seu trabalho como criador do uniforme da seleção brasileira de 54.

No que concerne à crítica acadêmica, encontramos uma monografia de especialização, defendida em 2007, intitulada “Aldyr Schlee e a Construção identitária do gaúcho de fronteira<sup>61</sup>”. E, com um trabalho mais embasado e aprofundado sobre o conto Schleeriano, encontramos uma dissertação de mestrado, defendida em 2004, por Fabiane de Oliveira Resende, na Fundação Universidade Federal de Rio Grande, intitulada “Aldyr Schlee e a linha de fronteira: homem, terra e literatura”.

Nessa dissertação, diferentemente do que nos propomos neste trabalho, a estudiosa dedica sua análise aos três primeiros livros publicados por Schlee. Para Fabiane Resende, sua opção deu-se devido aos “três volumes serem ambientados na zona da fronteira e convergirem esse universo diegético para a representação do seu habitante”, através de uma “orientação diacrônica, que compreende desde os tempos de formação do estado sulino até a formação em espaço eminentemente urbano”. A análise de Fabiane Resende dedica-se

---

<sup>60</sup> BRANCO, Aloísio G. **Ontem ou hoje, a marca de um bom contista**. O Globo, RJ, 17 de abr. de 1984.

CUÑA, Newton. **Cidades Gêmeas, fraternas personagens**. O Globo, RJ, 14 de out. de 1984.

DEGRAZIA, José Eduardo. **Contos do Povo de Jaguarão**. Correio do Povo, Letras e Livros. POA, 13 de ago. 1983. (em anexo)

FRANCO, Sérgio da Costa. **Schlee**. Zero Hora, POA, 19 de nov. de 1984. (em anexo)

HOHLFELDT, Antonio. **Histórias Marginais sobre marginais**. Correio do Povo, POA, 4 jan. 1977. (em anexo)

RAMOS, Ricardo. **Três Contistas que valem uma Bienal**. O Estado de São Paulo, SP, 26 de jun. de 1983.

RIBEIRO, Leo Gilson. **E os últimos foram os primeiros**. O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, SP, 30 de abr. 1983.

SÁ, Jorge. **Em tempo de pampa**. Jornal do Brasil, RJ, 21 de maio 1983.

<sup>61</sup> Monografia que defendemos ao final do curso de especialização em Literatura Brasileira UNIFRA – Centro universitário Franciscano, sob orientação da prof. Dr. Vera Elisabeth Prola.

a situar o conto de Schlee na série literária regional, buscando contrapontos e aproximações com o regionalismo literário. Além disso, dentro do seu estudo, a crítica debruça-se sobre o estudo do narrador Schleeriano e sua função dentro dos contos.

Frente a isso, é significativo chamarmos a atenção para a importância de Aldyr Schlee para a literatura do Rio Grande do Sul, visto que ele traz para o universo ficcional o espaço que “de fora a fora” faz parte desta arte, principalmente na sua vertente regionalista. Schlee, como um sujeito do pampa, conhecedor dos códigos oriundos deste lugar, traz para a sua escritura, “antes de mais nada, flagrantes de vida do homem comum, de gente simples da faixa fronteira, onde se misturam idiomas, indigências, ilusões e esperanças” (Franco, 1984). Schlee não exalta a figura do gaúcho, não o consagra miticamente, ao contrário, retrata este tipo no seu cotidiano, sem áureas forjadas. O que faz este contista, como coloca Sérgio da Costa Franco, é “revelar a frustração presente nas pequenas vidas condenadas a ver o grande mundo à distância”.

## 2.2 Uma Terra Só e a temática da fronteira

– *Não sei, mas isto aqui é uma terra só – teria dito ainda don Sejanos.*  
 – *Sempre foi uma terra só, desde os tempos das correrias de gado, quando não tinha dono, até agora, quando é só deles, dos donos, alambrada dos dois lados do rio.*  
 (Don Sejanos, em *Contos de Sempre*, p. 29)

Antes de adentrar o universo ficcional criado por Aldyr Schlee em **Uma Terra Só** dois elementos chamam a atenção do leitor. O primeiro ilustra a capa e nomeia a obra, apresentando, de imediato, vestígios, indicações da forma como o autor contempla a temática da fronteira. O segundo elemento que chama a atenção do leitor trata-se de uma epígrafe, localizada antes do sumário, que, ao mesmo tempo em que antecipa o conteúdo que o leitor encontrará ao longo dos quatorze contos, completa o sentido do título da publicação. Neste mote encontramos a seguinte declaração: “Aqui há uma terra

só, há só uma gente, seja do lado de cá, seja do lado de lá” (Schlee, 1884, p. 6).

Estes dois elementos podem ser interpretados, por serem pré-textuais, como exteriores à obra artística. Porém, à medida que a leitura ganha fôlego, descobrimos que ao mesmo tempo em que antecipam um tema, estão presentes no interior do literário, relacionam-se a ele.

Outros elementos exteriores à obra também podem fazer parte do texto ficcional. A trilogia **O tempo e o Vento**, de Erico Veríssimo, bem como **Ivanhoé**, de Walter Scott, exemplificam isto, na medida em que seus narradores trazem para a diegese feitos históricos. Em Schlee, a fronteira e as práticas sociais relacionadas a este espaço ultrapassam a linha tênue entre ficção e realidade e adentram os contos de **Uma Terra Só**<sup>62</sup>. A este tipo de recurso literário, Antonio Candido denominou de “o externo que vira interno”, ou seja, a “interiorização de dados de natureza social, tornados núcleos de elaboração estética” (Candido, 1967, p. 15).

No entanto, para compreendermos como este “externo” manifesta-se na obra de Schlee enquanto matéria “interna” é importante vermos, antes, alguns conceitos acerca de “tema” e “motivo”<sup>63</sup> estabelecidos pelo teórico Tomachevski e, também, por Wolfgang Kayser, mesmo que estes conceitos não sejam seguidos a risca na análise do *corpus* em estudo.

De acordo com chave de leitura diversa, os formalistas russos viam a obra literária como algo que deveria ser estudado por si só, sem levar em conta aspectos ou reflexos de uma realidade exterior. Dessa forma, como esclarece Eagleton (2003, p. 144), para os formalistas a obra deveria se voltar para a sua própria estrutura, para os seus processos de construção. Para estudiosos como Tomachevski, o literário, como qualquer outro produto de linguagem, “era um constructo, cujos mecanismos poderiam ser classificados e analisados como os objetos de qualquer outra ciência” (Eagleton, 2003, p. 146).

No que diz respeito à temática de uma obra literária, Tomachevski (1978) aduz que

no decorrer do processo artístico, as frases particulares combinam-se entre si segundo seu sentido e realizam uma certa construção na qual

<sup>62</sup> Adentram toda a obra Schleeriana, desde o primeiro até o último livro publicado.

<sup>63</sup> As classificações dadas ao termo “motivo” por ambos os teóricos não serão abordadas neste estudo, por afastarem-se da proposta de análise.

se unem através de uma idéia ou tema comum. As significações dos elementos particulares da obra constituem uma unidade que é o tema (aquilo de que se fala). (EIKHENBAUM et al., 1978, p. 169)

Para o formalista, que escreveu em 1925, “cada obra escrita numa língua provida de sentido possui um tema” (Eikhenbaum et al., 1978, p. 169). Este, por sua vez, pode ser apenas um em determinados textos, o que, para Tomachevski garante mais unidade à obra. Ou, ainda, cada parte de uma obra literária pode apresentar uma unidade temática específica.

A noção de tema para o teórico é uma noção sumária, que une a matéria verbal da obra (motivos livres e associados), dando unidade a ela. Segundo Tomachevski, “a esta unidade temática presente na obra literária dá-se o nome de motivo (partes indecompostas). Estes motivos, combinados entre si, constituem o apoio temático do texto de ficção” (Eikhenbaum et al., 1978, p. 174). Uma passagem literária que exemplifica a forma como Tomachevski concebe motivo é a da cicatriz na perna de Ulisses, personagem da Odisséia, que permite, por meio desta marca, que a personagem de Homero seja reconhecida. Ou seja, o motivo é desencadeador de uma ação futura.

Já Wolfgang Kayser (1976) menciona que a palavra “motivo” pertence ao vocabulário de uso cotidiano e tem os mais variados significados. Para ele, por motivo de uma ação entende-se o impulso de realizar esta ação. Além disso, pretende (o motivo) designar uma sequência característica que aponta para um conjunto, como tema.

Quanto ao tema, Kayser denomina-o “assunto”. E, este, nada mais é do que “o que vive em tradição própria, alheio à obra literária” (Kayser, 1976, p. 52). O assunto, para o pesquisador, influencia a obra literária.

A fim de exemplificar a sua posição acerca de “motivo” e “tema” Kayser relata:

Um assunto pode incluir, e de facto inclui, muitos motivos. Assim no assunto de Romeu e Julieta, um motivo é o amor entre descendentes de duas famílias inimigas. (KAYSER, 1976, p. 57)

Visto estas duas teorias, cabe-nos agora ver como estas podem contribuir para o entendimento do “externo” presente em **Uma Terra Só**.

Primeiramente, ao lermos a obra de Aldyr Garcia Schlee, encontramos a fronteira como o tema principal da obra. Esta temática percorre todos os contos, como o grande pano de fundo narrativo. É sobre ela (a fronteira) que as

ações se desenrolam. Em outras palavras, a zona limítrofe é a matéria-prima da contística Schleeriana.

Os elementos que remetem a esta fronteira, portanto, são, na nossa visão, os motivos da obra literária, pois eles estão diretamente relacionados ao tema. O contrabando, o amor fronteiriço, o ir e o vir entre Rio Branco (Uruguai) e Jaguarão (Brasil), etc. são as partes que combinadas entre si dão sustentação à temática proposta pelo autor. Considerando que os motivos operam na aproximação entre “interno e externo” no texto narrativo, aproximaremos, na medida do possível, a teoria supracitada de Antonio Candido com as proposições de Tomachevski e Kayser.

Caso levássemos em conta apenas as teorias de Tomachevski e Kayser, teríamos que deixar de lado o externo a que a obra remete. E, deixar de lado as questões que remetem para fora do texto ficcional, vê-lo apenas como um constructo de linguagem, como propõem os formalistas, não parece o mais adequado para se ler uma obra como a de Schlee. Afinal, como coloca Eagleton, “o significado do texto não é apenas uma questão interna” (2003, p. 141). Dessa forma, conhecer e compreender as questões sociais que envolvem a temática da fronteira proposta por Schlee é significativo para a leitura de sua narrativa.

É importante salientar que este conhecer e compreender o social proposto por Schlee não deve caminhar para a justificativa do “externo” (no caso, a fronteira) em **Uma Terra Só**, ou, em outras palavras, não se trata de usar a obra como um pretexto para discutir este “externo”. O que se deve levar em conta, seguindo a direção proposta por Antonio Candido, é como o “externo” se transforma em “interno” na contística Schleeriana.

De acordo com Candido (1967, p. 4), este “externo (o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”. Machado (1988), também ligada a uma vertente mais sociológica dos estudos literários, explica a respeito do social (externo) presente na estrutura da obra (interno) o seguinte:

O texto literário é o lugar dialético onde se articulam estruturas textuais e extratextuais, participando o tema, justamente, das duas séries. O estudo temático revela, afinal, claramente, as duas fases indissociáveis da investigação literária: o estudo do funcionamento interno dum texto (dum tema num texto, a leitura contribuindo para pôr em evidência,

para reconstruir um conjunto de funções) e o estudo da função social e cultural desse mesmo texto. (MACHADO, 1988, p. 120-121).

Neste sentido, algumas questões podem ser levantadas no tocante a obra Schleeriana:

- Qual a relação da fronteira (externo) com a fronteira (tema literário)?
- Qual a tensão entre estes dois pólos (interno / externo)?
- Quais os ângulos privilegiados pelo contista para conduzir o tema da obra?
- Como que outros componentes estruturais, além dos motivos, refletem a questão da fronteira?
- Qual o diálogo dos contos de Schlee com a tradição contística? E com a tradição da temática literária de fronteira?

No conjunto, como nos pormenores, a fronteira revela-se como componente estrutural da obra artística em estudo. Assim, ela (a fronteira) é parte componente da estruturação de **Uma Terra Só**.

Dessa forma, para uma melhor compreensão desta problemática, nos propomos a analisar a ocorrência de alguns motivos recorrentes nos contos<sup>64</sup> de Aldyr Schlee. Para tanto, propomos uma divisão de acordo com os constituintes temáticos, tomando por base os seguintes elementos:

- **O contrabando, a changa:** “A irmã dele Só” e “Dinheiro Velho”;
- **O ir e o vir:** “Estação Rio Branco” e “Primeiro de Janeiro”;
- **Amor fronteiriço:** “Mañana por la Mañana”, “Um Caderno de Boleros” e “Só madressilvas”;
- **O homem em desacordo:** “Domingos”, “Um brilho nos olhos” e “Época de Festas”;
- **Memória:** “Encanto de futebol”, “Luvas Vermelhas” e “O Barco das Ilusões”.

---

<sup>64</sup> Na análise, optamos por deixar de fora o conto “Anão de Circo” por sua motivação afastar-se um pouco das demais contos.



## 2.3 Desenho à mão: o trabalho minucioso da análise.

### 2.3.1 O contrabando, a changa<sup>65</sup>

Guilhermino César aponta que “o contrabando influiu de modo direto no desdobramento ulterior do nosso processo histórico” (1978, p. 9). O Rio Grande do Sul foi constituído dentro deste sistema de troca, meio “campo aberto” até a constituição e sustentação das fronteiras, que mesmo mais “seguras” não inibiram o changuear de mercadorias de um lado para outro da linha divisória.

Para o estudioso, este “intercâmbio (ilegal), enquanto motivo, serviu de inspiração para a literatura e para as artes em geral” (1978, p. 10). E não é difícil encontrá-lo como mote na prosa e na poesia gaúcha, principalmente, nas que privilegiam o espaço (estético-literário) fronteiriço.

Se consideramos o gênero conto, verificamos que este motivo está presente (quase que) totalmente na gauchesca. Simões Lopes Neto é o grande referencial no trato da fronteira, embora a sua literatura seja “do lado de cá” (Baumgarten in **Autores Gaúchos**, 1988, p. 5). Desse autor, vale lembrar o conto “O Contrabandista”, que revela a vida do sujeito dado a este tipo de comércio à época da formação do Estado do Rio Grande do Sul.

Na narrativa Schleeriana, encontramos o contrabando e a changa presentes em toda a sua contística. O tráfico comercial faz parte das relações fronteiriças, havendo uma inserção clandestina no país vizinho não só de bens materiais, mas, sobretudo, de bens culturais. E isso é representado no universo dos contos do literato de Jaguarão. Em **Uma Terra Só**, este motivo configura-se como a espinha dorsal de “A irmã dele só” e “Dinheiro Velho”.

No conto de abertura da obra (“A irmã dele só”), o desenrolar da trama está ligado à personagem contrabandista. Não nominados, os irmãos (personagens) são caracterizados em função desta atividade.

O irmão, indivíduo ausente,

só aparecia de vez em quando, de passada, com a pressa de quem chega de noite e sai ao amanhecer; com o cansaço de quem se

---

<sup>65</sup> Contrabando e Changa não são sinônimos. Porém, neste trabalho, serão aproximados em virtude da semelhança que têm na representação literária das práticas de fronteira. Muitas vezes, o changueador é também um contrabandista.

deixa ficar dias dormindo como morto; com as dores de quem está ferido e precisa esconder seus segredos e cicatrizes. (SCHLEE, 1984, p. 13)

A irmã, por sua vez, cuidava do rancho, mergulhada na sua rotina solitária: “mais para gorda, levantava, mateava, capinava, varria, lavava, cozinhava, comia, sesteava, acordava, lavava, varria, mateava, dormia” (Schlee, 1984, p. 13).

O irmão era contrabandista, “não se contentava em passar pouca coisa por cima da ponte” (Schlee, 1984, p. 15). A irmã, sozinha no rancho depois da morte dos pais, ficou “uma velha de profundos sulcos na cara a que prendia o fogo e que carregava os gravetos ou puxava a pipa. Uma mulher gasta e suja” (Schlee, 1984, p.14 - 15).

Frente a isso, verificamos que o contrabando, em “A irmã dele só” exerce duas funções, basicamente: de distanciamento e de aproximação, ligados, em especial, à personagem feminina.

Na primeira parte do conto, encontramos a ausência do irmão no dia a dia do rancho e as consequências disso na vida da irmã. Esta, com este afastamento, busca afeiçoar-se as coisas da sua volta para sentir-se viva em meio ao nada. Evidenciamos isso através das relações que ela estabelece com uma vizinha, “que só dava fé e que a cada punhado de dias vinha com suas queixas e alguma coisa para trocar” (Schlee, 1984, p. 14), e, principalmente, com uma terneira.

É interessante observarmos ao longo do conto, que a irmã afeiçoa-se muito mais ao animal que ao ser humano. A terneira dormia dentro de casa como um membro da família e, também, porque sendo a única presença significativa no rancho, a irmã tinha medo que a roubassem durante a noite.

A terneira vinha lambendo grosso, as mãos, os braços, os cotovelos, fazendo cócegas, dando cabeçadas, marradas de bode. A terneira derrubava os tamboretas, levava tudo por diante, vinha em cima dela, no catre. Ela ria muito, às gargalhadas, com a terneira séria querendo lambê-la toda. Ela pedia pára pára pára e empurrava a terneira e a terneira não parava, vinha lambendo, lambendo...(SCHLEE, 1984, p. 16-17)

Já na segunda parte do conto, que marca a chegada do irmão na casa, acompanhado de outras duas pessoas (um homem e uma mulher), há uma

mudança, quiçá positiva, mas não menos dolorosa para a personagem feminina. O rancho, de uma hora para outra, enche-se de gente.

Esta mudança repentina provoca um estranhamento por parte da irmã, que vê mudar seu espaço, sua rotina, seu dia-a-dia, seu silêncio, pois

era a vida inteira no sumiço, sem viv'alma, só campo e campo, nem bons-dias nem boas-tardes, chuva e sol, inverno e verão, as marrecas indo e vindo, os pintos descascando, crescendo, morrendo – os ovos marcados com cruz de carvão. (SCHLEE, 1984, p 18)

Com a presença advinda da chegada do irmão e de seus acompanhantes, a irmã tem pela primeira vez, depois da morte dos pais, um ambiente familiar. E isto desperta “na solteira de idade indefinida” (Schlee, 1984, p. 13) certo desejo de viver, ou melhor, faz com que ela perceba através do desejo sexual, incitado pelo homem misterioso e sócio do irmão, que ela está viva.

Há, nesse despertar, novo jogo de distanciamento e aproximação. Se por um lado o desejo aproxima, por outro o medo do desconhecido distancia, como podemos ver no excerto abaixo:

Caminhou na ponta dos pés até a terneira, sem tirar os olhos da sombra sob o cinamomo. Trouxe a terneira para dentro do galpão. Mas não botou a tramela. O irmão estava dentro do rancho com a mulher. O outro estava ali fora. Ela se deitou de novo. E, com medo, puxou o ancinho para perto do pelego (SCHLEE, 1984, p 18-19)

A tramela aberta registra o desejo sentido pela irmã, ao passo que o instrumento agrícola (ancinho) marca o medo que ela sente para com o desconhecido: seja este a nova situação imposta pelo irmão, seja o homem estranho “de pernas espichadas e chapéu sobre a testa” (Schlee, 1984, p 18) que dorme ao relento. Assim, a idéia de aproximação e distanciamento familiar – de desejo e de repulsa pelo homem que chega, pela vida que muda – é, mais uma vez, reiterada no conto, marcando o motivo contrabando.

Já em “Dinheiro Velho”, a motivação apresenta-se como característica da personagem principal. José Jacinto, antes pobre de recursos, alça mão de um montante. No entanto, mesmo portando grande quantia, não muda sua vida: continua no rancho, com a mulher Marita.

Não. Não sonhou com o montão de dinheiro. Não comprou coisas nem enriqueceu. Nem foi conhecer Montevidéu nem se viu com uma

ponta de campo nem deu um vestido para Marita. (SCHLEE, 1984, p 34-35)

A sua mudança ocorre, fundamentalmente, no campo das emoções. “Changueiro<sup>66</sup> por profissão”, o Pochocha<sup>67</sup> inquieta-se depois de conseguir uma soma em dinheiro. E esta inquietação é revelada desde o primeiro parágrafo, pela voz de um narrador que tudo sabe.

A voz da china em seus ouvidos, o ronco do cachorro debaixo do catre, o guincho da serra quadras adiante, os fonfons dos picolezeiros nos verões passados, todos os ruídos de quem está de olhos fechados. E os barulhos do travesseiro: coração batendo, relógio pulsando nas fontes na hora da sesta. (SCHLEE, 1984, p. 31)

Além disso, esta inquietude revela-se no físico da personagem, quando essa se apodera do dinheiro:

Foi sentar quietinho, defronte de dois homens que jogavam carta. E ficou mirando-os, com as mãos sobre os joelhos, como quem já vai se levantar. Estava tremendo. Era muito dinheiro, em notas graúdas. Anos e anos de trabalho, para ganhar. Uma vida de trabalho sem ganhar, quem sabe ... E não era dinheiro limpo, novo, recém-tirado do Banco. Não era dinheiro de pagos com cheiro de tinta. Mas um dinheiro sujo de sangue, e de graxa, dinheiro de açougue e de bolicho. Era um dinheiro amassado e rasgado de comércio e padarias. (SCHLEE, 1984, p. 34)

“Dinheiro velho” retrata um típico personagem Schleeriano: um fronteiro pobre, desprovido de tudo, mas que conserva determinados valores éticos e morais. José Jacinto é este tipo de sujeito. “Sem papéis, sem domicílio, sem direção” (Schlee, 1984, p. 32), resta-lhe os “aperos do mate e de montaria e, ainda de seus, o cavalo lá fora e o cusco, agregados a Marita” (Schlee, 1984, p. 32).

Esses valores são demonstrados por meio da natureza, dos seres que vivem em volta da personagem central. Há um conúbio entre o homem e o meio. São estes elementos, aliás, que o narrador leva em conta quando chama a atenção de José Jacinto para o ocorrido, para que este reflita sobre o que fez: “Pochocha, tchê: a vida é essa, mesmo – o cachorro está te abanando o

<sup>66</sup> Aquele que faz changas ou carretos; ganhador, carregador, changueiro.

<sup>67</sup> Feminino de pochocho, que significa em Tabasqueño (Tabasco, México), o homem de raça indígena formoso, com corpo perfeito e com características de homem guerreiro. Nos países platinos, significa a pessoa que tem estatura pequena e, mesmo assim, é forte.

rabo; és a paixão de tua mulher; o cavalo te espera lá fora” (Schlee, 1984, p. 35).

Estes princípios são, ainda, uma espécie de autoconsciência da personagem. Por saber o certo e o errado é que José Jacinto abala-se tanto. E abalado, revira-se em pensamentos. A fim de representar isso, o narrador brinca, joga com elementos, como a luz e a escuridão, a lembrança e o esquecimento, respectivamente, como mostra o trecho a seguir:

Não adiantava fechar os olhos contra a luz para procurar o escuro. Era puxando a encarnado, mal as frestas desapareciam; e, no bem apertado, osco no mais, claridade mínima que doía por dentro. Pochocha: tu! ... Pochocha, tchê... Bem...Mirá... Olha que... (SCHLEE, 1984, p. 32)

Para intensificar o drama vivido pela personagem, o narrador surge como um interlocutor, como uma voz interior, que cutuca (ainda mais) a ferida aberta pelo ato de José Jacinto:

Pochocha, tchê: deixa-te de volteios e picolés, que a coisa é feia. Que te meteste em boa. E que estás aí, na sombra do rancho e no gostoso da mulher, a te fazer de dormido porque não sabes o que fazer acordado. (SCHLEE, 1984, p. 32)

Afora isso, diferentemente de “A irmã dele só”, em “Dinheiro Velho” a personagem central é o homem e a motivação fronteira caminha junto a este. É ele o biscateiro de campanha, que em função da sua labuta modifica seu destino, ou melhor, é (talvez) pelo pouco valor dado ao seu trabalho que ele aceita o dinheiro como um ressarcimento pelo esforço empenhado no ir e vir entre Brasil e Uruguai. Por isso, talvez, a resposta dada a Marita, quando esta descobre a fortuna escondida dentro das botas, envolta no lenço do amado: “era dinheiro nosso” (Schlee, 1984, p. 35).

Ademais dessas características, o conto apresenta outras duas bastante significativas: uma que (possivelmente) liga ao passado contístico do Rio Grande do Sul e outra que liga a uma obra de Schlee, posterior a **Uma Terra Só**.

Com relação à primeira delas, há no conto uma referência indireta a narrativa “Jogo de Osso”, de Simões Lopes Neto. A relação se dá somente por trazer o jogo para o texto. Não há em “Dinheiro Velho”, em momento algum, uma disputa por bens de outro indivíduo, como há em Lopes Neto. O jogo está ali como um elemento ligado ao território da fronteira, ao homem do campo.

Sonhou o sonho sem sobressaltos em que nenhum leitor acreditaria: tomava um pratarrão de leite com mogango, saía com o cabelo ensopado de água de uma cachoeira, lançava o osso três vezes e três vezes dava-lhe *suerte*. (SCHLEE, 1984, p. 33)

No que concerne à segunda característica, esta se configura pela retomada da história e de personagens de “Dinheiro Velho”, conto de **Uma Terra Só em Linha Divisória**, obra datada de 1988. José Jacinto e Marita (personagens da obra de 1984) retornam para o universo do conto de Schlee (na obra de 1988) e isso vem clarear muitas dúvidas deixadas no leitor na obra em estudo (**Uma Terra Só**), como por exemplo, o fato de Pochocha não ter roubado o montante, mas encontrado o dinheiro em um banco de estação.

Mencionado isso, é fundamental colocarmos que o motivo contrabando / changa intensifica nos contos a questão espacial. A respeito deste elemento da narrativa, Bourneuf e Ouellet destacam que “longe de ser indiferente, o espaço em uma narrativa exprime-se, pois, em formas e reveste sentidos múltiplos até constituir por vezes a razão de ser da obra” (1976, p. 131).

O deslocamento espacial feito pelas personagens – o ir e vir – representa o movimento que há na fronteira. Além disso, este deslocamento se dá, em ambos os contos, para dentro do território uruguaio. Em “Dinheiro Velho”, o espaço é Treinta y Três e, em “A irmã dele só”, Presidente Vargas, localidade próxima a La Cuchilla, Uruguai.

Isso aponta, mais uma vez, a forma como Schlee concebe a (sua) fronteira: como um espaço compartilhado, onde o lá e o cá se completam, onde há a integração, a mistura de culturas, formando uma terra só.

### 2.3.2 O ir e o vir

Outro motivo associado ao tema na contística Schleeriana, e que se liga, também, à constituição espacial da obra, é o “ir” e “vir” fronteiriço. Característico deste espaço, a travessia está presente no dia-a-dia do homem do longínquo territorial.

Nos contos guiados fundamentalmente por esse elemento (ir e vir), como são “Primeiro de Janeiro” e “Estação Rio Branco”, há a busca por fixar,

de modo mais concreto, o que há muito já está efetivado de um lado e outro da fronteira: a ligação imanente entre o “cá” e o “lá”.

“Primeiro de Janeiro” e “Estação Rio Branco” são contos carregados de melancolia. Em ambas narrativas encontramos uma personagem fronteira que sofre com a mudança provocada pelo amplo acesso em que se transforma a sua zona de origem.

Pardito, figura central de “Primeiro de Janeiro”, vê sua vida mudar a cada pedaço de ponte construída. Antes da edificação, tirava seu sustento do rio, atravessando de um lado para o outro as pessoas, os mantimentos, etc. Com a ponte, a demora do barco deslizando a lâmina das águas com a força das remadas de Pardito foi substituída pelo sacolejo do trem, pela potência dos motores, pelo andar das carroças, dos cavalos.

A ponte, para a personagem Pardito, representa uma ruptura com seus hábitos, seu passado, porque para ele o rio foi sempre um elo, ao passo que para os demais habitantes da fronteira, a ponte é o caminho que faltava para “ligar finalmente o Brasil e o Uruguai” (Schlee, 1984, p. 61).

A tristeza advinda da construção dessa ponte internacional pode ser percebida desde o início do conto. Cria-se toda uma atmosfera de mormaço, de abafamento – o ar fica pesado, comprimido, como o peito de um sujeito que sofre.

Foi o verão mais quente que já se teve; e foi o dia mais quente de todos os verões, aquele primeiro de janeiro de mil, novecentos e trinta e um. O sol, quando se viu, já estava a pino; e se ficou lá em cima noite adentro, como o calor de uma fogueira apagada. Era de não se poder respirar, quase; de as pessoas se olharem umas para as outras sem sorriso; de se abanar a cabeça e enxugar longamente o rosto pingando de suor. (SCHLEE, 1984, p. 61)

Pardito reflete essa atmosfera. Há nesta personagem toda uma inquietude, toda uma tristeza por ter seu “ir” e “vir” interrompido pela construção sobre o rio. Isso fica evidenciado quando o narrador nos mostra a percepção do primo de Pardito acerca dos fatos:

O primo diz isso e aquilo e aqueloutro. Vai falando, vai falando, vai dizendo coisas, explicando outras, revelando medos. Sabe que ele nunca se conformou em ter que empurrar carrinho de mão noite e dia, depois de ficar parado no bote, dia e noite, sem ninguém atravessar. Sabe que ele não se agradou de virar estivador, depois carroceiro, e muito menos ajudante ou mandaete. (SCHLEE, 1984, p. 66)

A personagem Pardito é o contraponto da cidade que pára frente à grande inauguração da ponte:

Toda a cidade parada, ninguém por ali, nas calçadas, nem numa porta ou janela. Postigos fechados ou entreabertos. Sacadas vazias. Ao menos a sombra de um vivente qualquer não se via. Todos na ponte, para a festa de inauguração. (SCHLEE, 1984, p.63)

Sobre essa ponte, símbolo da ligação entre Rio Branco e Jaguarão, entre o cá e o lá, se reúne gentes de todo lado, de todas as classes sociais. Isso alude ao povo fronteiriço, que tem uma formação bastante heterogênia, como podemos perceber no trecho a seguir:

A cara, o jeito das pessoas vindas de todo o lugar para a inauguração. Os automóveis, as charretes, os carros, as carroças, os cavalos. Os trens, os trilhos dos trens, dormentes, vertigem de movimento, de velocidade tlaquetlaqueando rumo a Jaguarão e Rio Branco. (SCHLEE, 1984, p.61)

Além disso, há uma constante dicotomia que perpassa o conto: um lado e outro, o rico e o pobre, o feliz e o infeliz, em cima e embaixo da ponte, o estrangeiro e o pátrio.

Essa dicotomia presente na narrativa abarca o que Candido denominou de “o externo que vira interno”. A fronteira com suas margens, a representação das nações envolvidas, os hinos nacionais, os idiomas oficiais, invadem o conto como temática e como estrutura narrativa. É o “lá” e o “cá” cerzindo os contornos do texto, como podemos observar no excerto a seguir:

Lá no alto há música, vozes e muito barulho. Um rumor geral, como se o rio enchesse de uma hora para outra e roncasse levando tudo por diante. Ali embaixo só chegam ecos, avessos de gritos, de estouros, de alaridos, de fonfons, de cascos por cima da ponte. (SCHLEE, 1984, p. 65)

A costura entre o lá e o cá, no nível lingüístico do conto, está presente, dentre outros elementos, nos advérbios “alto” (definido, também, pelo “lá” adverbial) e “embaixo”, que marcam o lugar de onde se ouve a música, de onde se vê a grande ponte. Estas posições (alto / embaixo) trazem consigo uma série de outras palavras recheadas de significações. Em cima (“alto”), há música, vozes, barulho, rumores. Embaixo, ao contrário, o que chega são ecos, avessos de gritos, de estouros, de alaridos. Isso marca, no texto, a diferença entre aqueles que veem de longe a inauguração da ponte e aqueles que participam dela.



Pardito está embaixo. Por que será que a personagem central encontra-se nesta posição? Por que será que Pardito vê a inauguração deste ângulo? Talvez a resposta mais correta seja a de que ele não participa da festa, porque não tem o que festejar – apenas contempla de longe e escuta os rumores, os ecos que vêm da ponte. Além disso, esta personagem segue o molde das tantas outras criações de Schlee. É o típico *pueblero* – de origem humilde, desguarnecido de tudo.

Ainda no embalo do “ir e vir” se estrutura “Estação Rio Branco”. O movimento do espaço fimbriado invade este texto para além dos motivos ligados à temática da obra: a estrutura também está encharcada de “lá e cá”.

No entanto, neste conto, é através do recordar de um narrador onisciente<sup>68</sup> que vemos este movimento fronteiro mergulhando na estrutura do texto. Ora ele (narrador) alça mão de sua memória para contar ao leitor a história da Estação, da ferrovia, ora relata a este mesmo “ouvinte” a situação atual da via férrea. Um jogo entre o presente e o passado.

Hoje se entra na estação ferroviária de Rio Branco e ela está simplesmente ali, alta e imponente no seu segundo piso de platibandas ornadas com tochas flamejantes; ainda ali, pintada e repintada com cuidado, na sua britânica arquitetura ferroviária de requinte e sobriedade, de pequenos espaços amplos e de sórdidos vazios. Há sempre um vento passando pelo saguão (...) gemido das dores dos que sofreram a construção sem que possamos agora rememorar-los nesta história. (SCHLEE, 1984, p. 23 - 24)

Esse jogo entre presente e passado revela a presença do outro. Aquele que outrora construiu a “alta e imponente” estação, “na sua britânica arquitetura”. A memória deste tempo que passou se reinventa no pintar e repintar da estação. O “vento passando” constitui a imagem deste passado, das dores que passaram e que ficaram registradas nos baús de memória dos que a vivenciaram – as dores da construção, dos construtores, dos operários que jamais serão lembrados.

Neste trecho, há, ainda, uma relação entre ficção e história. O narrador usa da (sua) “memória” como algo comum a todos os transeuntes daquele espaço, portanto, “história” da Estação. Usa, ainda, o referido termo (história) ao invés de “narrativa” ou “conto”, o que, de certa forma, empresta um tom de realidade ao que ele narra.

---

<sup>68</sup> Tipologia de Norman Friedman

Afora isto, brinca com o “lembrar” e o “esquecer” constantemente, relação esta que sintetiza o conceito de memória, pois, como salienta Jelin (2001), a memória envolve sempre um recordar e um esquecer, ativados no presente em busca de um passado.

Neste conto, a memória está (também) representada pela figura do “homem magro e velho de braços caídos e olhos interrogativos” (Schlee, p. 1984, p. 25). É por meio da sua figura que o passado permanece pelo saguão da Estação. Isso ocorre porque com o decorrer do tempo, com as mudanças advindas da chegada do progresso, o homem do gorro, assim como a memória, é o único que permanece.

Ele é um homem qualquer, de gorro de crochê, de suéter de lã, de bombacha e de alpargata. Se não fosse sempre o único a ficar, iria e viria como os demais sem ser notado, paisano comum que é, velhote e sozinho. Mas fica, fica na estação olhando tudo que aconteceu desde que chegaram os homens, desde que se abriram as picadas e que vieram os dormentes e os trilhos. (SCHLEE, 1984, p. 25)

Esse mesmo homem carrega consigo a memória da ferrovia, ou melhor, ele representa, na sua decadência, a própria ferrovia, que chega à região por volta dos anos 30, numa tentativa de nacionalização das fronteiras<sup>69</sup>, proposta por Getúlio Vargas:

Os trens foram e vieram, as máquinas acabaram se tornando nada mais do que umas escuras e comportadas locomotivas sem importância; aí vieram e foram os motocarros e, aos poucos, também deixaram de ser aqueles iluminados vagões correndo sozinho noite adentro, numa pressa que virava um grande risco de luz, de fora a fora, por toda a linha no campo aberto. (SCHLEE, 1984, p. 24)

Com a chegada desses trens em solo fronteiriço (“aqueles iluminados vagões”, “um grande risco de luz”) houve uma grande mudança no espaço. A máquina anunciou um novo tempo para as relações de fronteira, do mesmo modo que abafou antigas tradições, como a dos embarcadouros que, repentinamente, deixaram de transportar de um lado a outro o pessoal; a máquina suplantou o antigo legado que ligava os do lugar de outro modo (pelo rio), através de diferentes consórcios, porque os antigos modos não eram mais possíveis com o advento da ponte, da ferrovia. A memória, com isso, cada vez

---

<sup>69</sup> Nacionalização das fronteiras: uma busca por maior presença do Estado em zonas limítrofes.

mais se automatizou, perdendo seus referentes do passado em nome de um presente que acusa modificações do espaço.

Afora estes elementos alicerçados, há no conto, assim como em “Primeiro de Janeiro”, a representação simbólica da união entre Brasil e Uruguai. No entanto, em “Estação Rio Branco”, o “lá” e o “cá” se unem por via férrea.

Do outro lado, os franceses vieram serpenteando com a estrada de ferro brasileira, volteada como o Rio Negro, até chegarem bem perto. Foi só construir a ponte e acertar trilho com trilho para fazer das duas uma. (SCHLEE, 1984, p. 26)

Frente a isso, cabe-nos perguntar: que papel desenvolve esta ponte e estes trilhos nos contos em estudo? Que papel tem o espaço e estes meios de ligação simbólicos entre o “cá” e o “lá” na narrativa? E na construção das personagens de Schlee?

Possivelmente, esses elementos sirvam como meio de representar a fronteira vista pelo narrador ou mesmo pelo autor Aldyr Schlee. Na medida em que há nestes (elementos) uma forma de ligação direta entre ambos os lados, entre ambas as direções territoriais. Dessa forma, o espaço serve como o pano de fundo onde as ações desenvolver-se-ão. É, sem sombra de dúvidas, o alicerce da narrativa Schleeriana, onde as personagens desprovidas de tudo, assim como o meio que representam, são erigidas para a superfície do texto, a fim de que o leitor descubra, desbrave este recanto fimbriado tão presente na gauchesca, tão conhecido dos leitores de contos gaúchos, mas tão escondido atrás de personagens e de fatos históricos, como, por exemplo, ocorre nos **Contos Gauchescos** e mesmo em obras mais recentes (mas com outro enfoque e dimensão histórica), como a publicação **Contos Completos**, de Sergio Faraco.

Simões Lopes Neto, em seu livro, abarca a fronteira vista pelo lado brasileiro. Não ultrapassa a linha divisória. E mesmo quando dá certo destaque ao lugar em que a ação de desenrola, por mais fronteiriço que seja esse, não ganha a mesma dimensão que encontramos em Schlee. No conto “O anjo da Vitória”, conseguimos ver isso já no início da narrativa. O narrador Blau Nunes identifica o espaço (“no passo do Rosário, pra lá de São Gabriel”<sup>70</sup>),

---

<sup>70</sup> NETO, Simões Lopes. **Contos Gauchescos & Lendas do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 97-102.

mas não se detém nele. Blau concentra sua narração no fato e na personagem, no caso, uma luta envolvendo o General José de Abreu, figura histórica das Guerras Cisplatinas.

Sergio Faraco, por sua vez, narra a fronteira de modo distinto. Chega, muitas vezes, a ultrapassar o limite territorial, como podemos identificar no conto “Travessia”. Porém, o espaço não vai além da ribeira do rio (“Logo depois da partida de Alvear, Tio Joca mostrou uma pequenina luz vermelha que piscava do outro lado”<sup>71</sup>).

Já Schlee tem na fronteira o seu projeto literário, pois ele busca apreender, através dos registros das falas, dos sentimentos, as questões ligadas a esta zona fimbria. Ele (Schlee), através da sua contística, revela o (seu) universo fronteiriço de uma forma mais humana, menos mitificada, mas não menos apaixonante.

### 2.3.3 Amor fronteiriço

Ligado a outros elementos estético-literários, o motivo amoroso percorreu a literatura gaúcha (e a brasileira de um modo geral) desde a formação até a contemporaneidade. Em Simões Lopes Neto, para seguir o percurso do conto, encontramos esta motivação em “Melancia coco verde”<sup>72</sup> (que narra o amor entre dois jovens); em Cyro Martins, a encontramos em “O Petiço Douradilho”<sup>73</sup> ( que narra o amor ao primeiro cavalo). E, em Sérgio Faraco, esta mesma motivação se encontra em “Dois Guaxos”<sup>74</sup> (que narra o amor incestuoso de um irmão pela irmã). Importante destacar que cada autor desenvolve este motivo a sua moda.

Em Schlee, o motivo do amor se apresenta como um encontro e um desencontro entre os lados da fronteira. É, por assim dizer, um percurso de dois lados, um “entremeio”. O amor, em Schlee, é uma busca (nem sempre realizável) por aproximar o lá e o cá.

<sup>71</sup> FARACO, Sergio. **Contos Completos**. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 33 – 37.

<sup>72</sup> NETO, Simões Lopes. **Contos Gauchescos & Lendas do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 86 -96.

<sup>73</sup> MARTINS, Cyro. **Contos Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 114 - 116.

<sup>74</sup> FARACO, Sergio. **Contos Completos**. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 22 – 25.

Notamos isso, fundamentalmente, na constituição das personagens dos três contos que estão unidos por esta motivação: “Só Madressilva”, “Mañana por la Mañana” e “Um Caderno de Boleros”. Há sempre uma busca pelo outro. Há, nestes textos, sempre um brasileiro apaixonado por uma castelhana, por uma mulher enigmática.

Na narrativa “Só Madressilva”, percebemos a presença deste mistério em torno da personagem Onofre. Este, para a família, estava enfeitiçado de amor: “é a tal coisa: a gente cria os filhos e depois dá nisso... Só pode ser feitiço, coisa feita...” (Schlee, 1984, p. 139)

Esse mistério é intensificado na voz de um narrador que tudo sabe e que lembra muito os senhores da campanha, prosadores de galpão, sempre com uma história insólita para contar. Esse narrador configura-se à moda Blau Nunes, pois parece sentar-se próximo ao leitor para descrever a paisagem e narrar um fato qualquer, como podemos perceber no excerto abaixo:

Pois por estas bandas só havia uma casa, antes rancho, bem pertinho da cacimba. À margem da sanga, uma hortinha queimada e por cuidar; bem no úmido, o agrião no viço. E de noite, aquela saparia braba, e os vaga-lumes. Já se vê que foi difícil para um guri de seus onze, doze anos, vir bem quando o sino da igreja estava dando a meia-noite e tentar derramar uma garrafa em cruz diante da porta. (SCHLEE, 1984, p 137)

A descrição feita pelo narrador cria uma expectativa no leitor: por que será que “um guri de onze, doze anos”, da família, faria tal ritual? À medida que a narrativa avança, descobrimos a razão: Onofre, em idade de ir para o quartel, deserta, e, isso ocorre, porque o rapaz estava apaixonado, morto de amores por uma rapariga. Como relata o narrador,

Só de pensar que ele largou o quartel por uma tapera de nem se acreditar quase, já dá vontade de imaginar que o que havia aqui era mesmo madressilva e que Onofre trocou os cavalos da cavalaria por mulher. E foi, de fato. (SCHLEE, 1984, p. 139)

Outro dado que intensifica este feitiço está no fato de que mesmo longe da rapariga, por conta do sumiço que o pai da moça deu nela, “Onofre ficou” (Schlee, 1984, p. 142), como que embriagado, cego de paixão:

Nem soldado, nem amante, só em mangas de camisa, às vezes passeando na hortinha, agachado no úmido da beira da sanga, colhendo água na cacimba, a barba por fazer, a boca sorrindo meio de lado, todos jurando que nunca se vira malfeito tão brabo. Dizem que trabalhava por todos na casa, fazia o serviço, até de cozinha, sempre às ordens, disposto e obediente, servil criado serviçal... (SCHLEE, 1984, p. 142)

O descaso para com a própria aparência, marcado na vestimenta e na barba por fazer, identificam que algo de estranho estava acontecendo com Onofre. “A boca sorrindo meio de lado”, a disposição e a obediência – intensificados pela caracterização “servil criado serviçal” (que intensifica e reitera o modo com que Onofre se comportava) mostram, no entanto, que o que se passava com a personagem era mais que simples enamoramento. Era, como coloca o narrador, um malfeito brabo.

E, a mulher responsável por tamanho feitiço é a representação do mistério. Ninguém a viu, tampouco sabem quem ela é. A única que a conheceu “foi a madrinha de Onofre, mas já morreu” (Schlee, 1984, p. 142).

No tocante à presença de Madressilva no local, o narrador cria um ambiente de encantamento, oriundo do perfume que esta flor exala. Ademais, este ambiente simboliza, de certa forma, o estado do sujeito apaixonado: “Soldado insubmisso, soldado amarrado sem corda ou cordão; soldado dominado de cabeça e coração” (Schlee, 1984, p. 140). Além disso, madressilva é, no texto, o contraponto de pata-de-vaca.

Isso permite, dentre outras tantas possíveis, a seguinte leitura: este contraponto entre as duas flores simboliza o amor que outrora existia vigorosamente, sob encantamento (madressilva), e a saudade, o descontentamento disfarçado em “pata-de-vaca”, uma planta cujo tronco é cheio de espinhos. Assim, este contraponto representaria o encontro e o desencontro amoroso: “hoje é pata-de-vaca. Pura pata-de-vaca, se enroscando e escondendo o que ainda resta da sanga” (Schlee, 1984, p. 143).

A motivação do amor fronteiriço aparece também em “Mañana por la Mañana”. No entanto, neste conto, o mistério revelado na outra narrativa dá lugar a algo mais declarado.

Ciriaco é um cidadão, ou melhor, é um indivíduo que migrou do campo para a cidade, fazendo questão de desvencilhar-se dos costumes e valores campestres. Ou, como destaca o narrador,

era grosso e atrapalhado, mas foi sendo desempenado pelos amigos que arranjou: os camaradas de farda, os vizinhos, os parentes, que nem mate tomavam mais, e que viviam se quarteando pelas esquinas, atrás de putos e empregadinhas. (SCHLEE, 1984, p. 84)

“Tipo de cidade” (Schlee, 1984, p.84), Ciriaco é o típico personagem Schleriano. É pobre, bem pobre, e isso é salientado no decorrer do conto por meio de elementos da sua volta, como o espelho quebrado em que o noivo (Ciriaco) se vê (p. 83), como os buracos no chão do banheiro, que exalam um cheiro ruim (p. 85), como os carpins furados (p. 84), como as idas às entradas de festas e bailes de debutantes para ver como os mais abastados estavam vestidos (p. 85), etc..

Além disso, a personagem Ciriaco chama à baila outra questão: a “corrupção sexual” para adentrar outro universo, que não o seu, para adequar-se a este (novo) mundo da cidade. Observamos isso no excerto seguinte, onde o narrador deixa claro para o leitor que as relações amorosas praticadas pelo personagem central antes de ele se apaixonar por Juana eram todas relações homossexuais.

Juana não sabia que antes dela havia um veado maneta e velhote que oxigenava o cabelo e que pagava com bebida ou com cigarro. Juana também não sabia, não podia saber, que antes dela, uma noite, no cinema de Rio Branco, houve um médico que, todos diziam, a gente sentava do lado dele e ele se agarrava na gente, e que, dava muito dinheiro, e que se agarrou nele, e que estava agarrado nele, e ele já assim, assim, e nisso acendeu a luz porque cortou o filme ou terminou uma parte, e aí o médico ali agarrado nele. (SCHLEE, 1984, p. 86 – 87)

Essas revelações são sucedidas por uma frase, repetidas vezes: “de mulher, era só Juana” (Schlee, 1984, p. 87).

Fora isso, notamos quase que uma obsessão de Ciriaco por Juana, castelhana e “empregadinha”, para usarmos o termo empregado pelo próprio narrador:

Assobia como para Juana. Afinal, toma banho para Juana, até trabalha para Juana, já vive para Juana. Só pensa em Juana, Juana de vestido quadriculado, Juana de cabelo preso, Juana cozinhando, Juana lavando roupa, Juana braba, Juana alegre... (SCHLEE, 1984, p. 83)

Há, neste excerto, uma caracterização da busca do objeto desejado. Ciriaco trabalha, toma banho, vive, assobia, pensa em Juana o tempo inteiro, porque ela é seu alvo, sua presa a ser (definitivamente) conquistada. Juana, por sua vez, com seu vestido, com cabelo preso, cozinhando – braba ou alegre – caracteriza o objeto de desejo em si. A conquista de Ciriaco.

Esta paixão intensa pelo “outro”, a ansiedade presente na personagem Ciriaco para que a manhã do dia seguinte chegasse e finalmente ele e sua amada casassem revela (ainda) outro ponto. O casamento com Juana parece ser o grande triunfo de Ciriaco. Casado com ela ele estaria inserido totalmente no ambiente urbano almejado, seria, por assim dizer, igual aos camaradas de farda, aos vizinhos, aos parentes, que já estavam corrompidos a este meio. Com o casamento, Ciriaco faria, definitivamente, parte do grupo.

Com relação à estrutura narrativa, notamos que a fronteira, o cá e o lá, apresenta-se no universo deste conto através do jogo entre o Ciriaco antes e depois de ir para a cidade, antes e depois de conhecer Juana. Além disso, esse movimento apresenta-se no encadeamento na narrativa, pois há partes em que a narrativa se dá no presente, onde é narrada a ação (presente) da personagem, e, em outras, a narrativa debruça-se sobre a imaginação da personagem principal.

Fruto dessa imaginação, ou seja, coisas que sabemos por que o narrador sabe tudo sobre Ciriaco, está o fato de que ao se imaginar casando, sonha que está “fardado de soldado, com divisas de cabo, de sargento, o pelotão todo alinhado” (Schlee, 1984, p. 84). Na sequência deste trecho, concatenado a imaginação da personagem, o narrador desenha para o leitor a ação do noivo: “Mañana por la mañana...Ciriaco volta assobiar a valsinha” (Schlee, 1984, p. 84). Assim, estes níveis superpostos (imaginação da personagem e narração no presente da ação) formam o conto Schleeriano, que finaliza apresentando os pensamentos e as ações de Ciriaco, a expectativa pelo dia de amanhã, pelo dia do seu casamento: “Sai para a cozinha, depois para outra peça da casa, onde vai morar com Juana. Passa pela mãe e toca-lhe de leve nas costas. E continua assobiando. Afinal: vai casar com Juana, amanhã de manhã” (Schlee, 1984, p 89).

Este “embalo estrutural” contempla, também, “Um Caderno de Boleros”, que narra a história de um homem apaixonado por uma castelhana, que importunou, inúmeras vezes, em busca de conselhos amorosos, o narrador deste conto.

O conto em questão inicia com um trecho entre aspas, que funciona como uma epígrafe, que dá mote à narrativa. Esta frase inicial, segundo consta, está escrita no caderno de boleros que chega ao narrador pelo correio.



Este caderno traz traduções de boleros para a língua portuguesa, como fica evidenciado no fragmento abaixo:

“Este caderno, comprei-o com a finalidade de, página a página, registrar em português o significado dos boleros que sempre odiei, porque não sei dançar; e que sempre amei, pela mesma razão”. (SCHLEE, 1984, p. 101)

Na sequência da narrativa, o narrador mostra-se muito próximo do leitor. Há uma espécie de diálogo entre o que conta e o que lê. Isso corrobora com a teoria do gênero conto que salienta a sua origem oral. O narrador, assim, busca erigir esta característica no texto, como mostra o excerto:

Peço-lhes perdão. E se não os remeto a outra história é porque a letra parece de mulher, a caligrafia, entendam-me, a caligrafia é de mulher; mas como nunca se soube de mulher que não aprendesse a dançar, que não quisesse ao menos dançar, assim, e porque sei que o caderno deve ter sido de homem, asseguro-lhes que pertenceu a um sujeito que escrevia de tinta verde – Sardinha, talvez; ou Parker, com Solv-X, como era naquele tempo. Sei lá! (SCHLEE, 1984, p. 101)

Além disso, ao iniciar de fato a narração do evento que o caderno de boleros lembra, o narrador menciona um “naquele tempo”, dando à história um estatuto de verdade, pois a está vinculando às suas memórias, ao seu passado.

Esse início de narração liga-se a um verbo que chama o leitor para o conto: “sabemos, tocava-se tango”. Isso legitima, de certa forma, o que se vai contar, pois há algo compartilhado entre o que escreve e o que lê, entre o que narra e o que ouve esta narrativa.

Ademais, há neste conto, uma colcha de memória musical que se encaixa, articuladamente, à narrativa (superposição de níveis). O conto é uma exposição melódica onde o narrador exhibe sua lembrança, retirada (como que) de um baú de LPs antigos, com canções em espanhol, que embalaram a conquista amorosa de outrora. E isto é compartilhado com o leitor, que dança na superfície do texto, ao embalo destes boleros concatenados à narrativa.

Aliás, a escolha desse ritmo não é casual. O bolero serve de mote para esta narrativa, porque esse ritmo carrega consigo o itinerário da conquista amorosa. São "dois pra lá, dois pra cá...", como na letra da famosa música de João Bosco. Além disso, este ritmo combina com o movimento da fronteira: são dois territórios que formam o espaço uno da contística Schleeriana.

Nessa narrativa, o encadeamento de níveis representa, assim, o movimento da fronteira. É este movimento que costura a canção ao universo diegético, fazendo com que ambos (bolero e narração) virem um texto uno e coerente.

Isto fica claro no fragmento a seguir, em que é dada ao leitor a possibilidade de sincronizar sua leitura ao balanço advindo do bolero, através do indicativo “pausa”, escrito entre parênteses nas frases-versos.

Amor (pausa) amor (pausa) amor (pausa) nasceu em mim (pausa)  
 nasceu em ti (pausa) da esperança (grande pausa) nasceu de Deus  
 (pausa) para nós dois (pausa) nasceu da alma (pausa)  
 Amor (pausa) amor (pausa)  
*“sentir tus besos  
 Se quedaron em mi  
 Igual que palomas mensajeras de luz  
 Saber  
 Que mis besos  
 Se quedaron em ti  
 Haciendo em tus lábios  
 La señal de la cruz”*  
 Duas almas (pausa) que no mundo (pausa) havia unido deus (pausa)  
 Duas almas que se amaram (pausa) isto éramos tu e eu (pausa).  
 (SCHLEE, 1984, p. 108 - 109)

Outro excerto que mostra esta superposição de níveis articulando com a escrita Schleeriana é o seguinte:

*“Nadie  
 Comprende lo que sufro yo  
 Tanto  
 Que ya no puedo sollozar  
 Solo  
 Temblando de ansiedad estoy  
 Todos  
 Me miran y se van!”*  
 Com esse estado de espírito ele se apresentou a mim e chorou como gente grande e me fez esfriar a comida. (SCHLEE, 1984, p. 103)

Neste trecho vemos, de modo mais claro, a costura entre a narração e o bolero, marcada pelo conetivo “esse”, que retoma e liga a canção ao texto.

Além disso, neste conto, outro elemento remete à motivação amorosa no espaço de fronteira: as personagens. Essas também dançam no ritmo que envolve o conto. Formam, afinal de contas, uma dualidade – um homem e uma mulher, um brasileiro de “uns sessenta e poucos anos, cabelo longo e grisalho, nariz adunco, sobrancelhas espessas e muito pretas” (p. 102) e “uma castelhana de Treinta y Tres chamada Maria Helena” (p. 105).

Este lá e cá representado através da nacionalidade das personagens também se manifesta na estrutura e composição do conto. Isto ocorre porque o conto está escrito em português e em espanhol, ou melhor, está narrado em português, mas os boleros que se articulam a esta narração estão (quase) todos em espanhol.

O narrador, frente a isso, é como a ponte sobre o rio Jaguarão. É ele que liga, coerentemente, ambos os lados da fronteira.

#### 2.3.4 O homem em desacordo

A personagem, para Antonio Candido (1974, p. 55), é um ser fictício, isto é, é uma criação literária. A este respeito, Candido (1974) disserta que a produção em literatura está debruçada sobre um paradoxo: o problema da verossimilhança no romance (ou em qualquer outro texto em prosa) depender da possibilidade deste “ser de papel” dar a impressão da mais lídima verdade existencial. Isto faz com que o texto, como aponta o crítico brasileiro, “se baseie, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestado através da personagem, que é a concretização deste” (Candido, 1974, p. 55). Candido, neste estudo, aponta que as diferenças e afinidades que existem entre estas duas entidades (o ser “real”<sup>75</sup> e o ser ficcional) mostram que “as diferenças são tão importantes quanto as afinidades para criar o sentimento de verdade, que é a verossimilhança” (1974, p. 55).

Em Schlee, na busca por transpor a fronteira e suas particularidades para a narrativa, as personagens emergem no / do texto como uma revelação do espaço fimbrio. Em “Um brilho nos olhos”, “Época de festas” e “Domingos” as personagens revelam problemas sociais, familiares, crises e (in)definições identitárias destes seres (ficcionalis) que andam à margem.

Pichón, personagem central de “Um Brilho nos Olhos” apresenta, em pequenas passagens do narrador, toda uma crise. Jogador de futebol de várzea, “era um perfeito filho da puta” (Schlee, 1984, p. 49):

---

<sup>75</sup> Questões referentes a este tema (o “real”) não serão desenvolvidas neste estudo.

Filho da dona de uma pensão de mulheres, ele fora criado pela tia, lavadeira, sabendo de tudo. Com jeito para o futebol, muito rápido e arisco, revelara noção do drible e dos lançamentos, ao aparecer, com um metro e meio de altura, jogando nos quadros de filhotes. (SCHLEE, 1984, p. 49)

Criado em ambiente de escassos valores morais, Pichón tinha como referentes a tia, a mãe e as mulheres que trabalhavam com elas. E, este universo referencial, é o ponto de partida para sua visão de mundo, suas ações. Conhecedor das malandragens da vida, “rápido e arisco”, jogador do “quadro de filhotes”, constituiu sua imagem.

Nominado pelo apelido, Pichón era, como define o narrador, “um cafajeste. Um bêbado que vivia à custa de mulher. Um verdadeiro filho da puta” (Schlee, 1984, p. 57). Ademais, este mesmo narrador esclarece acerca do apelido da personagem:

pichón é maneira carinhosa de se chamar o filho que tem o nome do pai – em vez de júnior, *hijo* e tal; mas pichón, por isso mesmo, também é filhote, de modo que pegou sem ser uma ironia ou menosprezo contra o jogadorzinho pequeno que não sabia quem era o próprio pai mas cuja mãe todos conheciam. (SCHLEE, 1984, p 49-50)

Esta definição que aparece explicitada como última frase da narrativa (“um cafajeste. Um bêbado que...”) resume, em verdade, o que o narrador apresenta ao longo das páginas que formam o conto. Sujeito despudorado, desqualificado, “vivía à custa de Rosa na pensão de sua mãe” (Schlee, 1984, p.52).

No que se refere a sua relação com Rosa, o narrador aponta:

Trazia Rosa num cortado, a rédea curta, e Rosa lhe dava o que precisava. Rosa tinha sempre a catanga dos homens com que andava. E olhava para ele com um brilho nos olhos que o incomodava. Ele não gostava de encará-la. E tinha ganas de deixá-la, de abandonar tudo. (SCHLEE, 1984, p. 52)

Ao analisarmos este excerto, identificamos o mistério envolto nas figuras femininas de Schlee, presentes em toda sua contística, que, neste conto, manifestam um “que” de encantamento e de repulsa no brilho dos seus olhos (o que justifica o título do texto). E este dúbio sentimento (encanto e repulsa) é um dos motivos que fazem com que Pichón deseje abandonar sua companheira (Rosa).

Contraponto de Rosa (e segundo motivo do desejo da personagem) é a “guria nova, morena e de cabelos compridos” (Schlee, 1984, p.53) que Pichón

avistou no caminho para o torneio de futebol, já em campos uruguaios. Esta figura feminina, de “olhos bem redondos, redondinhos” (Schlee, 1984, p.54), não gostava dele, na verdade, sequer o conhecia. “Rosa gostava dele e não precisava dizer por que seus olhos tinham aquele brilho” (Schlee, 1984, p. 55).

Outro dado que reforça a idéia do contraponto entre Rosa e a “guria do Citroën” (Schlee, 1984, p. 55) é o fato de esta ser (possivelmente) uruguaia. As mulheres do outro lado da fronteira, as castelhanas, são sempre vistas com interesse pelas personagens masculinas de Schlee. Juana, de “Mañana por la Mañana”, e Maria Helena, de “Um caderno de Boleros” reiteram isso.

“A moça sentada no banco da frente” (Schlee, 1984, p.55), assim como as demais castelhanas que despertam o interesse amoroso das personagens fronteiriças de Schlee, (também) nega Pichón. Ou melhor, no caso de “Um brilho nos olhos” não há a negação efetiva por parte da figura feminina, mas há um descaso, como se a personagem central (Pichón) não existisse, como podemos verificar no fragmento abaixo:

Chegou à ramada e se encostou num pau de modo a poder ver a moça sentada no banco da frente (atrás estava a velha, que era muito gorda e de óculos, e haviam desaparecido a negra e a trouxa). Era a guria morena, de cabelo comprido e de olhos redondos que tinha estragado a viagem de Pichón. Ela estava de braços cruzados e aparentava não ver o que acontecia em volta. (SCHLEE, 1984, p.55-56)

Essa indiferença, marcada fundamentalmente pelos braços cruzados e o olhar desinteressado, acarreta uma reflexão posta pelo narrador, que parece representar o pensamento de Pichón. Esta reflexão, calcada toda no futuro do pretérito do indicativo<sup>76</sup>, no entanto, não abarca um reconhecimento por parte da personagem da sua decadência moral, fruto das safadezas que fazia, “porque não era santo mesmo” (Schlee, 1984, p.52):

Por que ela não poderia gostar dele como Rosa? Por que não olharia para ele com o brilho nos olhos? Por que não poderiam ser namorados ao menos? Por que não poderiam se cuidar para que ela não ficasse grávida antes do casamento? Por que não poderiam casar, depois? Por que não poderiam ter filhos e viver como toda a gente? Por que ele teria que dar explicações? (SCHLEE, 1984, p.56)

---

<sup>76</sup> Segundo Sacconi (1990, p. 240), dentre outros empregos, o futuro do pretérito é usado para exprimir um fato atual duvidoso. Este emprego do futuro é comum nas frases interrogativas, entendendo-se, em consequência, que a resposta somente será possível após reflexão mais ou menos longa.

A decadência (moral, física, econômica, etc.) de Pichón, no entanto, está posta desde o início da narrativa. Sem identificá-lo ou nomeá-lo, o narrador carrega sua imagem de significados ao denominá-lo Pichón. Além disso, ao longo do conto, deixa marcas desta ruína, como por exemplo, o fato de a personagem estar embriagada, o fato de ser sustentada por uma mulher, o fato de (ainda) morar com a mãe, etc. Porém, a concretização desta decadência está no fechamento do conto: “Bolcado entre os pés dos outros, Pichón estava todo mijado e vomitado. Nunca mais veria o Citroën preto, nem a guria que poderia gostar dele”. (Schlee, 1984, p.57)

Os substantivos “bolcado” e “pés” indicam uma posição inferior – curvado e ao rés do chão. Estes termos estão ligados pela preposição “entre”, o que coloca Pichón em nível inferior comparado aos “outros” que haviam ido ao Uruguai com ele para jogar futebol. Já os termos “mijado” e “vomitado” remetem ao fisiológico – ao mais primitivo dos desejos humanos, que carrega consigo, neste caso, um asco. Afinal, Pichón está sujo e esta sujeira está para além do corpo.

A decadência humana é apresentada, também, no conto “Época de Festas”, só que segundo outra perspectiva. Neste texto, a ruína configura-se no descaso para com o cadáver de Paco, para com o homem que Paco foi em vida. É, por assim dizer, uma mancha que encobre o destino dos míseros trabalhadores da linha divisória.

“Época de Festas” é, talvez, um dos poucos contos de Aldyr Schlee que aponta para uma (possível) rivalidade entre territórios vizinhos. Isso aparece, primeiramente, na caracterização do rio:

Perto da charqueada velha, o rio se enrosca nele mesmo, como sem ter para onde ir, suas águas estão sempre atrapalhadas, aos nós de redemoinhos. Ali, parece um rio briguento, um rio nervoso; não é o rio calmo e acomodado que a ponte domou ao ligar Rio Branco e Jaguarão. É um rio ranzinza, que teima em separar; é um rio vingativo, que ameaça afogar; é um rio que assusta, enrolando-se como cruzeira para dar o bote fatal. (SCHLEE, 1984, p.93)

Depois dessa caracterização do rio (de águas atrapalhadas, aos nós, rio nervoso, atrapalhado, vingativo), que teima em separar, esta rivalidade estende-se à figura de Paco. Por ser castelhano, tem seu corpo tratado com desdém, como um apátrido, como um objeto sem valor para os que o encontraram boiando no rio. Isso pode acarretar em uma (pequena) discussão

acerca da identidade nacional, reforçada pelo seguinte fragmento encontrado no conto:

Era época de festas. E não havia dúvidas de que Paco morreria afogado. O médico atestara sem dificuldade. Mas Paco era apelido. Nome de castelhano. E isso poderia complicar as coisas...Sabe como é: matam um uruguaio do lado de cá; depois, depois de tudo fica por isso mesmo, aí matam brasileiro do lado de lá; e então nem é bom falar! (SCHLEE, 1984, p.95)

Neste excerto, dentre outras coisas, há a referência a Paco como castelhano. E, decorrente disso, os problemas que a morte de um estrangeiro sobre o limite político da fronteira pode gerar.

Para Stuart Hall (2006), a identidade nacional – o ser brasileiro ou o ser uruguaio – não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Ou seja, “as pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação, elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (Hall, 2006, p. 49).

Assim, o território fronteiro transforma-se em um campo aberto de significações, porque, ora convém a aproximação com o lado de lá da fronteira, como um “continuum espacial e cultural” (Burke, 2003, p. 23), ora convém o distanciamento para com o outro lado, na busca por uma identidade nacional em detrimento de uma local / regional fronteira. Este é, portanto, um dos objetivos da imposição de limites políticos – criar um “nós” em oposição a um “outro”.

No universo do conto, esta relação de oposição / repulsa ao “outro” se encontra, fundamentalmente, em três elementos:

- 1) Brasileiro em relação ao castelhano (Paco);
- 2) Pobre em relação ao rico;
- 3) Humano em relação ao animal.

Estes três elementos levam em conta a inferiorização, a decadência do “outro” castelhano. Assim, para melhor analisarmos estas relações, denominaremos estes itens da seguinte forma:

- 1) Categoria de pertencimento;
- 2) Categoria econômica;
- 3) Categoria de animalização do homem.

No que se refere ao primeiro elemento (Categoria de pertencimento), há, no conjunto do conto, um sentimento de descaso por parte de todos para com

o defunto castelhano. Isso fica evidente na postura da polícia – órgão representativo do Estado em linha de fronteira. Ela (a polícia), como relata o narrador em “Época de Festas”, pouco se importou em comunicar à família, em dar ao morto um fim digno:

Não foi ao rancho porque já sabia que Paco não morava mais lá. Adiantaria saber bem onde ficava o rancho, de quem era, quem ocupava agora? O homem estava morto, ninguém mais queria saber dele. No rancho, ficariam com medo, mentiriam se fosse preciso, que essa laia toda está sempre com crime para esconder e tem medo da autoridade como o diabo da cruz! Enfim: a polícia não procurou a mulher do morto. Não tinha com nem porquê. Esperou que a família desse falta e se interessasse. (SCHLEE, 1984, p. 95-96)

Há, neste trecho, a presença de preconceito com relação ao “outro” – “essa laia”, que inferioriza o ser castelhano frente ao ser brasileiro. Além disso, há ênfase na criação de uma imagem do “outro” como o criminoso, como se ilegalidades não fizessem parte de ambos os lados da fronteira.

Com relação ao elemento “categoria econômica”, há uma valorização daquele que detém o dinheiro. Ou melhor, aquele mísero trabalhador, representado no conto por Paco, sofre pelo esquecimento em torno da sua figura, esquecimento este que é, também, monetário, como mostra a parte do texto transcrita abaixo:

Mas, mesmo que se encontrasse com o Delegado por casualidade, num jogo de pôquer ou numa festa de ano-novo ou de reses, não ligaria o nome do morto ao Paco que o ajudara na Maçonaria. Tinha outras coisas para pensar e para se preocupar. Mesmo que o Delegado, por pura falta de assunto, contasse o caso diante dele, ele, o sogro do alemão, não imaginaria que talvez o morto fosse o mesmo homem que, já noite alta, esfregava as mãos de contente, depois de entregar os últimos pacotes para o último da fila. Aquele mulato de roupa inteira para o qual não sobrou nada no meio de tanta coisa dada. (SCHLEE, 1984, p.97)

Esta (super)valorização para com o mais abastado economicamente está latente no excerto, também, no uso de maiúsculas para a palavra “delegado”. Este, por sua vez, não é reconhecido por um nome que o identifique, mas por uma instância de poder, por um cargo que ocupa.

Já o terceiro elemento que opõe “nós/outros”, se denomina “categoria de animalização do homem”. A inferiorização de Paco em relação a outros homens, ou a outros cadáveres achados “perto da charqueada velha” (Schlee, 1984, p. 93), boiando no rio Jaguarão, está na comparação dos seus restos



mortais aos dos restos de animais e peixes podres. Há uma total ruína do outro (castelhano):

Sobre o rosto e as mãos do cadáver, quem chegasse veria nuvens de mosquinhas que enxameavam também ante os bofes dos animais abatidos ali, e em volta dos peixes podres que vinham dar à costa do rio. Alguém correu aos gritos uns cachorros que se aproximavam. Foi preciso buscar uma pedra e atirar neles para que fugissem e permanecessem à distância, temerosos. Cachorros comedores de sobras, atentos ao movimento dos homens e à carneação. (SCHLEE, 1984, p. 94)

Além disso, o cadáver de Paco equipara-se às sobras que servem de alimento aos cães. Portanto, Paco é rebaixado da sua categoria humana a de sobra animal. Com isso, há uma decadência total da sua figura.

Já no conto “Domingos”, a decadência se dá de forma diferenciada. Está ligada a identidade da personagem. Por isto, talvez, o termo mais adequado seja “crise” (ao invés de decadência), porque este não pressupõe uma ruína total, mas um estado temporário de declínio.

Nesse conto, a “crise” apresenta-se nos binários vivo/morto, presença/ausência, alto/anão, rico/pobre. E, possivelmente, esses binários representam os processos de identificação e pertencimento que habitam este espaço (móvel e duo) da fronteira. Este espaço, como coloca Jérri Roberto Marin, é um lugar de constantes trocas, “onde o hibridismo cultural e os fluxos populacionais geram uma indefinição identitária e uma grande interatividade cultural” (*apud* Abdala Jr., 2004, p. 329),.

Domingos, personagem central da narrativa, percebe “três dias depois de ter ficado viúvo, que estava só” (Schlee, 1984, p. 39). Esta solidão desencadeia toda uma instabilidade acerca da sua identidade, do Domingos com a presença da falecida e sem ela. Esta “crise” estende-se ao espaço que ele habita, como podemos analisar no excerto abaixo:

Olhava as coisas em volta e as via mais pobres, mais tristes do que tristes e pobres – e poucas – sempre haviam sido. Via-as sem a falecida, via-as agora sem sentido, inúteis sem a falecida. As coisas usadas e sujas. Até as paredes do rancho. O teto. A porta carcomida. As duas pequenas janelas sempre fechadas. (SCHLEE, 1984, p. 39)

Neste fragmento, notamos que, na ausência da esposa, Domingos via seus pertences intensificadamente “tristes e pobres”. Sem a falecida, via suas coisas “sem sentido”, “inúteis”, “usadas” e “sujas”, o que denota a importância da mulher para a vida e a organização do lar. Ademais, de dentro do rancho

para a sua estrutura externa – o teto, as janelas, a porta – há a presença da morte, do luto, pois (tudo) está lúgubre, imerso nesta atmosfera de tristeza, confirmada pela palavra inclusiva “até”<sup>77</sup> e pela pouca luminosidade advinda das “janelas sempre fechadas” (Schlee, 1984, p.39).

Essa escuridão permeia grande parte da narrativa, apontando (talvez) a crise identitária vivida pela personagem. Se Domingos não conseguia se ver sem a falecida, se não se reconhecia sem a sua presença, havia, de certa forma, uma obscuridade, um desconhecimento sobre si mesmo. E esta escuridão, esta ausência de si e do outro, também se manifesta no conto por meio do silêncio que habita a morada de Domingos:

Estava definitivamente só. Seriam umas quatro horas, para lá de meia tarde de abril, e muito escuro dentro do rancho. Domingo de Sol, talvez; a paineira florida, com certeza; e o gado miúdo da vizinhança pastando na volta das casas, entreverado: galinhas, patos, marrecos, perus, e angolistas. Apurou o ouvido mas só distinguiu uns gritos muito longe, quem sabe de *match* de futebol. Nem cachorros nem galos, nem patas de cavalos. Um barulhinho fino de vento, coisa de nada de vento, e de barulho; silêncio mesmo. (SCHLEE, 1984, p. 39-40)

Além disso, a ausência da esposa (que gera o silêncio, a crise na personagem central) é sentida em outros aspectos.

Primeiramente, esta falta se manifesta no corpo de Domingos, na falta de cuidado consigo mesmo: “cruzou os braços por trás da cabeça e respirou fundo, bem fundo, vendo os dedos dos próprios pés de unhas grandes e sujas” (Schlee, 1984, p. 40). Estes “pés” demonstram um homem abandonado.

Outro aspecto que ocasiona esta crise em Domingos diz respeito à postura da (sua) mulher. Companheira de trabalho, ela sempre estava disposta, tanto de dia, para a lide de campo, como de noite, para o amor: “era como um homem, o dia inteiro. Depois vinha se deitar com ele como se recém tivesse se levantado. E como se fosse apenas a mulher que era” (Schlee, 1984, p. 41). Porém, é com relação à identidade de Domingos que a ausência da falecida se torna mais interessante.

Para Woodward (2007, p. 9), a identidade depende, para existir, de algo fora dela, a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, mas

---

<sup>77</sup> Existem palavras ou expressões, segundo Celso Cunha (2007, p. 319), que não se enquadram efetivamente como advérbio ou locução adverbial. Estas palavras ou expressões, assim, recebem classificação à parte, porém sem nome especial, como é o caso de “até”, que dá a idéia de inclusão.

que fornece condições para que ela exista. Em “Domingos”, é a presença da falecida que faz com que ele (a personagem Domingos) se descubra como o sujeito do / no mundo. Ou seja, Domingos só sabe quem ele é na medida em que ele sabe que não é sua esposa, que não é outra pessoa.

Na ausência deste outro, desta diferença que marca a identidade, como aponta Woodward (2007, p.11), Domingos se vê perdido, como demonstra o fragmento a seguir:

- Nanico! – ele esperava que ela o chamasse. Nanico! Ele queria que ela o chamasse.

Tinha ouvido a falecida chamá-lo de Nanico a vida inteira e nunca se conformada: se queixara sempre. Nanico isto, Nanico aquilo, dizia ela. Nanico *enano*, baixote, galinho de perna curta. Domingos, marido, homem de respeito; Mingote, Mingo, vá lá! Homem de respeito, apesar de andar por aí, de trabalho em trabalho. Mingote, Mingo, vá lá!

- Nanico! – esperava ouvir; Nanico, quisera ouvir na noite passada; Nanico, Nanico, Nanico! (SCHLEE, 1984, p44)

Esta repetição de substantivos que nomeiam Domingos não é em vão. Esta era a forma com que ele se reconhecia. Era a sua identidade todo o tempo em que viveu ao lado da esposa. Sem a presença dela, seria necessário descobrir outra forma de pertencer e de se ver no mundo.

Porém, para que isso fosse possível, era preciso que Domingos reconhecesse a sua nova condição. E o narrador deixa marcas disso em vários momentos do texto, como podemos ver no excerto abaixo, marcado, principalmente, pela noção de que a sua crise não estava só na figura da mulher:

Nem um pio.

O zunido do vento.

Puxa que não sabia o que pensar! Não sabia o que fazer! Não adiantava passar a mão pela barba crescida, não adiantava balançar a cabeça, franzir a cara, apertar os olhos, gemer sozinho.

Não era bem pela falecida tudo aquilo. (SCHLEE, 1984, p 43)

Há no conto, também, a materialização desse reconhecimento. Domingos identifica o luto, marcado com um pano preto, amarrado no seu braço. E, inconscientemente, desvencilha-se dele: isto marca o primeiro passo para o (re)viver sem a falecida. Afinal, o luto de Domingos é muito mais pela sua “ausência identitária” do que pela “ausência” da esposa.

E, esta perda do luto ou busca pela afirmação identitária de Domingos ocorre na última parte do conto, quando, aos poucos, Domingos retira do braço “aquela gaza negra, aquele fumo no braço, aquela ainda era ela, Nanico! O

luto, Nanico! O luto! Não era bem pela falecida tudo aquilo” (Schlee, 1984, p. 44):

Com o mesmo dedão forçou aquilo braço abaixo, a ponto de quase rompê-lo. Então deixou-se ficar mais um pouco, de olhos no chão, vendo o pano caído na terra escura, um pobre pedaço de pano como qualquer outro, caído no chão, sem serventia nenhuma. Também inútil, como tudo ali. Não era bem pela falecida tudo aquilo. (SCHLEE, 1984, p. 44)

Neste momento do conto a escuridão, a ausência e o silêncio deixam de existir no rancho de Domingos. “Rompem-se” assim como a gaza negra que marcava o luto. Há, dessa forma, um recomeço, ou melhor, Domingos abandona as amarras que lhe ligavam à falecida para buscar novos processos de identificação.

E isso fica evidente quando entra na casa, pela fresta da porta aberta pela personagem central, uma luz intensa, “clara de cegar” (Schlee, 1984, p.45). Além disso, toda a natureza em volta do rancho corresponde a este despertar para o mundo, como podemos ver no trecho abaixo, onde há a presença de animais e de outra (e nova) mulher, menina ainda, representando, talvez, a esperança e o recomeço:

Levantou-se e abriu uma fresta da porta. Estava claro de cegar. As angolistas gritaram tô-fraco, tô-fraco, tô-fraco, e a filha do vizinho passou de pé descalço e perna grossa, tocando pela frente a tropilha de perus.  
Domingos ficou olhando a filha do vizinho, que tinha seus quinze, dezesseis anos. (SCHLEE, 1984, p. 45)

Dessa forma, os três contos estudados no motivo “O homem em desacordo” têm em comum, primeiramente, a não nomenclatura de seus personagens com nomes próprios. São eles reconhecidos por seus apelidos (Pichón, Paco, Enano, Nanico, etc.). Isso, ao mesmo tempo em que os aproxima, os afasta: são três personagens envoltos em três situações distintas que remetem para a representação do espaço fronteiriço.

De um lado, Pichón, o característico vagabundo que vive à margem, decadente em todos os sentidos. De outro, Domingos, a representação da identidade fronteiriça, o sujeito que se reconhece como tal na medida em que reconhece o outro. E, por fim, Paco – o pobre, desprovido de tudo, sem identificação precisa, que traz para o universo do texto a representação de uma fronteira “sem lei”, ou melhor, com uma lei que beneficia o seu lado da linha divisória.

Além disso, os contos estão estruturados (sempre) em “lá e cá”. Em “Um brilho nos olhos”, há o binômio Rosa / “moça dos olhos redondinhos”; em “Época de Festas”, há o brasileiro / uruguaio e, em “Domingos”, há o viver/morrer, alto/anão, presença / ausência, etc. Isto remete ao movimento, a geografia fronteira proposta por Schlee, que vê o lado de cá como uma outra forma de ver o lado de lá, ou seja, o lado de cá depende do outro lado para existir.

### 2.3.5 Memória

***Ninguém pode escrever a vida de um homem senão ele próprio. A sua maneira de ser interior, a sua verdadeira vida não é conhecida senão por ele; mas, ao escrevê-la, ele disfarça-a; sob o nome da sua vida ele faz a sua apologia; mostra-se como quer ser visto, mas de modo nenhum como é.***

*(Rousseau apud Bourneuf & Ouellet, p. 246)*

Em muitos exemplares da contística<sup>78</sup> de Aldyr Garcia Schlee há a presença do autor no momento da escritura, ou melhor, para empregar o termo mais adequado e fugir de terrenos perigosos que cercam toda a análise literária, há um pacto autobiográfico<sup>79</sup>.

Este pacto firma, diante do leitor, o compromisso de apresentar traços autobiográficos (via de regra, pela voz do narrador). Para tanto, como disserta Fonseca, “o texto deve conter em seu arranjo interno, elementos que, implícita ou explicitamente, caracterizem-no como tal” (1997, p. 235). Como destaca o estudioso, o texto “deve” conter estes elementos, não no sentido normativo, mas no hipotético, afinal, se trata de terreno ficcional.

Na obra em estudo, este pacto é firmado (quase) sempre no início da escritura, o que permite ao leitor, desde o princípio do texto, buscar dados que confirmem esta progressão da vida de quem escreve para dentro do universo

<sup>78</sup> Nos referimos, aqui, a toda a sua produção impressa.

<sup>79</sup> Termo cunhado por Philippe Lejeune, que aponta que, na autobiografia, o narrador fictício se identifica com a pessoa real e com a personagem, havendo, portanto, uma identificação em três níveis: o narrador fictício identifica-se com o autor, que, por sua vez, se identifica com a personagem (autor = narrador = personagem).

textual. Além disso, a memória da infância em Jaguarão é o motivo-chave da elaboração deste “escritor-narrador”, o que reforça a hipótese da progressão do escritor no conto, atuando como narrador de sua própria história.

Em meio a isso, cabe-nos fazer algumas considerações sobre este motivo (memória da infância em Jaguarão), que é erigido no plano literário, em especial em três contos de **Uma Terra Só**, que são: “Luvas Vermelhas”, “O Barco das Ilusões” e “Encanto de Futebol”.

Em “Luvas Vermelhas”, deparamo-nos com uma memória coletiva, já em “O Barco das ilusões” encontramos, além desta, traços da memória individual do narrador. No conto “Encanto de Futebol”, por sua vez, a progressão autobiográfica aparece mais latente, apresentando, também, aspectos da lembrança vivida (individual) e compartilhada (coletiva) de quem escreve.

Acerca desta motivação (memória), Elisabeth Jelin<sup>80</sup> (2001, p. 1) destaca a importância de levarmos em conta, no momento da análise, “quem lembra”, “o que lembra” – se é, por exemplo, algo seu ou algo compartilhado com outras pessoas – e “como lembra”. Nos três contos em estudo analisados sob esta perspectiva (memória), quem recorda é (sempre) um narrador que se coloca no lugar de escritor do seu passado. Nestas recordações, este narrador mescla lembranças pessoais a fatos compartilhados pela sociedade jaguareense de um modo geral. E este narrador lembra como quem não quer esquecer, ou melhor, não há conflito na sua recordação.

A respeito desta capacidade que o homem tem de recordar (e esquecer, porque a lembrança sempre leva em conta um apagamento), Jelin destaca:

El ejercicio de las capacidades de recordar y olvidar es singular. Cada persona tiene sus propios recuerdos, que no pueden ser transferidos a otros. Es esta singularidad de los recuerdos, y la posibilidad de activar el pasado en el presente lo que define la identidad personal y la continuidad del sí mismo en el tiempo. (JELIN, 2001, p. 3)

Para a estudiosa, este processo não ocorre em indivíduos isolados do mundo. Ao contrário, ocorre justamente com seres inseridos em “redes de relações sociais, em grupos, instituições e culturas” (Jelin, 2001, p. 3). Com isso, há uma passagem do individual para o social, porque “quienes tiene

---

<sup>80</sup> JELIN, Elisabeth. *¿De qué hablamos cuando hablamos de memoria?* España: Siglo Veintiuno editores, 2001. Cap 2 disponível em: < <http://www.cholonautas.edu.ep> > Acesso em: 30 de outubro de 2009.

memória y recuerdan son seres humanos, individuos siempre ubicados em contextos grupales e sociales específicos” (Jelin, 2001, p. 3).

Em Schlee, nos três contos em análise, estas memórias (individual e coletiva) são o que trazem para dentro da narrativa a fronteira como espaço estético-literário. Isso ocorre porque estas lembranças, que circulam nesta região fímbria, apontam traços característicos deste lugar, como o compartilhamento de recordações passadas, comuns a ambos os territórios.

A memória, assim, é um elemento que firma o pacto autobiográfico. Porém, não é o único presente nos contos de Schlee. Elementos como a consciência da escrita e a imagem do leitor também colaboram com isso.

Em “Luvas Vermelhas”, por exemplo, o que garante o pacto é o lembrar. Os demais elementos (consciência da escrita e a imagem do leitor) não aparecem nessa narrativa. Além disso, neste conto, há um cuidado em (re)criar uma memória coletiva – quase como um documentos sobre o boxe na região da fronteira.

Para tanto, erige, como personagem central do texto, Alarcón, boxeador (e goleiro) conhecido em Jaguarão na década de trinta do século XX:

Alarcón usava uma grossa camiseta branca de lã, de gola alta, de procedência inglesa, e suave muito. Tinha o nariz achatado e foi campeão de 1929, pelo Cruzeiro. Há muitos retratos dele, ainda: um castelhana forte com a bola embaixo do braço, que se deixava fotografar de meio perfil, cabelo colado na testa e olhos severos. (SCHLEE, 1984, p. 115)

Neste fragmento, além da apresentação do boxeador, dos trajes que usava e das características físicas, encontramos outro elemento: no espaço da fronteira (até) as memórias são compartilhadas. Alarcón, o castelhana, foi “quem despertou em Jaguarão o gosto pelo boxe” (Schlee, 1984, p. 115).

Além disso, o conto apresenta dados que correspondem a fatos ocorridos no princípio do século XX, mais ou menos pelas décadas de vinte e trinta, como a luta entre Jack Dempsey e Firpo – o lendário boxeador argentino Luis Ángel Firpo – “El toro salvaje de las Pampas” (Schlee, 1984, p. 115). Esta luta, na época, foi considerada por uruguaios e argentinos “la peleia del siglo”.

Esta busca por dar ao conto um caráter de verdade faz com que o narrador se debruce na história de grandes feitos do esporte, como a famosa luta entre Tunney e Dempsey, em 1926:

Tunney tirara o título de campeão mundial de Dempsey em 1926, na cidade de Filadélfia, ante mais de 120 mil pessoas; depois, em 1927, na segunda luta, que rendeu quase 3 milhões de dólares, Tunney foi declarado vencedor por pontos, em Chicago. Dempsey derrubou Tunney no 7º assalto mas não se dirigiu logo para o canto neutro; o árbitro retardou a contagem até que ele chegasse lá. Tunney só levantou quando o juiz contava 9; mas houve quem calculasse que ele tenha ficado caído por 14 segundo. Nunca houve um campeão como Jack Dempsey! (SCHLEE, 1984, p. 116)

Estes nomes, mais o de Frankie Genaro, Al Brown, Batanero, Madell e outros habitavam o imaginário dos guris fronteiriços da época. E isto fazia com que eles quisessem falar no assunto a todo o momento. Alarcón era o narrador dos grandes combates (“vistos”, na época, pelas ondas do rádio, apenas) e sua figura representava para estes guris a possibilidade de ver de perto um lutador e todos os movimentos e golpes do boxe.

Todas as noites, como declara o narrador, os meninos ficavam conversando sobre Boxe. “Sabiam de cor as histórias de Alarcón, dormiam repetindo suas instruções” (Schlee, 1984, p. 116). Dentre estes estava “um pequeno ponteiro-esquerdo dos filhotes do Cruzeiro, veloz e talentoso nos dribles, de chute colocado, e meio gago” (Schlee, 1984, p. 116). Este pequeno ponteiro foi a ruína do boxeador.

Certo de sua superioridade técnica, Alarcón escalou o menino “que só ficava olhando, com medo de se intrometer onde não era chamado” (Schlee, 1984, p. 117) para mostrar suas habilidades. “Alarcón era campeão!” (Schlee, 1984, p.118). Deu uma surra no menino. Neste dia, relata o narrador, “o boxe começou a acabar em Jaguarão” (Schlee, 1984, p.119).

Todos foram para casa revoltados e desolados, depois de atenderem o gago, coitado, de cara desfeita, aturdido e apalermado. Deixaram-no como um bêbado, na casa do tio, onde vivia. Quando voltou ao trabalho, dias depois de muita compressa de arnica e banhos de ervas, ainda tinha marcas do combate. (SCHLEE, 1984, p.119)

O gago, no entanto, não se abateu com a derrota e com as “marcas do combate”. Com espírito desportista, preparou-se para uma revanche (própria do boxe), juntou cada tostão para a compra de umas “luvas vermelhas” (que justifica o título do conto) e aprendeu a lutar:

De fato: o pobre ponteirinho, que logo foi promovido para o segundo quadro, treinando contra Alarcón, passou a ter outro comportamento. Era veloz e driblava bem; chutava colocado, exigindo do goleiro. Mas o principal é que andava levantando mais cedo, todos os dias, para fazer ginástica. Depois do meio dia, fechava-se no quarto e, diante do espelho, fazia exercícios de postura. Na casa de um amigo que



também servia de espelho, batia vigorosamente num saco de serragem, até quase perder as forças, noite adentro. (SCHLEE, 1984, p.120)

No conto, o narrador compara a revanche incitada pelo gago a uma luta pelo título mundial. Afinal, “o título mundial ainda estava vago” (Schlee, 1984, p.120). Fora isso, “desde a apresentação dos boxeadores estrangeiros no teatro, quando Alarcón chegara a Jaguarão, aquela era a primeira vez em que se realizaria uma luta de boxe mesmo, na cidade” (Schlee, 1984, p.121).

Ao relatar a luta final entre o gago e Alarcón, o narrador alça mão, mais uma vez, dos grandes nomes do boxe. Retira-os um a um do baú de memórias, desde o peso-pena até o peso-pesado: “Gene Tunney, campeão mundial de todos os pesos” (Schlee, 1984, p.122). Com este recordar de figuras históricas do boxe, o gago nocauteia (para usar a expressão mais apropriada para o esporte) Alarcón. Com isso, “Vieram os outros e invadiram o ringue. Depois foram todos embora, sem jeito. E não se falou mais no assunto” (Schlee, 1984, p.122).

O pacto autobiográfico se apresenta, também, em “O Barco das Ilusões”. No entanto, neste conto, outros elementos se juntam à lembrança para firmá-lo, como a consciência da escrita e a imagem do leitor.

A consciência da escritura do texto permite, como apregoa Fonseca, “que o enunciado revele, em metalinguagem, o propósito da composição, e a proximidade do sujeito que produz o texto e o que anuncia” (1997, p. 239): “Nem sei como contar esta história – que são duas, ou três, ou tantas!...Nem sei, mesmo, por que a conto, que afinal, não tive nem tenho nada com isso – ou tenho?” (Schlee, 1984, p.125).

Além disso, por meio desta consciência, “evidencia-se também, ao nível literal, o privilégio dos planos temporais do narrado, ou seja, entre a experiência empírica efetiva, vivida, e a experiência da recuperação na memória pelo sujeito que compõe o enunciado” (Fonseca, 1997, 239). Isso pode ser notado na sequência do conto de Schlee, onde o narrador dirige-se a um “vocês” para apontar o fato que vai narrar, ou melhor, para dar início a sua recordação, a sua “memória como presente do passado” (Jelin, 2001, p. 3):

Vejam: se tenho alguma coisa com tudo, é porque era ainda um guri pequeno, morava a umas três quadras do rio e, como até hoje, observava sem entender as coisas. Foi quando, levado pela mão de quem me dava as respostas e explicações, cheguei perto do cartaz

que me atraía de longe, no portão do cinema. (SCHLEE, 1984, p. 125)

Em outras passagens do conto, como a transcrita adiante, o narrador reafirma este pacto (da escrita) que é seguido do pacto da consciência da recepção, visível na projeção que é dada à figura do leitor. Este é chamado a envolver-se na narrativa, ou seja, “já no momento da produção, efetiva-se a presença de um destinatário, que, por conta desta consciência, fiscaliza o compromisso de sinceridade do relato” (Fonseca, 1997, p. 240):

Não sei. Não sei nem mesmo como terminar esta história – que são duas ou três, ou tantas. (...) Repito: não sei, mesmo, por que contei esta história. Talvez tenha sido para que o leitor entenda por quê. E possa compreender por que tomei café com lágrimas e bolachas; e como o peão saiu do cinema naquele dia. (SCHLEE, 1984, p. 133)

A memória, por sua vez, traz para o ficcional uma série de dados que remetem à biografia do autor<sup>81</sup>. Como as que tangem ao cinema, em especial, o “Cine Teatro Esperança”.

Na coleção **Autores Gaúchos V. 20**, volume dedicado a Aldyr Schlee, lemos: “1947 – com 13 anos, o menino (Schlee) se distrai freqüentando a Biblioteca do clube Jaguareense, assistindo aos filmes do Cine Teatro Esperança e à transmissão dos jogos de futebol” (1988, p.11). No conto, em contrapartida, o narrador escreve, alçando mão destas memórias:

Meu pai e minha mãe, meu padrinho e minha madrinha, todos gostavam muito de cinema e alugaram um carro de praça para irem a Pelotas quando lá passou a primeira fita falada. Meu avô tinha sido gerente do outro cinema de Jaguarão. Depois, durante anos, eu não perderia um só filme que passasse no Cine Teatro Esperança. (SCHLEE, 1984, p. 126)

Estas memórias do menino que foi o narrador do conto “O Barco das Ilusões” aparecem, também, em trechos como o seguinte, onde o relato debruça-se na janela do passado, contemplando o que se foi:

Durante anos, nunca perdi uma sessão do Cine Teatro Esperança. Ia sempre. Com muita chuva, a função era suspensa; às vezes faltava luz; na verdade, um dia não fui porque estava com ameaço de pneumonia; e outra vez era filme só para homem. E eu ainda não era homem. (SCHLEE, 1984, p. 127)

Afora isto, é chamado para este universo do faz de conta Pan Viejo – personagem de outros contos da contística Schleeriana. Este estivador, em

---

<sup>81</sup> Os dados que remete a biografia do autor foram retirados da série **Autores Gaúchos V. 20**, de 1988.

1937, salvou “num domingo de outubro”, Aldyr Schlee e alguns hóspedes do hotel de seu pai, “que foram tragados pelo rio Jaguarão, ocupando uma baratinha Ford Coupé” (**Autores Gaúchos** V. 20, 1988, p. 10). No conto “O Barco das Ilusões”, este conhecido do autor aparece, ao que tudo indica, como o “velho homem do rio” (Schlee, 1984, p. 129).

Para além das memórias pessoais descritas pelo narrador, há, no conto, a presença de relatos que faziam (e, talvez, ainda façam) parte do coletivo da época. Coletivo este acostumado às matinês do “Apollo ou do “Cine Teatro Esperança”. Estas memórias remetem ao cinema, aos filmes que passavam na época, como mostra o excerto abaixo:

Jerome Kern e Oscar Hammerstein II transformaram em opereta a novela de Edna Ferber. Em 1936, James Whale dirigiu, para a Universal, versão cinematográfica, com Irene Dunne, Allan Jones, Helen Morgan, Paul Robeson e Charles Winninger. (SCHLEE, 1984, p. 128)

Nos fatos rememorados sob o tópico “lembrança” podem ser arroladas muitas passagens nas quais o enunciado explicita, como coloca Fonseca, “que a fonte dos fatos relatados é o acervo da experiência pessoal na memória do autor” (1997, p. 240). Em Schlee, quando estes fatos são compartilhados com outros indivíduos (memória coletiva), há um compromisso, por parte do contista, de tratá-los com certa fidelidade. Podemos ver isso no seguinte fragmento, onde o narrador relata dados sobre o cinema:

Esta fita é a refilmagem da opereta, feita por George Sidney em 1951 – o mesmo ano de “Cantando na Chuva” e “Sinfonia de Paris”. Tem Howard Keel no papel de Gay-lord Ravenal; Ava Gardner é Júlia; e Kathryn Grayson, Magnólia. (SCHLEE, 1984, p.129)

Isto desencadeia outra discussão, encaminhada pelo próprio narrador: a tênue linha que separa ficção e realidade. No conto, um peão chamado à narrativa por meio das memórias, projeta a sua vida no filme em que assiste. Ele se vê como Gay-lord Ravenal, sem ter a consciência de que o que ele assiste na tela do cinema Apollo é invenção, ou, justificando o título do conto, um barco de ilusões:

O que terá pensado Ravenal quando foi tomar o elevador, no grande hotel, e o ascensorista pediu-lhe perdão e fechou-lhe a porta na cara porque não havia mais lugar? O que terá pensado Ravenal quando jogou e perdeu o último centavo? Será que o peão terá entendido quando o gerente do hotel o chamou e lhe disse que tinha que pagar imediatamente a conta atrasada? Será que o peão terá entendido o que realmente se passava com ele? (SCHLEE, 1984, p. 130-131)

Essa discussão (ficção / realidade) leva a uma outra: o efeito do ficcional na vida do indivíduo, ou, o modo como a ficção influencia nas emoções do espectador / leitor. Na televisão e no cinema isso é bastante frequente, muito pelo fato de constituírem-se na/da imagem. Esta permite ao que vê uma maior rapidez e concretude na percepção dos fatos, das emoções. Não que o texto não apresente esta capacidade, mas seus mecanismos são outros, a começar, por ser a leitura um “caminho individual” e a televisão e o cinema um produto (muitas vezes) para ser consumido por um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

No conto de Schlee, as emoções captadas pelo peão que dilui as fronteiras entre ficção e realidade são descritas pelo narrador, que não se exime de defender a personagem por tamanha comoção. Afinal, “não pensem que esse fosse um gaúcho frouxo” (Schlee, 1984, p. 131):

Ravenal chorava quando terminou uma parte do filme e se acenderam as luzes. Levantou os ombros e pigarreou para disfarçar. Tentou botar a cabeça em ordem mas estava apenas com vontade de chorar, muita vontade de chorar, de chorar de fungar, de chorar de fazer beijo, de chorar de se abraçar no primeiro vivente que aparecesse para lhe dar a mão. (SCHLEE, 1984, p. 131)

Outra dicotomia que acompanha autor / narrador, ficção / realidade, memória / invenção é a campo / cidade: “para fora não havia nem há muita diversão. (...) Na cidade era tudo puro engano. Cachaça só. E uma falta de força enorme no fim de cada dia. Barricadas, sacos e caixotes – o iate aos pinotes” (Schlee, 1984, p. 128). Estes “lá” e “cá”, estes binômios, de certa forma, representam, à sua maneira, o movimento fronteiro presente na contística de Schlee, marcado na composição estrutural dos contos. Ademais, este último fragmento demonstra, também, a personagem que o leitor encontra ao ler os contos de Schlee – normalmente um trabalhador, que vive às turras, lutando pela sobrevivência.

O pacto autobiográfico motivado pelo exercício da memória aparece, também, em “Contos de Futebol”. Esta narrativa apresenta, assim como “O Barco das Ilusões”, outros elementos que manifestam este pacto (consciência da escrita e da recepção).

Ao iniciar o conto, o narrador declara:

Esta deveria ser a história do time de futebol que encantou minha infância. Conto-a pelo que não sei, pelo que nunca me foi revelado, pelo que nunca poderia descobrir. E sinto, ao alinhar as primeiras

palavras, o mágico sentimento que alimentava minhas emoções de guri, acompanhando o nascimento, a vida e a morte do Esporte Clube Mauá, de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. (SCHLEE, 1984, p. 71)

Neste fragmento, além de identificarmos a consciência da escritura do texto (“Esta deveria ser a história do time de futebol...”), há um traço que alerta o leitor de que embora haja um pacto autobiográfico, o conto, como literatura que é, firma seu pacto também com a ficção (“conto-o pelo que não sei, pelo que nunca me foi revelado, pelo que nunca poderia descobrir”). Ou seja, a memória, neste caso, é uma narrativa onde o escritor preenche seus “apagamentos” com um recheio inventado, imaginado.

Frente a isso, o narrador adverte, no decorrer do texto, seu temor com a possibilidade de muitas pessoas verem na sua escrita algo de invenção ou mentira. E, com isso, reivindicarem a verdade, como demonstra o trecho abaixo:

Temo, até, que ao lerem esta história, algumas pessoas antigas e ressabiadas entendam que estou inventando e mentindo e saiam a dizer por aí que não foi bem assim, que na verdade houve isso e aquilo, e de repente se transforme o Mauá numa coisa triste que desapareceu ingloria e definitivamente, como uma empresa que quebra. (SCHLEE, 1984, p. 77)

Seguido deste elemento que configura a consciência da escritura do texto está o reconhecimento da presença do leitor: “Para que os leitores compreendam o verdadeiro significado do que vai ser dito adiante, é preciso que eu confesse antes minha paixão pelo futebol” (Schlee, 1984, p.71).

Esta paixão pelo futebol foi, na verdade, o que levou Aldyr Schlee a ser conhecido em âmbito nacional. Em 1953, exímio desenhista, “venceu o concurso nacional de desenho para a escolha do uniforme da seleção brasileira de futebol” (**Autores Gaúchos** V. 20, 1988, p. 11). Em entrevistas concedidas para vários jornais e revistas publicadas ou disponíveis na *web*, Schlee não se cansa de afirmar este (seu) gosto pelo esporte. Além disso, nunca deixou de salientar nestas coletivas que é torcedor apaixonado pela seleção uruguaia e pelo Nacional de Montevideú.

Este interesse é transposto para o texto “Contos de Futebol” (para toda a sua contística, a bem da verdade, porque sempre há um conto que remete ao futebol). Nessa narrativa, memória pessoal é costurada à memória do esporte,

a memória do “clube Mauá, ou Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil” (Schlee, 1984, p. 71).

A memória transcrita para o conto aponta para um narrador fronteiriço. Um contador de histórias que não abarca o limite territorial do Estado, ao contrário, adentra o espaço vizinho para compartilhar o campo, a camisa, a “*pelota*”, as regras e a paixão futebolística:

Não uma paixão comum, de qualquer um, de todo o brasileiro ou de todo o uruguaio. Mas uma paixão excepcional, obsessiva e doentia, abrangente, permanente, que com certeza foi despertada por velhos álbuns de recortes onde, antes de conhecer jogadores de carne e osso e antes mesmo de poder tocar numa bola de verdade, pude conviver com as imagens fabulosas e as glórias inesquecíveis dos campeões mundiais de 30, saber seus nomes inteiros e decorar suas biografias. (SCHLEE, 1984, p. 71)

Esta identificação com o outro lado da fronteira (“de todo o brasileiro ou de todo o uruguaio”) aparece em vários trechos do conto, sempre apontando para um compartilhamento (harmônico) do espaço limítrofe. Este, aliás, é visto como um caminho em que as novidades e as tecnologias chegam mais rápido. O lado de lá, assim, compartilha mais e mais rapidamente com Jaguarão que o restante do Brasil, como podemos ver no fragmento a seguir:

Era uma época em que se estava mais para lá do que para cá, quer dizer: em cima do Uruguai, com o rádio recém-começando na sua impotência, com os jornais brasileiros chegando devagar, e uma baita influência do que acontecia em Montevidéu. Além do mais, médico era do lado de lá, compras, era do lado de lá; passeio, era do lado de lá. (SCHLEE, 1984, p. 72)

A presença de um narrador fronteiriço em meio a estas memórias é bastante significativo, pois permite ver, de modo ainda mais claro, como a contística Schleeriana concebe o espaço fimbriado. A identificação com o outro lado da linha divisória recheia as memórias pessoais deste “ser de papel” que conta: “Antes, muito antes do Flamengo de Adilson, Zizinho, Pirilo, Perácio e Vevé, houve o Nacional ou o Peñarol, o San Lorenzo ou o Boca” (Schlee, 1984, p. 72)

O gosto pelas equipes uruguayas e argentinas apresenta-se como uma superação da linha divisória (da velha rivalidade entre os brasileiros e os “*hermanitos*”). Não há Estado que borre as trocas culturais, o gosto e a língua nesta zona limítrofe.

Isso é percebido no trecho que narra dois eventos futebolísticos: a final da Copa do Mundo de 1950 e a final do “*Mundialito*”, na década de 1980.

Schlee conta, em entrevista para a série **Autores Gaúchos** (1988), que vivenciou estes fatos, além de ter, em 1953, criado o uniforme da seleção canarinho. Schlee estava lá e viu, em Montevideu, o Brasil perder (novamente), de dois gols a um, para o Uruguai. O narrador de “Contos de Futebol” também estava lá. E, neste conto, relata o episódio, apontando mais uma vez a progressão autobiográfica presente no texto:

como não chorar, em pleno Estádio, no dia em que, muitos anos depois, vi a celeste gloriosamente vencer os brasileiros por 2X1 e ganhar o Mundialito? Como não entender o choro de meninos no abraço comovido de cada castelhano que se aproximava aos gritos? (SCHLEE, 1984, p. 73)

Afora isso, a identificação com o outro lado mostra-se como algo comum a todos os habitantes da fronteira. O narrador explicita essa identificação como uma manifestação harmônica. E ele tenta demonstrar com isso que as trocas são características desta região. Podemos identificar isso na caracterização da camisa do Esporte Clube Mauá, que tem cores de vários times platinos:

Tudo veio acondicionado numa caixa com cheiro de loja, que foi aberta e remexida enquanto se desdobravam as cores do novo time: azul e encarnado do Nacional, mas amarelo do Peñarol; azul e amarelo do Boca, mas azul e encarnado do San Lorenzo. (SCHLEE, 1984, p. 73)

A memória coletiva, por sua vez, está representada quase que na totalidade do conto, mesclada à memória pessoal do narrador. Este recordar (memória coletiva) demonstra um contador de histórias conhecedor das equipes futebolísticas de outros tempos, capaz de, por meio do seu lembrar, escalar equipes, descrever jogadores, enumerar títulos. No fragmento abaixo, podemos observar isso:

Em 1944 o Flamengo foi tricampeão carioca com um tento de cabeça feito por Valido. O time formou de pé, em fila indiana e essa foto até hoje circula pelos jornais e revistas, com Jurandir, Domingos, Quirino, Biguá, Bria, Jaime..Então eu já era mais do que tudo Flamengo; ou ainda mais, Cruzeiro de Porto Alegre – o Cruzeiro azul e branco de Flamini e Lombardini. Então, o Mauá certamente já não existia. Ou talvez existisse. (SCHLEE, 1984, p. 76)

Esta reconstrução do passado (nem sempre possível e fidedigna à realidade no universo ficcional) se apresenta, também, por meio dos álbuns de figurinhas. Um costume até pouco tempo cultivado, os álbuns traziam as personalidades do futebol que habitam o imaginário do narrador. Em tempos que ver uma jogada era privilégio de quem frequentava o estádio de futebol, os

álbuns eram uma forma de materializar em imagem o que o rádio transmitia.

Acerca destes livretos o narrador declara:

Os álbuns desconjuntados onde também se alinham com grude, carinho e aprumo, envergando as jaquetas do Nacional, do Peñarol, do San Lorenzo de Almagro, do Boca Junior, os grande craques brasileiros levados para o Prata: Domingos, *el divino maestro*; Feitiço, com uma rede na cabeça; Waldemar de Brito e Petronilho; Leônidas, lastimado e sem jogar; e Fausto, *la maravilla negra* que estivera no Barcelona, no Young Fellows. (SCHLEE, 1984, p. 71 - 72)

O pacto autobiográfico, firmado nestes três contos de Schlee por meio da memória (motivação), da consciência da escrita e do reconhecimento da presença do leitor, articula os três textos. Porém, é importante destacar o que a professora Maria Luiza Ritzel Remédios salientou na obra **Literatura Confessional: autobiografia e ficcionalidade** (1997, p. 15), acerca deste tipo de produção literária: memória e imaginação combinam-se neste processo.

Como coloca a estudiosa, “nem sempre a afirmação da identidade é indicador seguro da autenticidade do narrado, nem sempre a autobiografia é reconstituição verídica de uma vida ou a verdadeira história de uma personalidade” (Remédios, 1997, p. 13)

Nestes contos analisados, portanto, mesmo tendo muito dos fatos correspondentes à vida do autor, não podemos nos esquecer de que se trata de terreno literário, portanto, ficcional. O texto que apresenta (certo) pacto indicado por um “eu” (“eu não perderia um só filme que passasse no Cine Teatro Esperança”, p. 126) abarca um escritor que se desdobra. E, quando o escritor se cria na sua escrita, como acontece com os contos de Schlee, ocorre o que Clara Rocha (*apud* Remédios, p. 14) chama de “espelho de Narciso”. Há um desdobramento da figura (“real”/ ficcional) daquele que escreve, que também é narrador e personagem da sua história.

Dessa forma, motivada pelo recurso da memória, a fronteira se apresenta. A presença de um escritor-narrador-personagem fronteiro, que se identifica com ambos os lados da zona fímbria, desenha um lugar de trocas, de correspondências, mediações, intervenções - um espaço que forma o grande pano de fundo narrativo dos contos schleerianos.



## 2.4 Outros Elementos representativos da fronteira presentes nos contos de *Uma Terra Só*.

Ao lermos obras como **História da Literatura do Rio Grande do Sul** (1737 – 1902), de Guilhermino Cesar (2006), **A Literatura no Rio Grande do Sul**, de Regina Zilberman (1992), dentre tantos outros pesquisadores, notamos que a (nossa) literatura gaúcha esteve, desde a sua fundação, recheada da temática fronteiriça. O fato de o sul brasileiro ter sido palco de batalhas pela posse de terras limítrofes reforçou essa motivação (pelo que é da fronteira). Porém, em raros casos da (nossa) arte ficcional - citados ao longo deste estudo – encontramos uma narrativa que adentre (na sua composição estética) o espaço dos países vizinhos. O espaço literário é (quase) sempre o Brasil.

Nestas obras que analisam as manifestações artístico-culturais do Rio Grande do Sul, o nome de Schlee e a forma como ele concebe o espaço na sua contística não são citados. Na obra de Cesar (2006), isso ocorre por um motivo óbvio – seu estudo se estende até meados de 1902. Mas, em estudos como o de Zilberman ou mesmo o de Luís Augusto Fischer<sup>82</sup> - publicados depois dos anos oitenta isso é, no mínimo, interessante, visto que Schlee já era conhecido a esta época no meio literário, devido as suas premiações no concurso Nestlé de Literatura.

Talvez este esquecimento ocorra pelo fato de grande parte da crítica gaúcha negar (ou não registrar) a influência platina na cultura e na literatura produzida no Rio Grande do Sul. E, tratar da obra de Schlee, é alçar o olhar para além de qualquer cerca ou aramado capaz de demarcar território e processos culturais.

Para reafirmar esta postura da maior parte da crítica do Rio Grande do Sul, vale lembrar um recente estudo sobre a obra de Simões Lopes Neto<sup>83</sup>, produzido pelo próprio Aldyr Garcia Schlee. Neste estudo, o autor aborda justamente o “apagamento” que há das influências sofridas pelo escritor pelotense. Schlee mostra que Simões, embora não ultrapassando a linha divisória (na constituição espacial dos seus contos), bebe nas fontes literárias

---

<sup>82</sup> FISCHER, Luís Augusto. **Literatura Gaúcha**. Leitura XXI: Porto Alegre, 2004.

<sup>83</sup> Um dos escritores mais estudados no Rio grande do Sul.

do Uruguai e da Argentina. E isso raramente foi dito pelos críticos Simonianos. Além disso, o literato de Jaguarão declara, em seu estudo, que a leitura atenta de contos platinos e “uma releitura dos **Contos Gauchescos** constituirá, provavelmente, tarefa reveladora das fontes mais genuínas de nossa literatura regional” (Tomo II, 2006, p. 31).

Por isso, talvez, que os estudiosos da literatura gaúcha ainda não tenham se debruçado na obra de um autor como o de **Uma Terra Só**. Fazer isso é aceitar o outro lado como uma parte (formadora e constituinte) do Rio Grande do Sul, implicando nisso, inclusive, repensar toda a formação do tipo social sulino, o gaúcho (revisto por Schlee na obra crítica sobre Simões Lopes Neto).

Em **Uma Terra Só**, por exemplo, não são somente as motivações fronteiriças que atentam para o outro lado da linha-limite. Os 14 (quatorze) contos que formam o livro - quase todos – invadem o espaço uruguaio. Ou seja, o espaço representado na narrativa é (quase que totalmente) o uruguaio. Isso foge à tradição contística do Rio Grande do sul, acostumada a narrar em “solo gaúcho”.

Podemos identificar este dado já no primeiro conto da obra, “A irmã dele Só”: “bem distante de Presidente Vargas morava a irmã dele” (Schlee, 1984, p. 13). Esta localidade, Presidente doctor Getulio Vargas, fica perto de “La cuchilla” (UY), cerca de sete quilômetros de Jaguarão (BR). “Estação Rio Branco”, por sua vez, narra os fatos que envolvem a estação da cidade de Rio Branco, Uruguai. “Dinheiro Velho”, terceiro texto de **Uma Terra Só**, conta que José Jacinto “viera de carro-motor (...) de Rio Branco até Treinta y Tres” (Schlee, 1984, p.31) e, nos limitando a citar apenas a questão do espaço nestes contos, há “Um brilho nos olhos”, onde o narrador nos esclarece que Pichón foi com seus amigos jogar “Uruguai adentro” (Schlee, 1984, p. 50).

Ademais da fronteira como zona de compartilhamento manifestar-se no espaço criado por Aldyr Schlee, ela está, também, na constituição das personagens – no binômio brasileiro / castelhano(a) que perpassa a obra, na estrutura dos contos, no entrecruzar de níveis narrativos (como se descreveu na análise de “Um Caderno de Boleros”, por exemplo), na reconstrução do passado no presente da escrita (como em “Encanto de Futebol”), etc. Além disso, há, na obra, outros elementos representativos dessa fronteira, como a

presença de palavras e expressões em espanhol, como a relação do título com o conteúdo que a obra apresenta e a epígrafe posta antes do sumário.

A respeito dos vocábulos empregados ou derivados do castelhano, pode-se afirmar que correspondem ao que o próprio Aldyr Garcia Schlee, em estudo sobre a obra de Simões Lopes Neto, denomina como platinismos. Na (sua) obra **Uma Terra Só** a ocorrência de termos desta natureza também podem ser denominados da mesma maneira.

Portanto, há platinismos em todos os contos da obra em estudo. Alguns (platinismos) com grande recorrência nas quatorze narrativas, como é o caso de “*bueno*”, uma interjeição que serve para “introduzir uma fala, durante um diálogo” (Schlee, 2006, v. 2, p. 51). Muitos destes platinismos já foram incorporados a língua portuguesa, mas outros, como destaca Schlee, “têm merecido contestação ou restrição por parte dos puristas, seja por sua forma, seja por seu significado, seja por sua etimologia” (Schlee, 2006, v.2, p 39).

Em **Uma Terra Só**, muitas vezes, estas palavras e expressões do espanhol estão incorporadas ao português, como “no mais” e “que sei lá”, que são formas aportuguesadas de “*nomás*<sup>84</sup>” e “*qué sé yo*”. Isso aponta para um dialeto (ou língua) de fronteira, porque a idioma, tanto o português quanto o espanhol, deste espaço apresenta as suas particularidades.

Porém, é importante destacarmos que, na maioria dos contos, os platinismos de Aldyr Schlee vêm destacados no texto, pelo uso de itálico, como podemos ver no seguinte trecho: “ – *Por diós...* – começou a responder o velho, enquanto dava um passo em direção ao caminhão” (Schlee, 1984, p. 53).

Além disso, não podemos deixar de mencionar a existência de diálogos e canções escritas em língua castelhana, presentes de modo significativo em contos como “Primeiro de Janeiro” e “Um Caderno de Boleros”. Isso atenta mais uma vez para a fronteira, para a forma de representação da fronteira na obra de Aldyr Schlee. Para o autor – e isso está marcado em toda a sua produção contística – a zona limítrofe é um espaço de trocas, de compartilhamento contínuo. Podemos confirmar isso por meio das palavras do próprio literato, escritas na obra crítica sobre Lopes Neto:

---

<sup>84</sup> < <http://diccionario.sensagent.com/nomas/es-es/>> Acesso em 10 de dezembro de 2009, às 16 hs.

Para quem, como eu, é fronteiro de nascimento e cresceu praticamente sobre a linha limítrofe entre o Brasil e o Uruguai; para um brasileiro que – por mais longe que tenha ido e andado – ainda vive em torno de Jaguarão e às voltas com o Uruguai; para um tipo assim seria impossível imaginar e aceitar nosso regionalismo sob uma perspectiva balizada por limitações vernáculas e territoriais. (SCHLEE, 2006, v. 2, p. 18)

Frente a esta aceitação do outro como parte de si, para a constituição do (ser) fronteiro, frente a impossibilidade de aceitar limites para a língua e o território, frente a essas posições expressas pelo próprio autor, enumeramos um conjunto de platinismos encontrados em **Uma Terra Só**, com o intuito de demonstrar o alto grau de “contaminação” linguística que os contos apresentam. Neste agrupamento de palavras e expressões da língua castelhana, no entanto, não foram levadas em conta todas as ocorrências, mas somente as mais declaradas no texto. Para melhor compreensão, nos quadros<sup>85</sup> abaixo, os platinismos<sup>86</sup> (em **negrito** e *itálico*) e seus derivativos em português serão divididos da seguinte forma:

- 1º) Palavras e seus significados
- 2º) Expressões e seus significados

<b>PALAVRAS</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>SIGNIFICADOS</b>
<b><i>Adaga</i></b>	35	Espécie de arma branca. Deriva do platinismo <i>daga</i> . (Schlee, 2006, v.2, p. 224)
<b><i>Alarcón</i></b>	115	Nome
<b><i>Arcos</i></b>	55	É a trave, a goleira. (RAE)
<b><i>Arqueiro</i></b>	73	Goleiro (RAE)
Ascensorista	131	Pessoa que tem a seu cargo o manejo do ascensor (elevador). (RAE)
<b><i>Bandoneón</i></b>	101	Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola, é uma variedade de gaita, de escola hexagonal e escala cromática muito

<sup>85</sup> Os significados das palavras e expressões foram retirados, quase todos, da obra **Contos Gauchescos e Lendas do sul**, organizada por Aldyr Schlee, cujo último volume acompanha um vocabulário. Os que não foram retirados do livro de Schlee foram pesquisados em um dicionário de argentinismos e no dicionário da Real Academia Espanhola (RAE).

<sup>86</sup> Alguns platinismos foram deixados sem o destaque “negrito” e “itálico” devido Schlee os utilizar, a princípio, em espanhol, mas o seu ponto de partida (lingüístico) deixa dúvida, porque em português o uso também é possível, como é o caso de ascensorista.

		popular na Argentina e no Uruguai. (RAE)
<b>Bolero</b>	103	Dança de origem espanhola (RAE).
<b>Bolicho</b>	34	Bodega, venda. Deriva do platinismo <i>boliche</i> (Schlee, 2006, v.2, p. 235)
<b>Bombacha</b>	34	Calça comprida, de tecido variado, ajustada na cintura e cadeiras, muito folgada nas pernas e abotoada no tornozelo. (Schlee, 2006, v.2, p. 236)
Boxeo	117	Boxe. (RAE)
<b>Broma</b>	64	Diversão, algazarra, brincadeira. (RAE)
<b>Campanha</b>	104	O campo em oposição à cidade. Deriva do platinismo <i>campaña</i> (Schlee, 2006, v.2, p.240)
<b>Campeira</b>	51	Dito de quem pratica com perícia as lides do campo. Deriva do platinismo <i>campero</i> (Schlee, 2006, v.2, p.240)
<b>Cancha</b>	54	Pista de corrida de carros. Campo de futebol. Deriva do platinismo <i>cancha</i> (Schlee, 2006, v.2, p.241)
<b>Carreteira</b>	51	Rodovia. É uma forma aportuguesada de <i>carretera</i> (RAE)
<b>Carro-motor</b>	24, 31	Trem <sup>87</sup> .
<b>Changa</b>	33	Trabalho transitório, biscate <sup>88</sup> .
<b>Changueiro</b>	32	Aquele que exerce o trabalho transitório, o biscate. <sup>89</sup>
<b>Charla</b>	128	Conversa (RAE)
<b>Charque</b>	15, 42	Carne de gado bovino, salgada e seca. Deriva do platinismo <i>charque</i> . (Schlee, 2006, v.2, p. 246)

<sup>87</sup> TOMBESI, Silvia; PALOMAR, Silvia. Diccionario Magister de Sinónimos y parónimos. Montevideo, Uruguay: Latinbooks internacional, 2006.

<sup>88</sup> < [http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab\\_arg.htm](http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab_arg.htm) > Acesso em 10 de dezembro de 2009, às 16 hs.

<sup>89</sup> DICCIONARIO de Dificultades de la lengua castellana. 1ª ed. Buenos Aires:Santillana, 2007.

<b>Charqueada</b>	93	Lugar onde se produz o charque. Saladeiro. (Schlee, 2006, v.2, p. 246)
<b>China</b>	31	Rapariga, mulher. Deriva do platinismo <i>china</i> . (Schlee, 2006, v.2, p.247)
Chofer	50	Utilizado em língua castelhana para denominar motorista. (RAE)
<b>Corpinho</b>	40	O mesmo que sutiã.
<b>Club unión</b>	105	Nome, cujo significado é Clube união (RAE).
<b>Cuchilla</b>	105	Coxilha.
<b>Cusco</b>	32	Cachorro pequeno ou de raça indefinida. No Uruguai chamam <i>cuzco</i> . (Schlee, 2006, v.2, p. 254)
<b>Despacito</b>	128	Pouco a pouco, lentamente. (RAE)
Dormentes	23, 25	Deriva de <i>durmiente</i> e significa a madeira colocada horizontalmente sobre o qual se apóiam os trilhos dos trens. (RAE)
<b>Enano</b>	45	Anão. (RAE)
<b>Entreverado</b>	31	Misturado, em desordem. Deriva do platinismo <i>entrevero</i> . (Schlee, 2006, v.2, p. 260)
<b>Ferrocarriles</b>	34	Trilhos dos trens. (RAE)
<b>Gaza</b>	45	Laço. (RAE)
<b>Gurizote</b>	116	Guri (muito usado na Argentina e no Uruguai) crescido e já quase rapaz (Schlee, 2006, v.2, p 269)
<b>Hijo</b>	49	Filho (RAE)
Jaqueta	71	No sul do Brasil se utiliza bastante esta palavra, que denomina casaco. Em espanhol, casado é <i>chaqueta</i> . (RAE)
<b>Juana</b>	85	Na obra <b>Uma Terra Só</b> , nome próprio.
<b>Juanita</b>	104	Diminutivo de Juana, com sufixo em espanhol – <i>ito</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 35)

<b>Mamado</b>	103	O mesmo que bêbado, borracho <sup>90</sup> .
<b>Marita</b>	32	Nome próprio, diminutivo de Maria, com sufixo em espanhol – <i>ito</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 35)
<b>Mirando</b>	34, 39	Do verbo mirar, muito utilizado em espanhol. (RAE)
<b>Mormaço</b>	67	Calor, quentura. Deriva do platinismo <i>mormazo</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 281)
<b>Motocarros</b>	24	Triciclo motorizado (RAE)
<b>Mundialito</b>	73	Mundial no diminutivo, com sufixo em espanhol – <i>ito</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 35)
<b>Olores</b>	42	Cheiro. (RAE)
<b>Pachocha</b>	31	Feminino de pochocho, que significa na vertente Tabasqueña (Tabasco, México), o homem de raça indígena formoso, com corpo perfeito e com características de homem guerreiro. Na Argentina, significa a pessoa que tem estatura pequena e, mesmo assim, é forte.
<b>Paco</b>	95	Fanfarrão. <sup>91</sup>
<b>Peleja</b>	51	Schlee utiliza com o mesmo significado e peleia, que significa luta, batalha, combate. Deriva do platinismo <i>pelea</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 290)
<b>Pelota</b>	50	Bola. (RAE)
<b>Pelotaço</b>	75	Bola com o sufixo “aço”, “de fundo espanhol”. (Schlee, 2006, v.2, p 35)
<b>Penal</b>	72	Pênalti.
<b>Peñarol</b>	71	Clube de futebol uruguaio.
<b>Pibe</b>	120	Forma de tratamento afetuosa. (RAE)

<sup>90</sup> < [http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab\\_arg.htm](http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab_arg.htm) > Acesso em 10 de dezembro de 2009, às 16 hs.

<sup>91</sup> < [http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab\\_arg.htm](http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab_arg.htm) > Acesso em 10 de dezembro de 2009, às 16hs.

		Criança. Muito utilizado na Argentina e no Uruguai, que receberam grande número de imigrantes italianos.
<b>Pichón</b>	49	Filho de pombo; júnior. (RAE)
<b>Prancha</b>	40	Ferro de passar roupa. Deriva de <i>plancha</i> . (RAE)
<b>San Lorenzo</b>	72	São Lourenço
Sarro	42	Borra, resíduo que fica no fundo de uma vasilha. Ambos os dicionários registram – o da língua portuguesa e o da língua espanhola.
<b>Solito</b>	39	Solitário, só, com sufixo em espanhol – <i>ito</i> . (Schlee, 2006, v.2, p 35)
<b>Suerte</b>	33	Sorte. (RAE)
<b>Sura</b>	13	Dita da mulher que teve cortada a trança dos cabelos e ficou como um animal suro, desprovido de cauda; animal desprovido de cauda. (Schlee, 2006, v.2, p 71)
Tipo	84	Exemplar, modelo. Ambos os dicionários registram – o da língua portuguesa e o da língua espanhola.

<b>EXPRESSÕES<sup>92</sup></b>	<b>PÁGINA</b>	<b>SIGNIFICADOS</b>
<b>A la farta!</b>	57	Em grande quantidade, com fartura.
<b>A lo largo!</b>	94	De longa data.
<b>Adiós</b>	31	Adeus.
<b>Ay mi pasión!</b>	31	Ai minha paixão!
<b>Buenas</b>	25	Bom dia, boa tarde, boa noite.
<b>Buenas noches!</b>	121	Boa noite!
<b>Bueno</b>	16, 39, 117,	Introduz uma fala, durante um diálogo, em vez de bom ou bem. (Schlee, 2006, v.2, p

<sup>92</sup> É interessante observarmos que as expressões remetem à língua espanhola, mas a pontuação dessas expressões obedece às regras da língua portuguesa.



	138	51)
<b>Bueno, me voy!</b>	68	Bom, me vou!
<b>Culo</b> ou <b>suerte</b>	130	Expressão utilizada no jogo de osso, para denominar a posição da taba - se é “azar” (culo) ou “sorte” (suerte). (Schlee, 2006, v.2, p 40)
De revés	33	De lado. Deriva do espanhol “al revés” – do contrario, pelo contrario, em oposição. (RAE) Há ocorrência em português, também, como “ao revés”, “de revés”.
<b>El batallador</b>	116	O batalhador (RAE)
<b>El divino maestro!</b>	72	O divino professor / o divino mestre (RAE)
<b>El gráfico</b>	79	O gráfico (RAE)
<b>El peón</b>	74	O peão (RAE)
<b>El tigre</b>	73	O tigre (RAE)
<b>El toro selvaje</b>	115	O touro selvagem (RAE)
<b>Embrujo de sevilla</b>	104	Talvez seja uma referência a novela de Carlos Reyles, escritor uruguaio.
<b>La maravilla negra!</b>	72	A maravilha negra!
<b>Mañana por la mañana</b>	84	Amanhã de manhã
<b>Mundo deportivo</b>	79	Mundo esportivo
<b>No mais</b>	42	Apenas, tipicamente, somente, então, nesse momento. Deriva do platinismo <i>nomás</i> (Schlee, 2006, v.2, p 55)
<b>Oigame!</b>	66	Ouçame!
<b>Pare, mire, escuche</b>	27	Pare, olhe, escute!
<b>Por diós!</b>	53	Por Deus!
<b>Que sei lá!</b>	39	Deriva da expressão platina “Qué sé yo”.
<b>¿Qué importa la vida cuando la dicha es buena?</b>	130	Que importa a vida quando a felicidade / sorte é boa?
<b>Se morrendo</b>	44	Deriva da expressão “se murió”, que

		significa, na língua espanhola, morrer. (RAE)
<b>Tchê</b>	35	Chamamento (geralmente de valor vocativo, mas podendo expressar também espanto ou admiração); é voz de uso generalizado na fronteira sul-riograndense, que se pronuncia tchê e repete o platinismo ¡chê! (Schlee, 2006, v.2, p 51)
<b>Treinta y Tres</b>	110	Trinta e três – localidade uruguaia.

Afora os platinismos presentes na obra, o título e a epígrafe (já mencionados neste estudo) também reforçam a ideia de como Schlee incorpora a questão linguística em sua concepção de fronteira. O título, por exemplo, ao mesmo tempo em que sugere para o leitor o modo como as narrativas serão compostas, ao final do livro, sintetiza o tratamento que Schlee dá para a sua produção: uma construção estético-literária que parte do princípio de que os dois lados da fronteira emulam “uma terra só”, de onde avultam seus tipos fronteiriços, os *puebleros*, marcados pelas contradições de quem habita a margem, para quem o bilinguismo é vivência cotidiana, importante, sim, mas longe de ser a única.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo “Testemunhos de Identidades”, da obra **Cultura e identidade Regional**, organizado por Schüler e Bordini, Aldyr Garcia Schlee declara que a (sua) fronteira, “situada no ponto de intersecção de duas nacionalidades e do entrelaçamento de duas línguas” (2004, p. 49), foi transformada (por ele) em espaço mítico. Espaço este em que, como coloca o contista, tem encontrado a “oportunidade de inscrever o (seu) processo de criação, depois de viver ali (Jaguarão / Brasil – Ríó Branco / Uruguai) a grande lição da fronteira, que é a de que lá (na fronteira) não somos nós, mas *nosotros*, nós-nos-outros...” (Schüler, 2004, p.49).

Os contos da obra enfocada neste trabalho apresentam características que remontam a essa fronteira como um “continuum cultural” (Burke, 2003), como um lugar de trocas constantes entre o “cá” e o “lá”, lugar esse que não é nem “cá”, nem “lá”, mas um espaço entre estes dois territórios. Por isso, o primeiro capítulo desse estudo buscou desenhar o espaço fimbriado que delinea as narrativas de Schlee, desde o tempo em que a extensão territorial que compreende hoje os países do Prata e o Brasil era dividida entre espanhóis, portugueses e nativos, a chamada fronteira tripartida, até aspectos relacionados à Nação, à pertença. Traçamos tais considerações por entendermos que compreender o processo histórico da formação das bordas

nacionais é fundamental ao entendimento de seus processos culturais e, conseqüentemente, de uma literatura identificada como fronteira.

Além disso, no primeiro capítulo, também buscamos delimitar os conceitos que envolvem “fronteira” e “limite”, visto que, muitas vezes, segundo os estudiosos dos termos, eles (os conceitos) são confundidos. E esta confusão decorre do terreno movediço em que se assentam os conceitos, pois, como distingue Lia Osório Machado, “o limite está orientado para dentro e a fronteira está orientada para fora” (*apud* Golin, 2002, p. 11). Ou seja, a zona fímbria contempla um espaço que vai além do marco simbólico que define o fim/ início de uma Nação. Ela se estende como zona / região territorial.

Essa zona / região contempla características peculiares que também foram abarcadas nesse capítulo inicial, como os aspectos culturais e identitários que envolvem as franjas nacionais. A fronteira como um “continuum cultural” (Burke, 2003), onde a língua, os gostos, os costumes, etc. são compartilhados frequentemente.

Esses traços característicos do extremo longínquo territorial se apresentam ao longo dos contos de **Uma Terra Só** como uma motivação para a criação de algo maior, que é a temática da obra. O contrabando, o ir e vir entre os lados das margens do rio Jaguarão, o amor fronteiro, etc. - foram alguns dos motivos encontrados na composição das narrativas. E eles apontam para a fronteira, o grande pano de fundo da obra de Schlee.

Por essa razão, por se tratarem de motivos ligados à temática da obra literária, buscamos aproximar, no segundo capítulo, as teorias de Tomachevski (1978) e Kayser (1976), a fim de clarear a discussão sobre a representação da fronteira no texto de Aldyr Schlee.

Para compreender essa representação em **Uma Terra Só**, às teorias de Tomachevski (1978) e Kayser (1976) aproximamos o estudo sociológico de Antonio Candido (1967) e Machado (1988), no que concerne ao “externo” que se transforma em “interno”, isto é, de como o extraliterário, no caso, a fronteira como espaço físico e cultural, se apresenta no literário em forma de estrutura narrativa. Além disso, para tratar dos motivos em particular, buscamos apoio teórico em autores como César (1978), Woodward (2007), Jelin (2001) e Fonseca (1997).

O segundo capítulo, além de esboçar a vida, a obra e a fortuna crítica do autor, buscou costurar a fronteira “externa” (histórica, cultural, etc.), referida na primeira parte da dissertação, à fronteira “interna” (espaço literário, temática da obra), privilegiando o olhar do “escritor / narrador / personagem”, que a vê (fronteira) como um espaço aberto, onde as trocas acontecem, na medida do possível, harmonicamente.

Nesse segundo capítulo, para uma melhor organização dessa dissertação, os contos foram divididos de acordo com os motivos / motivações que apresentam. Com isso, foram destacados cinco elementos norteadores: o contrabando, a changa, o ir e o vir, amor fronteiriço, o homem em desacordo e memória. Diante dessa divisão, buscamos levar em conta, no momento da leitura e da interpretação, aspectos de ordem lingüística e estrutural dos contos.

Por fim, buscamos levantar outros elementos representativos da fronteira presentes na obra. O título e a epígrafe foram dois deles. O outro, referente ao emprego de vocabulário e à expressão da língua espanhola, obteve, da nossa parte, um olhar um pouco mais atento, devido a sua importância nas narrativas que remontam, sem sombra de dúvidas, ao espaço limítrofe. A estas palavras e expressões, denominamos platinismos, nome dado por Schlee a este tipo de ocorrência na literatura do Rio Grande do Sul.

Com isso, fechamos nosso olhar sobre esta obra, destacando aspectos que, como procurou se demonstrar, podem facilmente ser encontrados no conjunto da obra do autor e que, no livro que trabalhamos, estão resumidos de modo tão harmônico na sugestiva metáfora-título: uma terra só.

## ANEXO

### ANEXO A – Tratados.

**Tratado:** Tratado de Tordesilhas

**Firmado em:** 7 de junho de 1494

**Resolução:** Este documento “fixava uma linha a 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde, ficando a parte oriente dessa linha para Portugal, e a parte a ocidente, para a Espanha”. Esta linha imaginária “traçada de pólo a pólo, cortava a América do Sul à altura da atual cidade de Laguna” (Gotfreind, 1995, p. 18).

**Imagem:**



**Fonte da imagem:**

<<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/modules/wfsection/article.php?articleid=68>>  
Acesso em 15 dezembro de 2009, às 9hs.

**Tratado:** Tratado Provisório

**Firmado em:** 1681

**Resolução:** Buscava harmonizar os laços entre Portugal e Espanha depois da fundação e destruição da cidade de Sacramento. Este documento determinava a reconstrução da cidadela à frente de Buenos Aires pelos seus fundadores.

**Tratado:** Tratado da Amizade

**Firmado em:** 18 de junho de 1701

**Resolução:** Este tratado tornava sem efeito o Provisório de 1681. Neste novo documento, havia um artigo que “autorizava Portugal a executar o seu velho projeto de avançar com o fluxo colonizador até Montevidéu e Maldonado.

**Tratado:** Tratado Ofensivo e Defensivo de Methuen

**Firmado em:** 1703

**Resolução:** A maior ofensiva se deu na Europa. Em terras americanas, a união de Espanha com Inglaterra culminou em uma ofensiva contra Portugal, que mais uma vez teve a Colônia de Sacramento invadida pelos castelhanos. O cerco à Colônia durou aproximadamente cinco meses, fazendo com que os portugueses, desesperados e carentes de mantimentos, fugissem, não sem antes deixar o povoamento destruído. Tomada a cidade, os hispânicos permaneceram dez anos no poder. Até que, na tentativa de assentar a paz entre os Impérios, redigiu-se o Tratado de Utrecht

**Tratado:** Tratado de Utrecht

**Firmado em:** 1715

**Resolução:** Este documento rezava que Sacramento passaria, novamente, às mãos de seus fundadores.

**Tratado:** Tratado de Madrid ou Permuta

**Firmado em:** 1750

**Resolução:** Este tratado determinava que Portugal entregaria à Espanha a Colônia de Sacramento, recebendo em troca os Sete Povos das Missões

**Imagem:**



**Fonte da imagem:**

< <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/modules/xccgal/displayimage.php?album=1&pos=7&pid=197>  
> Acesso em 15 dezembro de 2009, às 9hs.

**Tratado:** Tratado de El Pardo

**Firmado em:** 1761

**Resolução:** Este tratado invalidou o de 1750.

**Tratado:** Tratado de Paris

**Firmado em:** 1763

**Resolução:** No ambiente americano, os castelhanos devolveram a Portugal a Colônia de Sacramento. No entanto, mantiveram a posse do governo do Rio Grande de São Pedro. Em 1767, perderam seus guias espirituais, expulsando das Missões Orientais os jesuítas, conferindo a vida religiosa dos índios aos franciscanos.

**Tratado:** Tratado Preliminar

**Firmado em:** 1777

**Resolução:** Este tratado resolvia a delimitação das zonas portuguesas e espanholas na América.

**Tratado:** Tratado de Santo Ildefonso

**Firmado em:** 1º/10/1777

**Resolução:** Este documento foi o último documento diplomático entre Portugal e Espanha durante o período colonial a dispor sobre limites na América do Sul. Os demais acertos quanto à linha divisória no decorrer do século XIX vieram como ressalvas deste tratado, que dispunha que as Missões Orientais do Uruguai que, pelo Tratado de Madrid, passariam ao domínio português, continuavam espanholas e, da mesma forma, a Colônia do Sacramento. Nestas condições, o Rio Grande teve diminuído o seu território: a linha fronteira convencionalizada partia não mais da enseada de Castilhos Grande, mas do arroio Chuí, e a sua inflexão para o noroeste seguia pelas cabeceiras dos rios que vão desaguar no Prata e no Uruguai.

**Imagem:**



**Fonte da imagem:**

<<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/modules/xcal/displayimage.php?pid=195&album=1&pos=6>> Acesso em 15 dezembro de 2009, às 9hs.



## ANEXO B – crítica publicada em jornais.

## ÍNDICE

## PRIMEIRO CADERNO

Editoriais e Opinião.....	2 e 4
Tempo e Espaço Livre.....	6
Noticiário local.....	27 a 40
Política.....	8 a 18
País.....	19
Mundo.....	20 e 21
Economia.....	22 a 30
Estado.....	41
Serviço e Fúnebre.....	42
Noticiário policial.....	43 a 45
Esportes.....	46 a 62
Horóscopo e Humor.....	63

64 páginas

## SEGUNDO CADERNO

Programação de cinema, TV e espetáculos  
12 páginas

## ZH-CLASSIFICADOS

Imóveis, automóveis, recados, etc.

28 páginas

## Schlee

Aldyr Garcia Schlee é meu conterrâneo de Jaguarão. Mas só vim a conhecê-lo na última Feira do Livro, quando fui colher seu autógrafa em "Uma Terra Só" (Ed. Melhoramentos, 1984), a excelente coletânea de contos que lhe garantiu o Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira do corrente ano. Prêmio nacional, tão disputado e importante, por si só recomendaria o autor. Mas, mesmo que um júri de grandes críticos e professores de Literatura lhe não tivesse conferido a premiação, eu não mudaria o juízo de que estamos diante de uma grande e definitiva revelação de escritor e ficcionista.

Suas histórias nem sempre cultivam o explícito e inequívoco. A vida, aliás, é cheia de obliterações e de subentendidos. E só o "causo" campeão ou o conto infantil pormenorizam todas as circunstâncias de origem, começo, meio e fim. Os contos de Schlee são, antes de mais nada, flagrantes de vida do homem comum, de gente simples da faixa fronteira, onde se misturam idiomas, indigências, ilusões e esperanças. A moça que vive solitária num rancho de corredor, com seus bichos, seus afazeres míldos e a companhia esporádica de um irmão gaudério. O peão pobre que leva para casa um pacote de dinheiro de incerta origem, mas que não dá explicações nem recebe perguntas. O caso de Pichón, filho da dona de um bordel, ele próprio borracho e gigolô, que tinha fortes motivos de odiar e agredir o mundo. E mais o silêncio triste do homem do bote de passagem do rio, no dia em que inauguram a ponte. Agora a história do tímido que colecionava e traduzia boleros, vivendo em imaginação as mesmas paixões musicadas.

O novo contista revela, a meu ver, uma forte sensibilidade para esse tipo de frustração presente nas pequenas vidas condenadas a ver o grande mundo à distância. Enquanto vão trazendo letras de boleros mexicanos no caderno escolar. Ou colecionando estampas de jogadores dos times do Rio ou Buenos Aires. Ou decorando biografias dos campeões mundiais de boxe. Esse clima onírico das pequenas cidades, onde quase nada acontece, mas onde sempre estão presentes as imagens distantes capazes de seduzir e de emocionar, parece que Aldyr Schlee sabe captar muito bem. A floração literária do Rio Grande do Sul continua brilhante na década de oitenta.

Sérgio da Costa Franco



REDE BRASIL SUL

ZERO HORA — Segunda-feira, 19.11.84 — PÁGINA 2

A dívida interna brasileira passou a ser um problema tão grande como o da dívida externa

## A questão da dívida interna

A dívida externa ocupa o centro das atenções e seu equacionamento começa a ser estudado progressivamente dentro de normas cada vez mais favoráveis, como decorrência dos altos saldos obtidos na balança comercial, da existência de reservas cambiais e em função dos compromissos internacionais terem sido honrados, inclusive nos momentos mais difíceis. O endividamento interno, porém, está exigindo um tratamento semelhante, como única forma de desafogar a economia nacional das elevadas taxas de juros a que está sujeita atualmente. Os altos patamares em relação ao preço do dinheiro têm muito a ver com a constante presença governamental no mercado de poupança, buscando recursos para a resolução de problemas de caixa e de déficit público. Assim, pelo montante com que atua o Governo e pela periodicidade com que vem ao mercado, não resta aos demais captadores privados outra alternativa que não seja a de acompanhar as taxas de captação, em um espaço que se torna cada vez mais reduzido pela própria perda de poder aquisitivo da comunidade.

Todas as diretrizes conhecidas para a reforma bancária permitem afirmar que se trata muito mais de um progra-

ma de controle da expansão dos meios de pagamento e de endividamento do que de normas de conduta para todo o sistema financeiro nacional. A unificação dos orçamentos, o impedimento do Banco Central de emitir para cobrir recursos que precisam ser mantidos no mercado financeiro, bem como a delimitação das atribuições dos Bancos Central e do Brasil, são fatores que levam à compreensão de que mais uma vez se pode estar chegando ao juízo errôneo de que a solução dos problemas do setor estatal acabará por resolver todas as difíceis e espinhosas questões que afetam o conjunto da sociedade brasileira, inclusive a insuportável pressão que se faz no custo e no preço final do dinheiro.

O fato é que a dívida interna brasileira passou a ser um problema tão grande como o da dívida externa. Há dias, o senador Virgílio Távorá (PDS-CE) afirmou, em Porto Alegre, que o Governo não tem como pagar a dívida interna e o presidente da Associação Comercial, César Rogério Valente, lembrou que a dívida interna federal deverá atingir, no final do ano, a Cr\$ 100 trilhões. Segundo o líder empresarial, isto significa um crescimento da ordem de 293,1% entre 1983 e 1984, ao passo que o cresci-

mento acumulado de 1980 a 1984 alcançará 11.686,8%.

Mas, se a redução do endividamento público passa por uma série de etapas, entre as quais a desmobilização de ativos que não se enquadram nas atividades essenciais do Estado moderno, por outro lado não se deve esquecer que as novas regras para impedir ou cercar os limites da ação governamental no giro do endividamento público não dizem respeito apenas a estudos fechados na esfera técnica ou na sua aprovação pelo restrito e pouco representativo Conselho Monetário Nacional (CMN). Tudo leva a crer que, se as decisões sobre moeda, tributação e endividamento tivessem passado, obrigatoriamente, pelo foro privilegiado do Congresso Nacional, a situação poderia ser difícil, mas certamente não seria tão caótica. Tanto o Governo como a classe política e a sociedade como um todo serão, ao mesmo tempo, autores e atores do que for decidido para a conduta a ser seguida na política de endividamento interno da Nação. Por isso, além das diretrizes a serem traçadas, a participação de todos é uma imperiosa necessidade. A reforma bancária é um instrumento valioso para a recondução da política econômico-financeira interna e não pode ficar restrita aos círculos estreitos.

## Democracia

A 14ª Assembléia Geral da OEA, encerrada sábado em Brasília, aprovou relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, recomendando aos Estados-membros, que ainda não o tenham feito, que restabeleçam o voto secreto e universal nas eleições. Um dos artigos, que diz respeito ao sistema indireto que mais uma vez será utilizado pelo Brasil, propugna a adoção de amplas garantias, para que os resultados do pleito representem a vontade popular. A decisão é das mais auspiciosas, pois reflete um clima de normalização democrática que se vem afirmando em todo o continente, com poucas e lamentáveis exceções, como a do Chile. No Brasil, embora a opinião majoritária da sociedade se haja inclinado pelas diretas, teremos uma vez mais a escolha do futuro presidente pelo Colégio. Felizmente essa será a última vez em que os cidadãos serão privados do voto. A vocação do Brasil, como a das nações Irmãs do Hemisfério, é a da democracia plena e sem intermediários inautênticos.

## PERDENDO OS CADERNOS



## Descalabro na construção civil

Um sombrio diagnóstico da indústria da construção civil foi apresentado no final da semana última no 42º Encontro Nacional do setor, realizado em Recife. Uma pesquisa que engloba 20 volumes demonstrou que, de 3 milhões e 500 mil pessoas ocupadas na atividade, 15% perderam seus empregos este ano. Indicou ainda que de 40 mil empresas que trabalham na área, cerca de 50% operam com capacidade ociosa. O desaquecimento do setor é de tal ordem, que em 1983 o BNH financiou apenas 151 mil 581 habitações, ou seja, quatro vezes menos do que em 1980.

Tais dados são especialmente inquietantes quando se considera que até 1990 o Brasil terá um déficit de 8 milhões de moradias. E mais: hoje, 49% da população não dispõem de água potável, 79% não contam com esgotos e 23% não têm acesso ao ensino, por absoluta falta de escolas. Conforme o diagnóstico, 7,5% da população economicamente ativa do País são absorvidos pela indústria da construção ci-

vil, relação que chega a 10% nas áreas urbanas. No entanto, as taxas de desemprego no setor situaram-se praticamente no dobro das verificadas nos demais ramos industriais.

O quadro indica o grau a que chegaram as distorções de nossa política habitacional, que numa situação de crise social penaliza exatamente o setor que tradicionalmente absorve maior quantidade de mão-de-obra. Uma das causas foi apontada pelo presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, Luiz Roberto de Andrade Ponte, que revelou que os agentes financeiros do BNH estão especulando com o dinheiro das cadernetas, em vez de financiarem a casa própria. Tanto os números apresentados no Encontro de Recife como a séria denúncia do líder empresarial devem ser levados em conta pelas autoridades. Mais do que nunca, urge devolver ao BNH a finalidade social que inspirou sua criação.

## ZERO HORA - EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

Diretor  
Maurício Sirotsky Sobrinho  
Jayme Sirotsky  
Fernando Ernesto Corrêa  
Nelson Pacheco Sirotsky  
Carlos Maister  
Diretor Executivo  
Marcos Ramon Dvoskin  
Diretor Editor  
Lauro Schirmer  
Diretor Comercial  
B. Madrugá Duarte  
Editor Chefe  
Carlos Fehlberg

PORTO ALEGRE — Redação, Administração, Publicidade e Oficinas Gráficas: Av. Ipiranga, 1075, fone (0512) 23.4266, telex 051 1100 □ BRASILIA: Ed. Palácio do Rádio, sobrelaje, fone (061) 223.4115 □ RIO DE JANEIRO: Av. Nilo Peçanha, 50, 23º and., conj. 2308, fones (021) 262.6059 e 262.6124 □ SÃO PAULO: Rua Haddock Lobo, 1327, 11º and., fone (011) 282.3111.  
Filado no Instituto Verificador de Circulação

# Histórias Marginais Sobre Marginais

Antonio Hohlfeldt

Ordinário é, numa primeira acepção, tudo aquilo que significa comum, banal, do dia-a-dia, sem qualquer coisa de diferente. Numa acepção decorrente desta, e já marcada por um certo preconceito típico de um mundo acostumado a tudo trazer valorado, marcado por um juízo de valor, significará qualquer coisa como "vagabundo", desprezível, de baixo preço". Ou referente a.

Lidos os contos dos dez escritores aqui presentes, porém, a acepção ganhará duas conotações mais aprofundadas, e por isso mesmo, muito mais interessantes. Veremos que elas são "ordinárias" porque se referem fundamentalmente ao povo, este povo extremamente marginalizado, que conhecemos (ou podemos conhecer, se o quisermos) no dia a dia do nosso viver de subdesenvolvimento. Então, são histórias ordinárias porque se referem ao que de mais comum, de mais simples, de mais banal existe no viver deste povo: a dor, o sofrimento, a impossibilidade de poder sequer tentar uma reação. Em decorrência deste subdesenvolvimento, vamos descobrir, igualmente, que em decorrência deste mesmo subdesenvolvimento, o próprio ato ou tentativa de registro desta realidade ordinária, igualmente marginaliza a quem o realiza, isto é, o artista. Nesse caso, o escritor. Desta forma, essas histórias são ordinárias por se referirem a marginais e por serem produzidas por marginais. Dois tipos diversos de marginalidade, certamente, mas que, no fundo, trazem um só contexto, idêntico em sua — infelizmente — constante problematização. E o que dói mais, para quem ainda tiver coração para sentir, é que assumem condição de "ordinárias", de normais, de simples, de banais, acontecimentos que pela sua própria violência na degradação da condição humana de que participam seus personagens, deveriam ser considerados como extraordinários, fora do comum e como tal tratados e resolvidos.

O volume começa muito bem, com um conto extenso — quase novela — de um quase desconhecido, para nós, mas que traz boa experiência ficcional. O tema central é a solidão de um pobre larapão, mitificado pelo medo burguês, tentando o equilíbrio precário de seu medo na necessidade da sobrevivência. No texto, vale a pena cuidar com atenção a passagem final do conto, que traz de maneira admirável, através da atomização dos sentidos da personagem, a sua falta de unidade psicológica. Este Paulo Kruehl de Almeida, embora inicie o texto um pouco desequilibrado, adquire no decorrer da narrativa, seu domínio total, dando ao texto desenvolvimento e desfecho

de grande dose crítica, a tonalidade de todo o volume, que se desenha desde logo: a absoluta marginalidade.

Sérgio Caparelli vem de pelo menos uma brilhante experiência na ficção, com a novela "Andrômeda", e não desmente a expectativa nos dois contos que apresenta, em especial com "Questão de Honra". Nada idealizada, esta marginalidade se configura em níveis diferenciados dentro de seu próprio círculo fechado, depois de ter revelada sua gênese no conto anterior, "A Nossa Vez".

Carlos Carvalho é, para nós, com Sérgio Faraco, que também comparece neste volume, um dos contistas mais completos que conhecemos. Aquela, na mesma linha de Caparelli, mostra os vários degraus em que se exerce a marginalidade, ou se a sofre. "Dia dos Mortos" e "Mano a Mano" são exemplares retratos da marginalidade sofrida com boca calada, aquela marginalidade que leva o ser humano à quase abdicção absoluta de sua condição mínima de vida: o direito ao exercício do sentimento, da relação mais íntima possível, que é a de dois seres da mesma categoria. Num conto, a mulher em face da morte, dá o corpo percebível em nome do desejo inocente do filho. No segundo, a morte pior, aquela em vida, em que a relação se estabelece apenas ao nível animal, no círculo da dor mais profunda, na medida em que a consciência preside até

ao reconhecimento humano.

Também em Sérgio Faraco a morte é uma presença constante, e isso inclusive na titulação do seu mais recente livro, "Depois da Primeira Morte", de que ele recolheu o primeiro conto que aqui nos apresenta, "Adeus aos Passarinhos", porque a única certeza de que não se está morto, diz o personagem, é "porque na morte, eu sei, na morte não há memória". Da mesma forma, o segundo conto vem marcado por esta condição. A marginalidade apresentada é uma outra das várias e cruéis facetas da nossa morta vida: a alienação

pelo trabalho, a pior condição, aquela que levaria Marx às mais importantes definições de seu Manifesto de 1848, numa tentativa de reação. A figura da Águia, embora não seja inovadora, adquire no conto uma conotação específica, e assim ganha nova visibilidade.

Suzana Kilpp nos apresenta um aspecto das relações possíveis entre os dois tipos de marginalização: aquela que leva à mendicância, de um lado, e a que surge da alienação absoluta. O conto, apropriadamente, se intitula "Maria", e se centraliza em torno da figura da mulher, cuja única culpabilidade é ser obrigada a repartir sua comida com os cães, mesmo os oriundos de casas burguesas. No segundo conto, bem melhor construído e equilibrado enquanto narrativa, uma presença marginal tão pouco observada por todos nós; a do velho artista, aposentado e esquecido, e que deverá representar até mesmo sua morte. Confesso: fiquei pensando nos nossos velhinhos da Casa do Artista Riograndense, e quase presenciei, em alguns dos que conheço, a narrativa aqui encontrada. O terceiro conto é mais romantizado, "prelúdio" da única reação possível ao menor marginalizado: em pleno Natal, numa tentativa de reunir alguns niquês, cinco tiros policiais pelas costas. O texto, apesar da marca idealista que ainda o diminui, mantém-se porém equilibrado.

Rodolfo Lucena experimenta a marginalização linguística, provando o esvaziamento gradativo que vimos experimentando dos "significados" dos vocábulos, a possibilidade do "jogo de palavras" a que vimos sendo acostumados pelos políticos mundiais e pelos meios de comunicação de massa. Lições de Saussure a Chomsky por certo não terão ido tão diretamente ao cerne da questão quanto a experiência literária de Rodolfo. O modo, que é uma constante da marginalização, e que já fora enfatizado por Sérgio Faraco, retorna em Lucena, na obrigatoriedade das "representações" a que ele leva os indivíduos, no afã de tentarem uma comunicação mais efetiva, como em "Paralelo", ou mais radicalmente, em "Indiferença", que evidentemente ainda está muito próximo de experiências individualizadas, mas traz uma marginalização cruel: a separação entre corpo e espírito, o duplo sentido das palavras, o seu esvaziamento final.

Vamos encontrar a seguir, pela primeira vez em letra de forma dentro de um volume, uma das maiores revelações do conto no Rio Grande do Sul, nas suas a estas alturas já significativas aparições em suplementos literários: Laury Ma-

ciel. Nele, a marginalização, salvo a veste da metáfora, condição própria da arte, não usa de subterfúgio. Ela se apresenta de corpo inteiro na figura do gigante de "As Alavancas", ou na prisão de "Corpe e Sombra". Este conto, sóbrio, objetivo, a palavra atinge o cerne do significado. É meio de expressão, mas também conteúdo próprio. E no distanciamento crítico que então estabelece, permite até mesmo a ironia, reflexo que exige, evidentemente, esta racionalidade, como se observa em "Os Exilados". Não chego a me entusiasmar pelo conto final, da mesma forma que o último trabalho apresentado por Lucena me parece ainda imaturo, embora sem comprometer a presença na antologia.

Outro estante, Luiz Sérgio Metz, tem estilo que dá gosto. Prosa larga, de "charla" típica, e não só por causa da ambientação. Sofremos o deslocamento geográfico, estamos a nos encaminhar para as cidades campeiras, mas a marginalidade nos segue. Angelino Seis Risadas é uma destas figuras, da mesma forma que os habitantes da Vila Itagiba, até a narrativa ferina de "A Canção inteira do Ferro no ferro", este último conto nos devolvendo à área urbana. Da mesma forma o estante Ailton Michels, situado no perímetro urbano, escolheu uma espécie toda diferente da marginalidade: em "O Lixo do Vilalba" soma-se à condição da mendicância, o aleijume da perna

que nos dá o acesso às listas de lixo. O conto lembra alguns dos melhores momentos da literatura de veia satírica, e vai ser um dos pontos altos deste volume, sem dúvida alguma. Mas também muito bem armado se configura o texto seguinte, "Morangos e Visitas de verão", em que igualmente o aleijume é a marginalidade. Mas o texto é mais sutil, mais susurrado, e por isso mesmo, mais envolvente.

O último presente, mas nem por isso menos importante, nesta antologia, é um já velho conhecido de leituras: Aldyr Schlee. "Pan Viejo" é exemplar, na linha de Galeano,

um retrato absolutamente verdadeiro, em que a marginalidade alcança a dimensão de crime, mas também a da relatividade do julgamento. Com a granicieta, m'hi! Um homem es un hombre y no se muere de hambre así no más! Eso de ladrón, de criminal, no le crea de pronto, m'hi!... Que sabe usted? Criminales! Criminales!

Sim, que sabemos nós da marginalidade a que um indivíduo é votado, que julga-lo? Como passar-lhe nossos valores, se obrigamos a acostumarmos-se vivendo sob outros, absolutamente diversos? Os contos finais retomam realidades marginais, a fronteira do Rio Grande com seus vizinhos, mas reencounter aspectos já mais conhecidos e ditamos, inclusive, mais esperanzosos. Em "Plaqueta-Plaqueta", José Bodega Pereira consegue vingar-se da humilhação que o tenente do batalhão lhe fizera experimentar, ainda que à custa do assassinato e posterior deserção e fuga. E em "O Sul que de rodas vermelhas" Dona Lydia alcança, enfim, a realização do seu sonho: a compra de um tilburi com que vai poder melhor transportar-se na venda de seus produtos. Mas em uma e outra narrativa, modificaram-se especificamente as condições marginais? De forma nenhuma: o soldado é agora ainda mais marginal, é assaltado de um superior por ele humilhado, e Dona Lydia não pensa sequer em mudar seu modo de sobrevivência.

Eis, assim, esta condição ordinária a que o volume se refere. Uma condição de exceção, transformada no dia a dia, a qual acabou virando tão comum que não mais nos chocamos com ela. É preciso que a literatura, numa função que o artista plástico Christo denomina de "revelação", ou "estranhamento" venha nos trazer distanciada na composição da letra de forma, para que reajamos a ela. Importante, pois, que não a acatemos catárticamente, descansando sobre a poltrona predileta.

Querida dizer, ainda, e enfim, que acredito ser esta antologia, de todos os demais volumes lançados por estes grupos de escritores jovens e independentes, a que me parece melhor equilibrada, a que melhor se realiza, individualmente, na presença dos escritores, e coletivamente, estruturando-se de maneira efetiva como uma proposta: as vistas voltadas para o povo marginal brasileiro, que vive histórias tão ordinárias, em pleno século XX.

- (1) ALMEIDA, Paulo Kruehl — et alii — "Histórias Ordinárias", edição dos autores, Editora Documento, Coleção Vereda, Porto Alegre, sem data.



# Contos do povo de Jaguarão

JOSÉ EDUARDO DEGRAZIA

Aldyr Schlee é desses escritores que não se preocupam com a popularidade. Durante muitos anos a poucos amigos mostrou os contos que escrevia. Entre estes teve o prazer de estar incluído. Li nesta época os seus contos e me entusiasmei com eles. Schlee não publicava seus trabalhos literários em nenhum jornal. Consegui convencê-lo, nesta oportunidade, a participar com um conto numa antologia que o Grupo Varedas organizava e que saiu com o título de Histórias Ordinárias. Publicado cooperativamente a baixo custo, o livro saiu graficamente muito ruim como quase todos os publicados de maneira alternativa, na década passada. No entanto, ali estavam contistas da primeira linha, como Sérgio Faraco, Carlos Carvalho, Moacyr Sciliar, Laury Maciel e outros. Entre eles Aldyr Schlee fazia-se presente com um conto que seria o forte de sua temática: o povo da fronteira do Jaguarão. O livro passou despercebido, e o conto de Aldyr Schlee parecia condenado a ficar no limbo dos livros não lidos. Continuou, no entanto, de maneira perseverante a tratar dos seus temas gaúchos, até que somos agradavelmente surpreendidos com a premiação, no ano de 1982, do seu livro de contos no Prêmio Nestlé de literatura. Nenhuma novidade para os que já o conheciam. Mas, enfim, uma maneira de atingir nacionalmente o reconhecimento merecido.

Nos "Contos" encontramos o escritor maduro, consciente de seus métodos e temas. A terra do Sul do Estado e sua gente sem fronteira e lei é onde o autor mergulha a sua pena para escrever contos de regionalismo psicológico dos melhores que já tivemos oportunidade de ler. Regionalismo porque procura identificar um tipo físico ligado às tradições do gaúcho fronteiriço e, psicológico, na medida que traça o perfil da mentalidade desta gente, meio brasileira, meio uruguaia, muitos sem entender muito bem a diferença, perdidos no sem limite da solidão.

A primeira parte do livro coloca-se no passado, como "Os de Ontem". Mergulha no tempo mítico da formação das nacionalidades, no meio dos entreveros e das guerras, onde a violência campeia solta e, muita vez, gratuita, como em "As Luzes do Amanhecer" em que um poiteiro acusado de traição tem seu rancho queimado. Onde as ordens do capitão eram a lei e dele dependiam a vida e a morte. Neste tempo bárbaro, o amor é mais uma posse do dominador sobre a fêmea fraca e cativa. e ao vencedor pouco se lhe dá perdê-la para outro, feito Pedro e Verdina no conto "Verdina".

É no conto "Don Sejanos", porém, que esta temática é aprofundada, e o



Schlee

perfil psicológico e histórico da personagem atinge ponto alto.

Don Sejanos é o perfeito exemplar sociológico e literário dos formadores do gaúcho fronteiriço, igual nos dois lados, como o demonstram os contos de Sérgio Faraco em seu "Hombrê" e, o escritor uruguaio, Mário Arregui com o seu "Cavalos do Amanhecer".

Mas continuemos seguindo Dom Sejanos: "pobre como os mais pobres, limpo como os mais limpos, puro como os mais puros. Brabo como os mais brabos!", Dom Sejanos que tinha como cem anos, é o contador do tempo mítico, da época de ouro em que toda a terra era uma coisa só, sem limite definido e sem dono, em que a pátria era a imensidão e a liberdade. — Não sei, mas, isto aqui é uma terra só — teria dito ainda Don Sejanos. — Sempre foi uma terra só, desde os tempos das correrias de gado, quando não tinha dono, até agora quando é só deles, dos donos, alambrada dos dois lados do rio. Agora,

me diga uma coisa: tem cabimento isso?"

Mas os tempos são outros e Don Sejanos torna-se uma figura deslocada da nova realidade, apesar de respeitado por sua paixão e trabalho e de não aceitar nada dos grandes. Até o momento de sua morte.

Ainda para melhor pintar o ambiente em que Aldyr Garcia Schlee coloca os seus personagens; vemos no conto "Como uma Parábola": "Isto foi em outros tempos, quando as terras não eram bem separadas e, sendo o pampa um só, na sua imensa planura, perdia-se nele a vista e perdiam-se nele as tropas e os homens sem fronteira. Foi muito antes que começasse a correr os alambrados. Antes da Guerra Grande. Antes da nossa Revolução. Antes mesmo do Uruguai e do Brasil. E não se sabe ao certo, por isso, se aconteceu do lado de cá ou de lá, embora na altura do passo do Centurião, no rio Jaguarão".

Assim vivem as mulheres e as viúvas,

num tempo sem limites e sem lei. Tempo das mulheres que ficavam cedo viúvas, perdendo seus homens na guerra e nos entreveros. Tempo do contrabando de gado e de correrias pelos campos como em "Secreto Segredo" e "A Viúva de Quinteros". E é nestes campos, que se povoam com as gentes da fronteira os contos de Aldyr Garcia Schlee.

No conjunto de contos, apropriadamente denominados "Os de Hoje", a perspectiva muda do painel histórico para a contemporaneidade. Mas, se os tempos são outros, e, não se trata mais de pintar a época de ouro do gaúcho, vemos que a perspectiva urbana pouco mudou os personagens. A mesma proporção de caráter, os problemas sociais como o contrabando, continuam povoando os textos de Aldyr Garcia Schlee. Mas os planos como que se enfocam mais na intimidade dos personagens e suas famílias. O drama passa a ser mais pessoal do que histórico. Aqui estão presentes a empregada doméstica, os artistas de circo, o operário, o contrabandista. Permitindo o autor dar mais asas ao lirismo.

Em "Braulina", conto que abre a série de contos urbanos, vemos o amor de um estudante pela "filha de criação" — na verdade uma empregadinha doméstica, — impossibilitado pela diferença social.

Em "Nossa Senhora Aparecida" encontramos um tema grato a vários contistas que tratam do gaúcho fronteiriço: o contrabando. Aqui o Autor também se preocupa em traçar o perfil físico do povo da fronteira.

Em "Um Portão e Epaminondas" é a empregada doméstica que namora um "mulato tocador de saxofone" e engravida. E só lhe interessa o filho, num entrega total à vida.

"Les Rhety" são um grupo de mala-baristas de circo de Jaguarão, que passam por húngaros, desfilando a miséria e a decadência física por páginas de drama humano profundo.

Em "O Desastre" o trabalhador cai de cima de um caminhão, quando voltava para casa depois de muito tempo longe da mulher e dos filhos, trazendo o dinheiro que ganhara com seu trabalho. Não consegue levantar-se por estar muito ferido, mas prefere não ser achado a perder o dinheiro.

Há nos "Contos de Sempre" uma unidade temática que percorre todos os contos, do primeiro ao último do livro: o povo e os costumes da fronteira. É importante salientar também a exploração do regionalismo psicológico, que não se deixa ofuscar pelas descrições naturalistas de nossos regionalistas, mais preocupados com o documento do que com a ficção. Porque é isto o que faz Aldyr Garcia Schlee: antes de tudo um contador de histórias.

LETRAS & LIVROS N.º 100 LETRAS & LIVROS N.º 100 LETRAS & LIVROS N.º 100 LETRAS & LIVROS N.º 100

## REFERÊNCIAS:

### Dicionário:

DICCIONARIO de Dificultades de la lengua castellana. 1ª ed. Buenos Aires: Santillana, 2007.

TOMBESI, Silvia; PALOMAR, Silvia. Dicionario Magister de Sinónimos y parónimos. Montevideo, Uruguay: Latinbooks internacional, 2006.

### Dicionário eletrônico:

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOL. Español. Real Academia Española. España, RAE, 2006. Disponível em: < [http://buscon.rae.es/draeI/SrvltConsulta?TIPO\\_BUS=3&LEMA=señor](http://buscon.rae.es/draeI/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=señor) >

DICCIONARIO DE PALABRAS ARGENTINAS, disponível em: < [http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab\\_arg.htm](http://www.latimer.com.ar/miscelaneas/dicc-palab_arg.htm) >

SENSAGENTE, disponível em: < <http://diccionario.sensagent.com/nomas/es-es/> >

### Fonte eletrônica:

GOMES, Mitizi de Miranda. **Traduções de Fronteira / Fronteiras da Tradução: Aldyr Schlee e o pampa**. Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, Porto Alegre, 2008. Disponível em: < <http://www.celpcyro.org.br/v4/html/TextoMitizi.htm#none> > Acesso em 9 de junho de 2009.

JELIN, Elisabeth. **¿De qué hablamos cuando hablamos de memoria?** España: Siglo Veintiuno editores, 2001. Cap 2 disponível em: < <http://www.cholonautas.edu.ep> > Acesso em: 30 de outubro de 2009.

\_\_\_\_\_, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veintiuno editores, 2001. Cap 2 disponível em: < <http://www.cholonautas.edu.ep> > Acesso em: 5 de agosto de 2006.

PAZ, Octávio. **Piedra del Sol - English & Spanish**. New Directions Publishin: New work, 1991 – disponível em <

<http://books.google.com.br/books?q=octavio+paz>> Acesso em 20 de janeiro de 2010, às 15:30

STURZA, E. R. **Línguas de Fronteira: O Desconhecido Território das Práticas Lingüísticas nas Fronteiras Brasileiras**. Ciência e Cultura, São Paulo, p. 47-50, 2005. <  
<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a21v57n2.pdf> >

### **Periódico impresso:**

BRANCO, Aloísio G. **Ontem ou hoje, a marca de um bom contista**. O Globo, RJ, 17 de abr. de 1984.

CUÑA, Newton. **Cidades Gêmeas, fraternas personagens**. O Globo, RJ, 14 de out. de 1984.

DEGRAZIA, José Eduardo. **Contos do Povo de Jaguarão**. Correio do Povo, Letras e Livros. POA, 13 de ago. 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Schlee**. Zero Hora, Porto Alegre, p. 2, segunda-feira, 19 de nov. de 1984.

HOHLFELDT, Antonio. **Histórias Marginais sobre marginais**. Correio do Povo, POA, 4 jan. 1977.

RAMOS, Ricardo. **Três Contistas que valem uma Bienal**. O Estado de São Paulo, SP, 26 de jun. de 1983.

RIBEIRO, Leo Gilson. **E os últimos foram os primeiros**. O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, SP, 30 de abr. 1983.

SÁ, Jorge. **Em tempo de pampa**. Jornal do Brasil, RJ, 21 de maio 1983.

### **Bibliografia:**

ABDALA JR.; SCARPELLI, Marli F. (Org.). **Portos Flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos**. Cotia, São Paulo: 2004.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. 3ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

BOURNEUF, R.; OUELLET, R. **O universo do Romance**. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Coleção Aldus V 18. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

\_\_\_\_\_, Antonio. **Literatura e Sociedade - Estudos de teoria e história literária**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737 – 1902)**. 3ª Ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: corag, 2006.

\_\_\_\_\_, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

\_\_\_\_\_, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias, Universidade de Caxias; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CHAVES, Loureiro. **História e Literatura**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1999

CHESNEAUX, Jean. **¿Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la historia y de los historiadores**. 10ª ed. Española. México: Siglo XXI, 1988.

CHIAPPINI, Ligia Chiappini et al. **Pampa e Cultura: de Fierro a Neto**. Porto Alegre: UFRGS/IEL/CELPCYRO/LAI-FU, 2004.

\_\_\_\_\_, Ligia. **O foco narrativo**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHIRICO, Selva. Massoler: Area Contestada. In: STROHAECKER, Tânia Marques (et al). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros / Seção Porto Alegre, 1998.

CORTES, Paixão; D'AVILA, João Carlos. **Manual de Danças Gaúchas**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1968.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo: edição de bolso**. Rio de Janeiro, Lexikon; Porto Alegre: L&PM, 2007.

DÍAZ, Eduardo Acevedo . **Pátria uruguaia: antologia**. Seleção, trad. e notas de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1997.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma introdução**. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EIKHENBAUM *et al.* **Teoria da Literatura – Formalistas Russos**. 4ª ed. Trad. de Ana Mariza Filipouski, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antonio Carlos Hohlfeldt. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

FAGUNDES, Antônio. **Indumentária Gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

FARACO, Sergio. **Contos Completos**. Porto Alegre: L&PM, 2004

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura Gaúcha**. Leitura XXI: Porto Alegre, 2004

FONSECA, Orlando. Vero, Veríssimo. In: REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (org.) **Literatura confessional - autobiografia e ficcionalidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997

GOLIN, Tau. **A Fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. V1. Porto Alegre: LP&M, 2002.

\_\_\_\_\_, Tau. **A Fronteira. Os Tratados e limites Brasil – Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata**. V2. Porto Alegre: LP&M, 2004.

GUTFREIND, Ieda. **Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade**. Salvador: Anais Eletrônicos do IV Encontro de ANPHLAC, 2000.

\_\_\_\_\_, Ieda; REICHEL, Heloísa Jochims. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. 1ª reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. **Aldyr Garcia Schlee**. 1ª ed. Porto Alegre: IEL; AGE. Editora; Editora da ULBRA, 1988 (Coleção Autores Gaúchos V. 20).

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. **Sergio Faraco**. 1ª ed. Porto Alegre: IEL; AGE. Editora; Editora da ULBRA, 1986 (Coleção Autores Gaúchos V. 11).

KAYSER, Wolfgang. **Análise e Interpretação da Obra Literária**. Coimbra: Almedina, 1976.

LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. Porto Alegre: Globo, 1984.

LOPES NETO, Simões. **Contos Gauchescos e Lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

\_\_\_\_., Simões. **Contos Gauchescos e Lendas do Sul** – Edição Crítica 2v. Organização de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Unisinos, 2006.

\_\_\_\_., Simões. **La salamanca del Jarau**. Trad. Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991.

MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, D.-H. **Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, rede: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura (org.). **Continente em chamuscas: globalização e território na América Latina**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

MAESTRI, Mário. **Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. V. 1. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

MARTINS, Cyro. **Contos Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MARTINS, Maria Helena (org.) **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

\_\_\_\_., Maria Helena. Entrelinhas na literatura de Aldyr Garcia Schlee. In: CHIAPPINI, Ligia Chiappini et al. **Pampa e Cultura: de Fierro a Neto**. Porto Alegre: UFRGS/IEL/CELPCYRO/LAI-FU, 2004.

MOODIE, A. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NEUMANN, Eduardo. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luis Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto; NEUMANN, Eduardo (org.). **Capítulos da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2004.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o estrangeiro na construção da identidade brasileira. In BERND, Zilá (org.). **Olhares Cruzados**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.) **Fronteiras Culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (org.) **Literatura confessional - autobiografia e ficcionalidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RESENDE, Fabiane de Oliveira. **Aldyr Schlee e a linha de fronteira: homem, terra e literatura**. 2004. 116f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2004.



RILLO, Apparicio Silva. **Finado Trançudo**. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática**. Teoria. 11ed. São Paulo: Atual, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino**. Trad. Aldyr Garcia Schlee. Porto alegre: Ed. Universidade / UFRGS / EDIPUCRS, 1996.

SCHLEE, Aldyr Garcia (org.). **Para ler os gaúchos**. Porto Alegre: leitura XXI, 1999.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia (org.) **Contos Gauchescos e Lendas do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Unisinos, 2006;

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Contos de Futebol**. Contos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Linha Divisória**. Contos. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **O dia em que o Papa foi a Melo**. Contos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Uma Terra Só**. Contos. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Contos de Sempre**. Contos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Contos de Verdade**. Contos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia. **Os limites do impossível – contos gardelianos**. Porto Alegre: Ardotempo, 2009.

\_\_\_\_\_, Aldyr Garcia; FARACO, Sergio (org e trad.). **Para sempre Uruguai**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

SCHULER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (org.). **Cultura e Identidade Regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luis Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto; NEUMANN, Eduardo (org.). **Capítulos da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2004.

STURZA, E. R. **Linha Imaginária**. Discutindo Língua Portuguesa, São Paulo, p. 54 - 58, 12 jun. 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.